



CURSO DE NÍVEL III

APROFUNDAMENTO DE CONCEITOS DO MARXISMO-LENINISMO

13 a 25/07/2015

Jacareí/SP

Nome: _____ Estado: ____

Grupo: ____

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – PCdoB

Presidenta

Luciana Santos

Secretário Nacional de Formação e Propaganda

Adalberto Monteiro

Coordenação geral do Curso:

Adalberto Monteiro, Altair Freitas, Aloisio Sérgio Barroso, Augusto Buonicore, Neide Freitas, Nereide Saviani.

Coordenação dos Núcleos de Ensino e Pesquisa:

Nereide Saviani (Filosofia)

Augusto Buonicore (Estado/Classes)

Aloisio Sérgio Barroso (Economia Política e Desenvolvimento)

Altair Freitas (Socialismo)

Neide Freitas (Partido)

Coordenação Pedagógica:

Nereide Saviani

Apoio de secretaria:

Adriana Nunes de Castilho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – p. 4

ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO CURSO – p. 5

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (Geral) – p. 7

DETALHAMENTO DO CRONOGRAMA – p. 8

TEXTOS – p. 13

Tema 01: A Concepção de Mundo do Materialismo Dialético e Histórico [Núcleo: **Filosofia**] – p. 13-24

ENGELS, F. **Natureza geral da dialética como ciência** – p. 13

- Questão para debate – p. 16

PEIXOTO, M.G. **O entendimento dialético da transição** – p. 17

AMAZONAS, J. **A transição ao comunismo requer correta orientação marxista.** – p. 20

- Questões para debate – p. 23

SAVIANI, D. **Quadro sinóptico: principais momentos filosóficos** – p. 24

Tema 02: Origem e Desenvolvimento da Sociedade [Núcleo: **Estado/Classes**] – 25-38

BUONICORE, A. **Classes Sociais, Estado e Marxismo: Algumas notas** – p. 25

- Questões para debate – p. 33

BUONICORE, A. **As transições na história brasileira** – p. 34

- Questões para debate – p. 38

Tema 03: A Dinâmica do Modo de Produção Capitalista [Núcleo: Economia Política & Desenvolvimento] – p. 39-48

BARROSO, A. S. **Notas teóricas em torno das crises financeiras** – p. 39

- Questões para debate – p. 44

MORAIS, L. **O mundo capitalista em crise sistêmica: hora de cuidarmos o futuro do Brasil** – p. 44

- Questões para debate – p. 48

Tema 04: O Socialismo como Necessidade Histórica [Núcleo: Socialismo] – p. 49-60

RABELO, R. **O Capitalismo contemporâneo e a nova luta pelo socialismo** – p. 49

- Questão para debate – p. 56

FERNANDES, L. **A centralidade da questão nacional na construção do socialismo brasileiro** – p. 57

- Questões para debate – p. 60

Tema 05: Concepção, História e Lutas do Partido Comunista [Núcleo: Partido] – p. 61-75

AMAZONAS, J. **Força decisiva da revolução e da construção do socialismo** – p. 61

SORRENTINO, W. **Militância mais estável em organizações definidas desde a base** – p. 64

DIÓGENES, C. A. (Patinhas). **Linhas de indução da Política de Quadros** – p. 72

- Questões para debate – p. 75

Temas Especiais / Transversais – p. 76

1. Emancipação da Mulher – p. 76-87

VALADARES, L. A “**controvérsia**” **marxismo x feminismo** – p. 76

ROCHA, A. Emancipação das Mulheres – questão estratégica – p. 82

- Questão para debate – p. 87

2. Questão Racial e Luta Antirracista – p. 88-100

MOURA, C. **O racismo como arma de dominação ideológica** – p. 88

- Questão para debate – p. 100

APRESENTAÇÃO

O curso de Nível III completa o currículo da Escola Nacional do PCdoB, com o aprofundamento de conceitos do marxismo-leninismo. É o resultado de uma longa jornada de elaboração coletiva de professores (as), colaboradores (as) e da coordenação da nossa escola. Foi elaborado com base em experiências mais recentes sobre formação militante, no contexto histórico da confrontação político-ideológica com o neoliberalismo, da nova luta pelo socialismo e do trabalho incessante para aprofundarmos nossa compreensão sobre o Brasil a partir de uma interpretação marxista renovada. Sua realização, neste momento, é um importante marco para a consolidação do processo de formação de quadros partidários, preparando-os para difusão das nossas ideias, no enfrentamento dos debates teórico-ideológicos próprios das intensas batalhas a serem travadas nas diversas frentes de atuação

A Conferência Inaugural será proferida por Luciana Santos, Presidenta Nacional do PCdoB e seguida de debate. Na sequência, o curso terá dez dias para desenvolvimento da programação dos Núcleos de Ensino e Pesquisa, em torno dos temas: *A Concepção de mundo do Materialismo Dialético e Histórico* (Núcleo: **Filosofia**); *Origem e Desenvolvimento da Sociedade* (Núcleo: **Estado/Classes**); *A Dinâmica do Modo de Produção Capitalista* (Núcleo: **Economia Política & Desenvolvimento**); *O Socialismo como Necessidade Histórica* (Núcleo: **Socialismo**); *Concepção, História e Lutas do Partido Comunista* (Núcleo: **Partido**).

A coordenação e os (as) professores (as) da Escola Nacional dão as boas vindas aos (às) camaradas presentes a este evento, esperando que tenham uma excelente participação, contribuam para seu sucesso e se empenhem na difusão das ideias e orientações que aqui serão compartilhadas.

ADALBERTO MONTEIRO
Secretário Nacional de Formação e Propaganda

NEREIDE SAVIANI
Diretora da Escola Nacional João Amazonas

Julho de 2015.

ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Camaradas

A coordenação da Escola Nacional João Amazonas sente-se honrada em recebê-los (as) para o desenvolvimento deste Curso de Nível III, que busca o aprofundamento de conceitos do marxismo-leninismo e destina-se à formação de quadros do nosso Partido.

Esta importantíssima iniciativa contou com o inestimável esforço do coletivo partidário, que, da esfera central às estaduais, envolveu inúmeros quadros, militantes e funcionários e destinou preciosos (e custosos) recursos materiais e financeiros, numa demonstração do reconhecimento da extrema necessidade de investimento na Formação.

Diferentemente das situações em que, individualmente, nos inscrevemos para cursos no sistema regular de ensino, a participação num curso partidário constitui-se uma tarefa que nos é atribuída pelo coletivo, por ele custeada e ao qual devemos retorno – a começar com a nossa participação responsável e dedicada em todas as atividades programadas.

Para que este curso se desenvolva no melhor espírito de cooperação e fraternidade, num ambiente favorável à concentração e à reflexão, compartilhamos as presentes orientações e esperamos que sejam conscientemente observadas por todos(as) participantes.

1. É necessário conferir o máximo rigor ao cumprimento dos horários.
 - 1.1. Até 8h15 – higiene pessoal e café da manhã.
 - **A recepção do Hotel dará sinal de despertar entre 6h45 e 7h00.**
 - 1.2. Atividades pedagógicas (aula, estudo, discussão em grupos, debate em plenária):
 - Horário – de acordo com os cronogramas dos núcleos.
 - 1.3. Intervalos:
 - Merendas (manhã e tarde); almoço e jantar – de acordo com os cronogramas.

Obs.:

- a) Nas aulas, intervalos simples, a cada 50 minutos de exposição, ou segundo plano do/a professor/a.*
 - b) Reforçamos que o cardápio acertado com o Hotel não inclui refrigerantes e bebidas alcoólicas, cujo consumo será custeado pelos/as participantes.*
2. Em casos previamente definidos, ou a critério das equipes docentes, poderá haver alteração dos horários ou inversão da sequência das atividades.
3. **TUDO/AS DEVERÃO PARTICIPAR DE TODAS AS ATIVIDADES PREVISTAS PARA CADA TEMA.**
4. Para evitar interferência no desenvolvimento das aulas:
 - Não será permitida entrada atrasada ou saída antecipada, salvo com autorização do/a professor/a ou da coordenação, com tolerância de no máximo 10 minutos;
 - Os celulares deverão permanecer **DESLIGADOS**.
5. Para o bom aproveitamento, é necessário equilíbrio no uso do tempo livre, com garantia de tempo razoável para o repouso noturno.
 - 5.1. Recomendamos o recolhimento até, no máximo 0h30 (meia noite e meia) e o devido controle no consumo de bebidas alcoólicas.
 - 5.2. *O bar será fechado à meia noite.*
 - 5.3. *A partir das 23h00 – silêncio, nas dependências dos dormitórios.*
6. Os espaços e equipamentos de lazer estarão disponíveis nos horários livres.
7. Problemas relativos à hotelaria (funcionamento de chuveiros, limpeza, roupas de cama, equipamentos de lazer etc.) devem ser encaminhados junto à gerência do Hotel.
8. Desenvolvimento das atividades:
 - 8.1. Aulas, palestras e debates gerais – em turma única, no auditório.

- 8.2. Debates em grupos – em locais indicados pela coordenação.
- Os grupos serão heterogêneos, quanto a estados/regiões, gênero, idade, frente de atuação e permanecerão os mesmos ao longo de todo o curso.
- 8.3. A turma indicará 04 representantes, para encaminhamentos junto aos professores e à coordenação do curso.
9. Todos/as devem preparar-se adequadamente para participar do desenvolvimento de cada tema.
- 9.1. Antes das aulas, convém retomar os textos correspondentes aos tópicos de conteúdo, conforme programação, constante da apostila;
- 9.2. Para a discussão das questões propostas, considerar os apontamentos sobre as exposições dos (as) professores (as), além dos textos da apostila, bem como recordar o material das atividades preparatórias, (plataforma virtual – www.escolapcdob.org.br).
10. Para a obtenção do certificado de conclusão deste curso, os/as participantes deverão realizar as **atividades de avaliação em ambiente virtual**, cujos prazos e orientações serão enviados, oportunamente, aos respectivos endereços eletrônicos.
11. Demais orientações e informações sobre o funcionamento do curso serão obtidas junto à coordenação e à equipe de apoio (Nereide, Altair e Adriana).

Jacareí / SP, julho de 2015.
Escola Nacional João Amazonas.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

(Geral)

13/07 (segunda) – a partir das 12h00: Chegada dos Participantes e Credenciamento		
Dia	Horário	Atividade
13/07 (segunda)	15h30 16h00-19h30	Abertura Conferência Inaugural
14/07 (terça)	8h30-12h30 14h00-16h30 17h00-18h30	FILOSOFIA FILOSOFIA FILOSOFIA
15/07 (quarta)	8h30-12h30 14h00-16h30 17h00-18h30	FILOSOFIA FILOSOFIA FILOSOFIA
16/07 (quinta)	8h30-12h30 14h00-16h30 17h00-18h30 20h00-22h00	ESTADO/CLASSES ESTADO/CLASSES ESTADO/CLASSES Marxismo e Questão Racial
17/07 (sexta)	8h30-12h30 14h00-16h30 17h00-18h30	ESTADO/CLASSES ESTADO/CLASSES ESTADO/CLASSES
18/07 (sábado)	8h30-12h30 14h00-16h30 17h00-18h30	Economia Política & Desenvolvimento (EP&D) EP&D EP&D
19/07 (domingo)	8h30-12h30 14h00-16h30 17h00-18h30	EP&D EP&D EP&D
20/07 (segunda)	8h30-12h30	Emancipação da Mulher
	14h00...	<u>Confraternização e FOLGA</u>
21/07 (terça)	...14h00 14h00-16h30 17h00-18h30 19h30-22h30	<u>FOLGA</u> SOCIALISMO SOCIALISMO SOCIALISMO
22/07 (quarta)	8h30-12h30 14h00-16h30 17h00-18h30	SOCIALISMO SOCIALISMO SOCIALISMO
23/07 (quinta)	8h30-12h30 14h00-16h30 17h00-18h30	PARTIDO PARTIDO PARTIDO
24/07 (sexta)	8h30-12h30 14h00-16h30 17h00-18h30 18h30-20h00	PARTIDO PARTIDO PARTIDO Avaliação / Encerramento
25/07(sábado)	ATÉ 12h00	SAÍDA DOS PARTICIPANTES

DETALHAMENTO DO CRONOGRAMA

Dia: 13/07 (segunda)		
A partir das 14h00: chegada dos participantes e Credenciamento		
15h00	Merenda	
15h30 16h00-18h30 18h45-20h30	Abertura Conferência Inaugural Exibição do vídeo: <i>Homenagem aos 90 anos da Coluna Prestes</i> + Saudação e Lançamento de Livro	Adalberto; Nereide Luciana Santos Maria Prestes
20h30	JANTAR	

Dia: 14/07 (terça)		
Núcleo: Filosofia		
HORÁRIO	ATIVIDADE / TÓPICO DE CONTEÚDO	PROF. (A)
8h30-10h30	I – Teoria do Conhecimento a) O conceito de método; - A relação entre método, concepção de mundo e conhecimento; - A diferença entre método e metodologia; b) Teoria do Conhecimento no materialismo dialético - Conceito de teoria; - Relação entre teoria e prática;	Madalena Guasco
10h30-11h00	INTERVALO	
11h00-12h30	I – Teoria do Conhecimento (cont.) b) Teoria do conhecimento no materialismo dialético - A prática como critério da verdade; - Conceito filosófico de historicidade do sujeito e do conhecimento.	Madalena Guasco
12h30-14h00	ALMOÇO	
14h00-16h00	II – Leis e categorias gerais da dialética materialista a) Conceito de matéria e movimento para o materialismo dialético; b) A dialética materialista – suas leis e categorias.	Madalena Guasco
16h00-16h30	INTERVALO	
16h30-19h00	Grupos e debate geral	Madalena Guasco
19h00	JANTAR	

Dia: 15/07 (quarta)		
Núcleo: Filosofia (cont.)		
HORÁRIO	ATIVIDADE / TÓPICO DE CONTEÚDO	PROF. (A)
8h30-10h00	II – Leis e categorias gerais da dialética materialista (cont.) c) O conceito de transição; - A transição como elemento do movimento dialético; como momento específico do movimento; III – A atualidade do pensamento marxista-leninista e o enfrentamento da crise da teoria	Nereide Saviani
10h0-10h30	INTERVALO	
11h00-12h30	Grupos e debate geral	Nereide Saviani
12h30-14h00	ALMOÇO	
14h00-16h00	Relação entre a dialética materialista e outros métodos: principais momentos filosóficos ao longo da história tendo como referência o problema metodológico.	Dermeval Saviani
16h00-16h30	INTERVALO	
16h30-19h00	DEBATE	Dermeval Saviani
19h00	JANTAR	

Dia: 16/07 (quinta)
Núcleo: Estado e Classes

HORÁRIO	ATIVIDADE / TÓPICO DE CONTEÚDO	PROF. (A)
8h30-10h00	Classes Sociais e Lutas de Classes - classe em si, para si, origem, posição, interesse, frações, camadas sociais; - consciência de classe; - conceito de proletariado	Augusto Buonicore
10h00-10h30	INTERVALO	
10h30-12h30	Grupos e Debate Geral	
12h30-14h00	ALMOÇO	
14h00-16h00	O conceito de estado capitalista - sentido estrito e amplo; - aparelhos repressivos e ideológicos, autonomia relativa; - bonapartismo, bloco no poder, hegemonia.	Augusto Buonicore
16:00-16:30	INTERVALO	
16h30-19h00	Grupos e Debate Geral	Augusto Buonicore
19h00...	JANTAR	

Dia: 17/07 (sexta)
Núcleo: Estado e Classes (cont.)

HORÁRIO	ATIVIDADE / TÓPICO DE CONTEÚDO	PROF. (A)
8h30-10h00	O debate em torno da sucessão do modo de produção no brasil	Júlio Vellozo
10h00-10h30	INTERVALO	
10h00-12h30	O conceito marxista de povo e de nação. O debate sobre o povo e nação no brasil.	Júlio Vellozo
12h30-14h00	ALMOÇO	
14h30-16h00	As transições na história brasileira - Independência, Abolição, República, 1930	Júlio Vellozo
16h00-16h30	INTERVALO	
16h30-18h30	Grupos e Debate Geral	Júlio Vellozo
18:30-19h30	JANTAR	
19h30-22h00	Marxismo e Questão Racial	Augusto Buonicore

Dia: 18/07 (sábado)
Núcleo: Economia Política e Desenvolvimento

HORÁRIO	ATIVIDADE / TÓPICO DE CONTEÚDO	PROF. (A)
8h30-10h00	Os acordos de Bretton-Woods: Origem histórica, importância, elemento de sua constituição e principais características em um cenário de expansão e crises do imperialismo; Bretton-Woods e a influência do Keynesianismo; Declínio do imperialismo inglês; Ascensão e consolidação do imperialismo dos EUA.	Sérgio Barroso
10h00-10h30	INTERVALO	
10h30-11h30	Anos de ouro e estado do bem-estar social; O “declínio do consenso keynesiano” e o fim dos anos dourados: diminuição do crescimento e da produtividade mundial e a nova onda de internacionalização do grande capital; A diminuição das taxas de crescimento econômico.	Sérgio Barroso
11h30-12h30	Estagflação e a demolição das bases do sistema monetário internacional; As bases para a impulsão do processo de “financeirização” sistêmica do capitalismo; A globalização financeira como um padrão de acumulação de capital; Globalização, rentismo, especulação financeira e jogatina internacional.	Sérgio Barroso

12h30-14h00	ALMOÇO	
14h00-16h00	Breve conceituação das categorias moeda e mercado; As determinações constitutivas do mercado financeiro; A cronologia e as dimensões das crises financeiras dos anos 90; Características das crises financeiras hodiernas.	Sérgio Barroso
16h00-16h30	INTERVALO	
16h30-19:00	Grupos e debate geral	Sérgio Barroso
19h00	JANTAR	
Dia: 19/07 (domingo) Núcleo: EP&D (cont.)		
8h30-10h00	As mudanças ocorridas no desenvolvimento global a partir dos anos 70; A elevação das taxas de juros nos EUA e a repercussão na periferia dependente: Generalização dos ajustes macroeconômicos deflacionários e recessivos; Endividamento, estagnação e moratórias. A década perdida de 80: Quem ganhou e quem perdeu?	Marcelo Fernandes
10:00-10:30	INTERVALO	
10h00-12h30	II PND e as Causas do Esgotamento do Nacional-Desenvolvimentismo: A situação econômica e financeira do Brasil no II PND; O pós II PND e a deterioração fiscal do Estado brasileiro; Fundamentos e consequências da política econômica do regime militar; As características do endividamento brasileiro.	Marcelo Fernandes
12h30-14h00	ALMOÇO	
14:00-15h00	Os Anos 90: Governo Collor, Plano Collor e as Novas Formas de Desmantelamento das Funções do Estado Brasileiro. O Plano Real e o Aprofundamento deste Processo – desnacionalização de diversos setores industriais; política monetária baseada em altas taxas de juros e nos superávits fiscais.	Marcelo Fernandes
15h00-16h00	Características dos 08 anos de governo FHC: Do enfraquecimento a quase total vulnerabilidade externa do Estado brasileiro: Abertura da conta de capitais; Fim das contas CC-5; Fim de qualquer autonomia financeira e de política econômica; Submissão Total ao FMI.	Marcelo Fernandes
16h00-16h30	INTERVALO	
16h30-17h30	Governos Lula e Dilma: indicadores de vulnerabilidade ainda presentes no governo Lula. Medidas necessárias ao enfrentamento dos indicadores de vulnerabilidade do Lula: Inserção internacional soberana e a macroeconomia do crescimento e do pleno emprego; Características do atual modelo de crescimento econômico do Brasil e a comparação com os “BRICs”; A necessidade de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND); A transição do capitalismo ao socialismo.	Marcelo Fernandes
17h30-19h00	Grupos e debate geral	Marcelo Fernandes
19h00	JANTAR...	

Dia: 20/07 (segunda)		
HORÁRIO	ATIVIDADE / TEMA	PROF. (A)
8h30-10h00	Emancipação da Mulher	Ana Rocha
10h00-10h30	INTERVALO	
10h30-12h30	Grupos e debate geral	
12h30...	Almoco, Confraternização e FOLGA	F O L G A
Dia: 21/07 (terça)		
...14h00	F O L G A	...14h00

Dia: 21/07 (terça)
Núcleo: Socialismo

HORÁRIO	ATIVIDADE / TÓPICO DE CONTEÚDO	PROF. (A)
14h00-16h00	Categorias de transição ao socialismo. As teorizações de Marx, Engels Lênin; pensadores marxistas do século XX; elaboração dos PCs da China, Vietnã e Cuba. As reflexões do PCdoB e as contribuições de João Amazonas.	Elias Jabbour
16h00-16h30	INTERVALO	
16h30-18h30	Grupos e debate geral	Elias Jabbour
18h30-19h45	Características da economia chinesa na atualidade	Luiz Paulino
19h45-20h30	Debate	Luiz Paulino
20h30...	JANTAR	

Dia: 22/07 (quarta)
Núcleo: Socialismo (cont)

HORÁRIO	ATIVIDADE / TÓPICO DE CONTEÚDO	PROF. (A)
8h30-10h00	Marxismo e questão nacional nas experiências atuais e nas lutas pela construção do socialismo. Análise sobre China, Cuba e Venezuela. Relação entre marxismo e formação social brasileira.	Ronaldo Carmona
10h00-10h30	INTERVALO	
11h00-12h30	Grupos e debate geral	Ronaldo Carmona
12h30-14h00	ALMOÇO	
14h00-15h30	Evolução do pensamento estratégico do PCdoB: o Programa Socialista aprovado na 8ª Conferência	Walter Sorrentino
15h30-16h30	Debate	Walter Sorrentino
16h30h-17h00	INTERVALO	
17h00-18h30	PROGRAMA SOCIALISTA (12º Congresso/2009): aplicação e questões atuais	Renato Rabelo
18h30-19h30	Debate	Renato Rabelo
19h30...	JANTAR	

Dia: 23/07 (quinta)
Núcleo: Partido

HORÁRIO	ATIVIDADE / TÓPICO DE CONTEÚDO	PROF. (A)
8h30-10h00	A política de quadros como fator impulsionador da linha de estruturação do Partido Comunista de massas. O fortalecimento da militância política.	C Augusto Patinhas
10h00-10h30	INTERVALO	
10h30-12h30	Grupos e Debate	C Augusto Patinhas
12h30-14h00	ALMOÇO	
14h00-16h00	Participação dos comunistas em governos no capitalismo: histórico e atualidade	Ronald Freitas
16:00-16:30	INTERVALO	
16h30-18h30	Debate	Ronald Freitas
18:30...	JANTAR	

Dia: 24/07 (sexta)
Núcleo: Partido (cont.)

HORÁRIO	ATIVIDADE / TÓPICO DE CONTEÚDO	PROF. (A)
8h30-9h30	O Partido Comunista para a atualidade: necessidade e centralidade do trabalho – partido classista	Nivaldo Santana
9h30-10h30	Debate	Nivaldo Santana
10h30-11h00	INTERVALO	
11h00-12h00	Ética e valores comunistas	Nereide Saviani
12h00-13h00	Debate	Nereide Saviani
13h00-14h30	ALMOÇO	
14h30-15h30	O papel da 3ª Internacional na construção dos partidos leninistas	Altair Freitas
15h30-16h30	Debate	Altair Freitas
16h30-17h00	INTERVALO	

17h00-18h30	Avaliação / Encerramento	Nereide/ Altair
18h30...	JANTAR... [início da saída dos participantes]	

25/07 (sábado)
Até 12h00 – saída dos participantes

TEXTOS

TEMA 01

A Concepção de Mundo do Materialismo Dialético e Histórico [Núcleo: FILOSOFIA]

A DIALÉTICA DA NATUREZA *

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 4ª ed.

Friedrich Engels

[...]

Natureza Geral da Dialética como Ciência (p. 34-40).

(Desenvolver a natureza geral da dialética como ciência das relações, em contraste com a metafísica.)

As leis da dialética são, por conseguinte, extraídas da história da Natureza, assim como da história da sociedade humana. Não são elas outras senão as leis mais gerais de ambas essas fases do desenvolvimento histórico, bem como do pensamento humano. Reduzem-se elas, principalmente, a três:

- 1) A lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa;
- 2) A lei da interpenetração dos contrários;
- 3) A lei da negação da negação.

Essas leis foram estabelecidas por Hegel, de acordo com sua concepção idealista, como simples leis do pensamento: a primeira, na Primeira Parte de sua *Lógica*, na doutrina do Ser; a segunda ocupa toda a Segunda Parte de sua *Lógica*, a mais importante, que é a doutrina da Essência; a terceira, finalmente, figura como lei fundamental da construção de todo o sistema. O erro consiste em que essas leis são impostas à Natureza e à História, não tendo sido deduzidas como resultado de sua observação, mas sim como leis do pensamento. Toda sua construção, erigida sobre essa base, é tão forçada que chega, por vezes, a nos eriçar os cabelos: o mundo, quer o queira, quer não, deve adaptar-se a um sistema de ideias que, por sua vez, nada mais é do que o produto de determinada fase do desenvolvimento do pensamento humano. Se, entretanto, invertermos a coisa, tudo se torna simples e as leis dialéticas, que parecem tão misteriosas na filosofia idealista, se tornam claras como o Sol.

* *A dialética da natureza* é uma obra que Engels pretendia escrever desde o início da década de 1870. Absorvido com as tarefas práticas da direção do movimento operário, e com a tarefa de concluir a edição de *O Capital* após a morte de Marx em 1883, Engels nunca conseguiu concluir seu projeto. Os manuscritos preparatórios para a redação desta obra foram resgatados pelos bolcheviques soviéticos após a revolução de Outubro de 1917, e publicados em russo e alemão em 1925, por iniciativa de Riazanov. A primeira edição inglesa só apareceu em 1939, com um prólogo de J.B.S. Haldane, grande cientista e marxista britânico. [Cf. Olival Freire Jr, na Ficha de Leitura do Prefácio a' *A Dialética da Natureza*. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/escola/noticia.php?id_sessao=75&id_noticia=2800]. (Nota de Nereide Saviani – Escola Nacional João Amazonas).

Por outro lado, todo aquele que conheça razoavelmente a obra de Hegel saberá que ele arranja as coisas, em centenas de pontos de seu trabalho, de maneira que os exemplos mais esclarecedores das leis dialéticas ele os vai buscar na Natureza e na História.

Não nos propomos redigir um tratado de dialética, mas apenas ressaltar que as leis dialéticas são leis reais de desenvolvimento da Natureza e, por conseguinte, válidas no que diz respeito à teoria das ciências naturais. Por esse motivo, não podemos entrar em detalhes quanto à correlação entre as leis.

I) *Lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa.* Podemos expressá-la, para o objetivo que temos em vista, dizendo que, na Natureza, de um modo que se mantém sempre igual em cada particular, as mudanças qualitativas só se podem realizar por acréscimos ou por subtração quantitativa de matéria ou de movimento (a chamada energia). (1)

Na Natureza, todas as diferenças qualitativas se baseiam, seja em uma composição química diferente ou em diferentes quantidades ou formas de movimento (energia) ou, coisa que acontece quase sempre, em ambas. Torna-se, portanto, impossível modificar a qualidade de um corpo, sem fornecer-lhe ou tirar-lhe matéria ou movimento, isto é, sem provocar uma mudança quantitativa no corpo em questão. Dessa forma, o misterioso princípio hegeliano se torna, ao mesmo tempo, inteiramente racional e perfeitamente evidente.

Constitui uma tarefa supérflua ressaltar também os diferentes estados alotrópicos (2) ou de agregação dos corpos, por não dependerem de diferenças de agrupamentos moleculares, mas sim pelo fato de serem determinados por quantidades maiores ou menores de movimento que sejam transmitidas aos referidos corpos.

Mas qual é a mudança de forma do movimento ou da chamada energia? Quando transformamos o calor em movimento mecânico ou, inversamente, não se modifica a qualidade, permanecendo invariável a quantidade? Exatamente. Mas a mudança de forma do movimento é como o vício, segundo o define Heine: qualquer pessoa pode ser virtuosa isoladamente, porque para pecar são necessários dois. A mudança de forma do movimento é um processo que se realiza sempre, pelo menos, entre dois corpos, um dos quais perde determinada quantidade de movimento de outra qualidade (movimento mecânico, eletricidade, decomposição química). Quantidade e qualidade se correspondem, pois, em ambos os sentidos e reciprocamente. Até agora não se conseguiu, dentro de um corpo isolado, transformar o movimento, passando-o de uma a outra forma.

Ocupamo-nos, por enquanto, apenas dos corpos inanimados. Para os corpos animados predomina a mesma lei, mas esta se verifica sob condições muito mais complicadas, sendo frequentemente impossível, hoje em dia, sua medição quantitativa. (3)

Se imaginarmos um corpo qualquer inanimado, dividido e subdividido em partes cada vez menores, a princípio não se verifica nenhuma mudança qualitativa. Mas isso tem um limite; se conseguirmos, como na evaporação, pôr em liberdade as diferentes moléculas, podemos, em geral, continuar dividindo-as, mas somente com uma mudança total da qualidade: a molécula é decomposta em seus átomos e estes possuem propriedades inteiramente diferentes daquela. Em moléculas constituídas de diferentes elementos químicos, ao invés da molécula composta, aparecem os átomos desses elementos. Nas moléculas de corpos simples, aparecem os átomos livres, que exercem efeitos inteiramente diferentes: os átomos livres de oxigênio nascente fazem facilmente o que os átomos prisioneiros na molécula de oxigênio atmosférico não conseguem jamais.

Mas também a molécula é qualitativamente diferente da massa do corpo a que pertence. Pode realizar movimentos independentes dessa mesma massa, embora permaneça aparentemente em repouso: vibrações calóricas, por exemplo; pode, mediante a mudança de sua posição ou de sua relação com as moléculas vizinhas, transformar o corpo em outro estado alotrópico, ou em outra agregação, etc. Vemos assim que a divisão, tendo embora um caráter puramente quantitativo, impõe um limite, transposto o qual se converte em uma diferenciação qualitativa. A massa consta de moléculas, mas na realidade é qualquer coisa diferente da molécula como esta, por sua vez, é diferente do átomo. É sobre essa diferenciação que repousa a separação da mecânica, como ciência das massas celestes e terrestres, da física, como mecânica da molécula, e da química, como física dos átomos.

Na mecânica, não se trata de qualidades, mas quando muito de estados como o equilíbrio, o movimento, a energia potencial, os quais consistem na transmissão mensurável do movimento e podem ser expressões quantitativamente. Se for produzida, nesse processo, uma mudança quantitativa, esta será determinada por uma correspondente mudança quantitativa.

A física encara os corpos como se fossem quimicamente invariáveis, indiferentes. Nela, temos que nos haver com as mudanças de seus estados moleculares e com as mudanças de forma do movimento que, em todos os casos, pelo menos em um dos lados, é posto em jogo pela molécula. Neste caso, toda mudança é uma

transformação de quantidade em qualidade, consequência de mudanças quantitativas da quantidade de movimento, sob uma forma qualquer, própria do corpo. "Assim, por exemplo, o grau de temperatura da água é, no começo, indiferente quanto ao seu estado líquido; mas, ao aumentar ou diminuir a temperatura da mesma, chegará um ponto em que seu estado de coesão se modifica e a água é transformada em vapor ou gelo". (Hegel, Enciclopédia, edição das Obras Completas, t. VI, pág. 217). Assim, basta uma corrente elétrica mínima para tornar incandescente o filamento de platina da lâmpada de iluminação; assim é que cada metal tem sua temperatura de incandescência e de fusão; e cada líquido, seu ponto de congelamento e de ebulição sob determinado grau de pressão, como é claro, na medida em que nossos meios nos permitam produzir a temperatura correspondente; e assim, finalmente, cada gás tem um ponto crítico em que a compressão ou o resfriamento o formam líquido. Em poucas palavras: as chamadas *constantes*, na física, em geral não são mais do que a designação de pontos nodais em que o acréscimo ou subtração quantitativa de movimento, provoca uma mudança qualitativa no estado do corpo considerado, ou seja, em que a quantidade se transforma em qualidade. (4)

Mas o domínio em que a lei natural estabelecida por Hegel celebra os seus maiores triunfos, é no da química. Pode-se definir a química como sendo a ciência das mudanças qualitativas dos corpos em consequência das mudanças verificadas em sua composição quantitativa. Já o próprio Hegel sabia disso. (*Lógica*, Obras Completas, t. III, pág. 433). Consideremos o corpo mais ao nosso alcance: o oxigênio. Se três átomos se agruparem em uma molécula, em vez dos dois átomos habituais, teremos o ozônio, corpo muito diferente do oxigênio ordinário, quer por sua cor, que por sua ação. E a imensa variedade de condições em que o oxigênio se combina com o nitrogênio ou o enxofre e nas quais cada uma constitui um corpo qualitativamente diferente de todos os outros. Quão diferente é o gás hilariante (o monóxido de nitrogênio: (N2 O) do pentóxido de nitrogênio (N2 O5)! O primeiro é um gás; o segundo, um corpo sólido, cristalino, sob temperatura ordinária. E, no entanto, toda a diferença de sua composição consiste em que o segundo contém cinco vezes mais oxigênio do que o primeiro. E, entre ambos, há outros três óxidos de nitrogênio (N O, N2 O3 e N O2) cada um dos quais é diferente entre si e diferente dos retrocitados.

Mais notável ainda se manifesta esta lei nas séries homólogas das combinações do carbono, especialmente no referente aos hidrocarburetos simples. O primeiro da série, é o metano. O carbono tem quatro valências que, nesse corpo estão saturadas por quatro átomos de hidrogênio. O segundo, o etano, (C2 H6), tem dois átomos de carbono unidos entre si, por uma de suas valências, e as outras seis, livres, unidas com seis átomos de hidrogênio. E assim continua a série: C3 H8, C4 H10 etc., segundo a fórmula $C_n H_{2n + 2}$. Com o acréscimo, cada vez, de um átomo de carbono e dois de hidrogênio, forma-se um corpo qualitativamente diferente do anterior. Os três primeiros termos da série, são gases; o termo mais elevado que se conhece (5) o hexadecano C18 H34 é um corpo sólido, tendo seu ponto de ebulição a 270° C. Da mesma forma se comporta a série dos álcoois primários, de fórmula $C_n H_{2n + 2O}$ e os ácidos graxos monobásicos (de fórmula $2O C_n H_{2n O2}$) ambos derivados (teoricamente) das parafinas. Que mudança qualitativa pode produzir o acréscimo quantitativo de C3 H6.? A experiência nos ensina, quando consumimos álcool etílico (C2 H6 O) sob qualquer forma aceitável, sem mistura de outros álcoois e quando, outra vez, tomamos o mesmo álcool etílico mas com um pequeno acréscimo de álcool amílico (C5 H12 O), que constitui o principal componente do *infame fuel oil*. Na manhã seguinte, nossa cabeça o percebe, com toda a segurança e para seu prejuízo, de modo que até se poderia dizer que a bebida e seu estado subsequente *representam* a quantidade transformada em qualidade; por um lado, de álcool etílico e, por outro, das moléculas de álcool amílico, acrescidos a esse C3 H6.

Nessas séries, a lei hegeliana se nos apresenta também sob outra forma. Os primeiros termos admitem uma só posição oposta dos átomos. Mas, se a quantidade dos átomos unidos numa célula alcança um tamanho determinado para cada série, então o agrupamento dos átomos pode realizar-se de diversas maneiras na molécula; podem aparecer, assim, dois ou mais corpos isômeros que possuem igual quantidade de átomos C, H e O em sua molécula, mas são qualitativamente diferentes. Podemos até calcular quantas isomerias são possíveis para cada termo da série. Assim, na série de hidrocarbonetos C4 H10, são possíveis duas; para C5 H12, três; para os graus mais elevados, cresce muito rapidamente o número de isômeros. É assim, outra vez, o número quantitativo de átomos na molécula, o que determina a possibilidade teórica e, na medida em que ela se verifica, também a existência real desses corpos isômeros qualitativamente diferentes.

Há ainda mais. Da analogia dos corpos que nos são conhecidos, nessas séries, podemos tirar conclusões sobre as propriedades físicas dos termos ainda desconhecidos e estabelecer, com grande exatidão, (pelo menos para os termos mais próximos dos conhecidos) suas qualidades, tal como seu ponto de ebulição etc.

Finalmente: a lei hegeliana é válida não só para os corpos compostos, como também para os próprios elementos químicos. Sabemos agora "que as propriedades químicas dos elementos são uma função periódica dos pesos atômicos" (Roscoe-Schorlemmer, *Ausführliches Lehrbuch der Chemie*, t. 11, pág. 823). Por conseguinte, sua qualidade é determinada pela quantidade de seu peso atômico. A respectiva demonstração foi feita brilhantemente. Mendelejeff demonstrou que, nas séries dos corpos simples aparentados, ordenados por seus pesos atômicos, encontram-se diferentes lacunas, indicando que, nelas, estão faltando outros elementos a serem descobertos. Um desses elementos desconhecidos, que Mendelejeff denominou eka-alumínio (porque continua a série que começa com o alumínio), foi por ele descrito antecipadamente em suas propriedades químicas gerais, sendo previsto aproximadamente seu peso específico bem como seu peso e volume atômicos. Poucos anos depois, Lecoq de Boisbaudran (Paul Emile, 1838-1912) descobriu esse elemento, confirmando as previsões de Mendelejeff, com ligeiras diferenças. O eka-alumínio era, na realidade, o gálio (ibid., pág. 828). Tendo empregado - inconscientemente - a lei hegeliana da transformação da quantidade em qualidade, havia realizado Mendelejeff uma façanha científica que se pode colocar, decididamente, ao lado do cálculo feito por Leverrier da órbita do planeta Netuno, naquela época desconhecido.

Na biologia, da mesma forma que na história da sociedade humana, a referida lei é demonstrada a cada passo; mas desejamos apoiar-nos, neste ponto, em exemplos tirados das ciências exatas, dado que nelas as quantidades são exatamente mensuráveis e podem ser seguidas.

Provavelmente, os mesmos senhores que, até agora, têm vociferado contra a transformação da quantidade em qualidade, classificando-a de misticismo e transcendentalismo incompreensível, declaração que essa lei é uma coisa evidente, trivial, sem importância; que a tem usado desde algum tempo, de sorte que nada de novo se lhes está ensinando. Mas o fato é que haver formulado, pela primeira vez, uma lei geral aplicável ao desenvolvimento da Natureza, da sociedade e do pensamento, segundo uma forma válida para todos os casos, constitui, sem dúvida, uma façanha de transcendência histórica mundial; e esses senhores estiveram transformando, desde alguns anos, a quantidade em qualidade, sem saber o que faziam; deverão consolar-se com Monsieur Jourdain, de Molière, que também, durante toda a sua vida, havia feito prosa sem jamais ter suspeitado.

NOTAS

(1) - Esta parte foi provavelmente escrita em data posterior à primeira. Emprega o termo *energia* para superar conceitualmente os termos *força e movimento*, quando estes medem capacidade para executar trabalho. (*N de Haldane*)

(2) - Diz-se que numa substância e *alotrópica*, quando suas moléculas ou átomos estão dispostos de forma diferente, constituindo substâncias com propriedades distintas. Assim, o diamante e o *grafito* são formas alotrópicas do carbono. O fato de terem diferentes conteúdos energéticos foi previsto por Engels, mas somente comprovado depois de sua morte. (*N. de Haldane*)

(3) - A opinião de Engels foi inteiramente confirmada por meio de medições muito cuidadosas. (*N. de Haldane*)

(4) - Neste ponto, como acontece frequentemente, Engels avançou muito além de seu tempo. Há cinquenta anos era evidente que o ponto de fusão de uma substância era um ponto nodal. Agora, porém, sabemos que também a sua cor representa uma série de pontos nodais. Ao aumentar a frequência do vermelho ao violeta, tem-se uma série de frequências capazes de pôr em rotação ou vibração as moléculas, de um modo particular. A luz dessas frequências é por conseguinte, absorvida. E a cor de uma substância é simplesmente a expressão de sua capacidade para absorver luzes de diferentes frequências. Seria possível dar outros exemplos. (*N. de Haldane*)

(5) - Desde a época de Engels, foram obtidos muitos outros termos da série. (*N. de Haldane*)

QUESTÃO PARA DEBATE

Como Engels descreve as principais leis da dialética e quais seus argumentos de contraposição à concepção idealista de Hegel sobre essas mesmas leis?

O ENTENDIMENTO DIALÉTICO DA TRANSIÇÃO

Revista *Princípios* – N. 67, NOV/DEZ/JAN, 2002-2003, PÁGINAS 51-53

Madalena Guasco Peixoto

A eleição de Lula fomenta o debate sobre a emergência do novo e também envolve reflexão filosófica. A transição é um fenômeno dialético e, assim, reveste-se de importância teórica.

Ao trabalhar com os elementos do movimento em várias ocasiões, e através de muitos exemplos, Marx, Engels e Lênin tiveram o cuidado de evidenciar as particularidades deste aspecto do movimento. Nas inter-relações entre as leis da dialética – unidade e luta dos contrários, das transformações quantitativas em qualitativas e a negação da negação – o processo evolutivo e transitório é destacado como parte do movimento.

No processo do movimento dos fenômenos, o nascimento do novo se dá do desgaste do velho, existindo um processo transitório de consolidação dos aspectos novos na medida em que se desgastam os elementos velhos e ultrapassados. Isto ocorre de maneira interdependente, ou seja, os elementos do novo, ao se fortalecerem, vão dando por desgastados os elementos do velho.

E já que a realidade é una, os aspectos do novo vão formando a realidade qualitativamente nova desgastando os elementos de uma velha realidade.

Nos Cadernos Filosóficos Lênin ao estudar o livro de Hegel *Ciência da Lógica* destaca uma citação cujo conteúdo se refere ao processo evolutivo e transitório:

“Mas o outro não é, essencialmente, o negativo vazio, o nada, aquilo que é tomado como resultado habitual da dialética, mas é o outro do primeiro, o negativo do imediato; portanto, ele está determinado como o imediato – contém, em geral, em si a determinação do primeiro. O primeiro é, assim, essencialmente conservado e mantido também no outro. Reter o positivo no seu negativo – o resultado da pressuposição –, no resultado, é isto o mais importante no conhecer racional; simultaneamente faz parte da mais simples reflexão convencer-se da absoluta verdade e necessidade desta exigência e, no que diz respeito aos exemplos para o demonstrar, a lógica toda é nisso que consiste”. (Lênin, Cadernos Filosóficos. In: Obras escolhidas. Tomo 6. Lisboa: Avante, 1989. p. 203)

Essa citação destacada por Lênin da compreensão do processo dialético revela, em primeiro lugar, que no processo de desenvolvimento existe uma base de continuidade sobre a qual se processa o novo, na realidade não existe um abismo, um hiato, entre os novos elementos que se fortalecem; e os velhos elementos que se desgastam, em segundo lugar, nos chama atenção para o fato de que convivem concomitantemente no processo em dados momentos o velho e o novo.

Lênin destaca em outra passagem as conclusões de Hegel sobre os elementos que compõem a análise dialética:

- “1) A objetividade da observação (não exemplos, não desvios, mas a coisa em si própria).
 - 2) Toda a soma das variações, relações desta coisa com as outras.
 - 3) O desenvolvimento desta coisa (fenômeno respectivo), o seu próprio movimento, a sua própria vida.
 - 4) As tendências (e aspectos) internamente contraditórias nesta coisa.
 - 5) A coisa (o fenômeno, etc.) como soma e unidade dos contrários.
 - 6) A luta respectiva ao desenvolvimento destes contrários, impulsos contraditórios, etc.
 - 7) União da análise e da síntese – a decomposição em partes isoladas e a soma, a adição destas partes.
 - 8) As relações de cada coisa (fenômeno, etc.) não só são variadas, mas gerais, universais. Cada coisa (fenômeno, processo, etc.) está ligada com todas as outras.
 - 9) Não só unidade dos contrários, mas também a transição de cada determinação, qualidade, traço, aspecto, propriedade, para cada outro (para o seu contrário?).
 - 10) O processo infinito de descoberta de novos aspectos, relações, etc.
 - 11) O processo infinito de aprofundamento do conhecimento pelo homem da coisa, dos fenômenos, dos processos, etc., dos fenômenos à essência e de uma essência menos profunda a uma essência mais profunda.”
- (Idem, p.199)

Nessa citação destacada por Lênin, em seu estudo *A ciência da lógica de Hegel*, se destaca sua preocupação em determinar como o pensamento humano decifra o enigma do movimento e daí retira uma compreensão dialética do fenômeno.

Quais decorrências podem ser aferidas, então?

A primeira delas é que a análise do fenômeno ou processo tem sua base na objetividade, ou seja, o fenômeno possui suas particularidades e existência objetiva. No entanto, diferente da concepção metafísica, a dialética nos revela que os aspectos objetivos ultrapassam o que – na aparência – o fenômeno revela. Tais elementos por si só não dão conta da essência do fenômeno. É preciso entendê-lo nas suas múltiplas determinações como nos revela a lei da conexão universal entre os fenômenos, ou seja, nas relações necessárias que este fenômeno desenvolve com outros, os quais determinam também seu movimento interno e sua própria existência e processo.

O segundo aspecto é que os fenômenos ou processos são formados por tendências contraditórias, ou como diz Hegel, impulsos contraditórios, e que esta unidade de contrários se completa com a transição em movimento de transformação. O que determina as tendências de um determinado processo é o processo mesmo que contém dentro dele as suas próprias possibilidades; no entanto, estas possibilidades vão se tornando realidade na medida em que se efetivam.

Assim, necessidade na dialética representa a tendência contida na essência do fenômeno e que determina as suas possibilidades concretas e objetivas de transformação, sempre lembrando que as necessidades não operam na realidade de forma simples e direta – os fenômenos na sua inter-relação engendram novas necessidades e possibilidades.

É aqui que uma categoria da dialética se reveste de importância e nos ajuda a entender melhor os processos de transição, a categoria em questão é a que revela a relação entre realidade, possibilidade e necessidade.

Destaca Lênin, nos Cadernos Filosóficos: “O conjunto, a totalidade, dos momentos da realidade, que no seu desdobramento se mostra como a necessidade” (p.145) “(...) realidade, possibilidade e necessidade constituem os momentos formais do absoluto. A necessidade real é (...) ligação com o conteúdo. (...) Esta necessidade, porém, é simultaneamente relativa” (pp.144-145)

Sobre as possibilidades que um determinado fenômeno ou processo que a realidade possa conter, ele destaca no mesmo texto: “Se isto é possível ou impossível, depende do conteúdo, isto é da totalidade dos momentos da realidade, que no seu desdobramento se mostra como necessidade”. (p.145)

As categorias da dialética materialista traduzem aspectos das leis essenciais do desenvolvimento objetivo dos fenômenos e processos.

No curso de seu desenvolvimento, o que nasce não se afirma de um só golpe. Ao princípio não é mais do que uma possibilidade. A possibilidade de nascimento e desenvolvimento deste ou daquele fenômeno depende de uma série de condições. Se estas condições se concretizam, a possibilidade se transforma em realidade.

A possibilidade dos fenômenos e sua realidade se diferenciam pelo fato de que a possibilidade é, apenas, premissa necessária para o desenvolvimento dos fenômenos, ao passo que a realidade já é uma possibilidade realizada.

A categoria possibilidade fixa justamente o estado, o grau de desenvolvimento dos objetos e dos fenômenos, quando não são ainda realidade, mas apenas tendência possível do desenvolvimento. No entanto, é preciso distinguir a possibilidade formal, abstrata, da possibilidade real, concreta.

Do ponto de vista da possibilidade formal “tudo é possível”, porque a possibilidade formal ou abstrata não se baseia em condições concretas, reais, que tornem – baseadas na essência, ou conteúdo do fenômeno – sua transformação em realidade necessária.

Hegel ao levantar esse aspecto do movimento destacou que “é possível que esta noite, a Lua caia na Terra, uma vez que a Lua é um corpo separado da Terra e pode também, por isso, vir abaixo como uma pedra que se atira para o alto; é possível que o sultão da Turquia se faça Papa, uma vez que é homem e, como tal, pode converter-se à fé cristã, fazer-se frade católico, etc.”. (p. 35).

Como depreendemos dos exemplos de Hegel, as possibilidades formais são ocas, vazias e formalistas porque não possuem fundamento concreto algum na realidade.

Para que a possibilidade tenha conteúdo real, é necessário que possua raízes na própria realidade, que tenha existência objetiva, que todo o conjunto de condições a faça real.

Não se pode confundir a possibilidade com a realidade, uma vez que do ponto de vista metodológico isso leva a uma compreensão incorreta do momento e, por conseguinte, também à fixação incorreta de análise e das tarefas práticas.

A dialética materialista prescreve não apenas o comprovar tal ou qual processo, mas também compreender as condições necessárias para fazer dessa possibilidade uma realidade – ela acentua o papel imenso da prática, da luta que se desenrola no curso dessa transformação.

A possibilidade do novo, do progressivo, opõe-se à possibilidade de manutenção temporal do velho, de uma vitória passageira dos elementos retardatários.

A possibilidade do desenvolvimento do novo não pode jamais se converter em realidade sem a luta entre o novo e o velho, entre as possibilidades de real mudança e as possibilidades de manutenção do essencial contido no velho.

Essa categoria reforça a compreensão do processo de transição contido no movimento dos processos e fenômenos, e demonstra também que o materialismo dialético não tem nada em comum com o fatalismo, segundo o qual se deve esperar simplesmente que a tendência necessária do desenvolvimento se transforme ela mesma em realidade – já que as leis mais gerais, econômicas, sociais, políticas ou da natureza, determinam essa tendência. As leis objetivas criam uma possibilidade real, possibilidade que se trata de se transformar em realidade.

Este instrumental filosófico e metodológico da dialética é fundamental para a análise das possibilidades reais e formais, das possibilidades no campo da análise de todos os fenômenos, inclusive os políticos.

Transição atual

Vivemos, com a vitória de Lula, um intenso debate acerca do caráter do novo governo – seu conteúdo e suas possibilidades em realizar um projeto de desenvolvimento para o país que se baseie na defesa da soberania nacional, da democracia e do resgate dos direitos dos trabalhadores e do povo.

A eleição de Lula traz à cena política um intenso debate sobre o novo e as mudanças, já que sem dúvida representou o anseio das mudanças concretizado nas urnas.

Compreensões contraditórias acerca deste novo processo começam a aparecer no debate, tendo como objetivo imprimir idéias e determinar ações. Se não por outros motivos, nos defrontamos com um debate teórico de extrema importância.

Destaco aqui pelo menos duas visões idealistas e esquemáticas que já aparecem delimitadas. Uma primeira defende que no processo de mudanças o novo e progressista se instaura instantaneamente. Como se a realidade herdada perdesse imediatamente seu caráter objetivo, como se tivesse sido totalmente derrotada e o velho automaticamente se dissolvesse sem processo algum – e uma nova realidade nacional e internacional tivesse surgido e se completado objetiva e inteiramente. Aqui o novo já é realidade e, sem contradição ou empecilho, somente se fortalecerá – e se isso não ocorrer tal qual está determinado seria por mera falta de vontade subjetiva.

A segunda, um pouco mais tímida, mas também importante, é a que pretende imprimir ao processo de transição um caráter permanente e indefinido, como se isso fosse possível. Transforma a transição em objetivo e não a vê como um processo que, a depender de como se desenvolva, vai dando à realidade seus contornos. O perigo dessa concepção é ir se conformando com os aspectos da realidade que fortalecem o velho, impondo uma inoperância à ação prática.

No processo de transição, as tendências de construção do novo somente se fortalecem se, paulatinamente, com base nas possibilidades objetivas e não formais, se enfraqueçam as velhas tendências de permanência. Sem isso a construção do novo é apenas intenção anunciada, porém sem concretização na realidade.

O processo de transição é um processo complexo e contraditório, no qual as possibilidades vão sendo construídas e não são dadas totalmente a priori. A análise do conteúdo, da correlação de forças, das múltiplas determinações objetivas, que a realidade em seu desenvolvimento engendra, vai determinando as contraditórias possibilidades e caminhos da ação prática para a construção do novo no sentido progressista. Requer ação política dialética e materialista, negando o subjetivismo e o esquematismo.

Aqui se separam a correta compreensão dialética do movimento dos processos e dos fenômenos daquelas que, em nome das mudanças, emperram a sua concretização.

A transição exige análise permanente que determine, na complexidade da realidade e em seu movimento contraditório, os caminhos de ação consciente e vá abrindo e fortalecendo as possibilidades de construção de um novo projeto para o país, em meio a tendências contrárias a sua concretização. As análises do desgaste objetivo e

subjetivo do projeto neoliberal demonstram que existem também as tendências subjetivas e objetivas para a concretização de um novo modelo de desenvolvimento que vá derrotando na prática o neoliberalismo e transformando a realidade do nosso país.

Madalena Guasco Peixoto – Professora Doutora da PUC-SP e membro do Comitê Central do PCdoB.

A TRANSIÇÃO AO COMUNISMO REQUER CORRETA ORIENTAÇÃO MARXISTA

Revista *Princípios* – N. 39, nov/dez/jan, 1994-1995, páginas 4- 7

Por João Amazonas*

A construção do socialismo não é apenas um ato de vontade, impulso revolucionário, mas fundamentalmente consciência científica das leis do desenvolvimento histórico.

Considero um grande acontecimento na história do movimento operário e progressista do nosso país o lançamento do Programa Socialista, elaborado pelo Partido Comunista do Brasil. Já completamos 73 anos de existência. Desde a fundação do Partido, em 1922, erguemos a bandeira do socialismo científico. Mas não havíamos conseguido dar forma concreta aos objetivos perseguidos.

Em 1954, no 4º Congresso do Partido, aprovamos um Programa que continha sérios erros e teve de ser abandonado. Na Conferência extraordinária de 1962, que reorganizou o Partido, indicamos outro Programa, que definia lucidamente uma orientação revolucionária, mais próxima da realidade brasileira. Carecia, porém, de base teórica sólida e de clara perspectiva estratégica.

Não foi fácil chegar ao Programa Socialista. Este não é uma simples afirmação dos ideais comunistas, nem se baseia em experiência positiva do movimento operário internacional. Suas raízes estão no esforço teórico e ideológico que o PCdoB vem fazendo desde a década de 1950 para assimilar em sua essência a grande doutrina criada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários proletários.

Podemos dizer que o nosso Programa é, de certo modo, produto da derrocada do socialismo na União Soviética. Tal afirmação pode parecer incoerente, mas encerra uma grande verdade. O movimento operário no Brasil sempre se enriqueceu com as contribuições teóricas e políticas da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, com os êxitos incontestáveis da construção do socialismo. Por insuficiências nossas, absorvíamos sem espírito crítico tudo o que vinha da URSS, revelando, com isso, interpretação dogmática da doutrina marxista-leninista.

A vitória da contra-revolução na União Soviética, em 1957, foi o primeiro e decisivo grande choque que nos ajudou a entender a maneira deformada, unilateral de encarar a teoria e a própria edificação do socialismo – de tal modo que rompemos com o oportunismo da direção do PCB e reconstruímos vitoriosamente o PCdoB.

Durante mais de três décadas, fomos combatentes aguerridos contra o revisionismo contemporâneo que pontificou na União Soviética, a começar por Kruschew até Gorbachev, descarado defensor do capitalismo, inimigo dos ideais revolucionários de Lênin e dos bolcheviques.

A derrota final do socialismo na União Soviética, no início dos anos 1990, estremeceu convicções idealistas, não dialéticas, que ainda defendíamos. Começamos a ver que a construção do socialismo não era apenas ato de vontade, impulso revolucionário, mas, fundamentalmente, consciência científica das leis do

* Texto referente à intervenção especial de João Amazonas – então Presidente nacional do Partido Comunista do Brasil – na 8ª Conferência Nacional do PCdoB, em 1995, que aprovou o *Programa Socialista para o Brasil*, reformulado no 12º Congresso, em 2009, mas tendo por suporte esses mesmos princípios sobre concepção e características de processos de transição. [Nota da Escola Nacional do PCdoB].

desenvolvimento histórico, com base nas quais se dão os passos necessários ao avanço da nova sociedade. Querer é uma coisa. Mas é preciso querer aquilo que se ajuste à realidade objetiva. Não se chega aos fins colimados sem que existam, ou tenham sido criadas, as condições imprescindíveis à realização dos nossos anseios do progresso social.

O dogmatismo não foi fenômeno isolado que atingiu tal ou qual partido. Disseminou-se amplamente no movimento operário internacional, tendo fontes geradoras na própria União Soviética, que insistia em apresentar o seu novo modelo de revolução e de construção do socialismo como válido para todos os países. Os que discordaram, como Togliatti e outros, não souberam situar-se corretamente, e caíram em posições oportunistas que negavam a revolução proletária. No exame dos acontecimentos negativos verificados na União Soviética, que culminam com a volta do capitalismo, detivemos-nos particularmente numa questão que julgamos decisiva à compreensão dos erros cometidos na construção do socialismo, e que poderia ter grande importância na elaboração do nosso Programa Socialista. Retificamo-nos ao período de transição. É um tema pouco analisado e pouco estudado criticamente. No entanto, a experiência vai mostrando que aqui reside uma questão-chave para elucidar variados problemas da revolução e da edificação da nova sociedade.

Marx considerava que, entre a sociedade capitalista e a comunista, medeia o período de transformação revolucionária de uma em outra, ao qual correspondia também um período político de transição, em que o Estado é a ditadura revolucionária do proletariado.

Engels assinalou que à vitória da revolução socialista se seguiria um período de transição extremamente complexo e difícil: “A questão das etapas é das mais difíceis de todas as que poderão advir, pois as condições modificam-se constantemente”.

São indicações gerais mas significativas, orientadas para compreender as dificuldades que surgiram com a passagem do poder à classe operária. Não se poderia saber antecipadamente como seria construída em cada país a nova sociedade. Os elementos essenciais à construção decorriam da própria revolução que expropriava a burguesia. Isso não era tudo. A edificação é muito mais complexa: aborda não apenas o setor econômico, ainda que fundamental, mas também os problemas sociais, políticos, culturais e outros que conformam a feição de uma sociedade emergente. Os prazos que comporta cada etapa, os ritmos do desenvolvimento, as especificidades dos diferentes países têm de ser considerados.

Todos esses problemas afloram como desafios a serem enfrentados com a vitória da Revolução na Rússia em 1917. Tanto no campo teórico como no prático, apresentavam-se questões novas, exigindo urgentes soluções. Sem resolvê-las de imediato, surgiram transtornos.

Lênin dizia, no período inicial da Revolução, com espírito autocrítico:

“Cometemos e estamos cometendo muitos erros e sofremos muitos reveses. Nosso comunismo foi apressado, imposto pela guerra e pela impossibilidade de obter mercadorias ou de fazer funcionar as fábricas. (...) Levados pela onda de entusiasmo que havia despertado o povo (...), acreditávamos que podíamos cumprir, apenas por meio desse entusiasmo, tarefas econômicas da mesma magnitude das tarefas políticas e militares realizadas. (...) Supúnhamos possível organizar de forma direta, pela só existência do Estado proletário, a produção estatal e a distribuição estatal de produtos à maneira comunista num país de pequenos camponeses”.

A transição e suas particularidades na Rússia tornaram-se temas de constante preocupação teóricas de Lênin. Não custou muito a proclamar: “Fomos e somos um país de pequenos camponeses, a transição do comunismo é para nós extremamente mais difícil que em outra situação”. Elaborou uma série de medidas que incluíam o desenvolvimento relativo do capitalismo no campo e nas pequenas empresas, a utilização do capitalismo de Estado, a par do reforço da economia socialista, para vencer as dificuldades e avançar rumo ao comunismo. Para ele, a transição envolvia o conjunto da população. Seria um erro limitá-la a determinados setores sociais.

“Nós, a vanguarda, o destacamento avançado do proletariado, estamos passando diretamente ao socialismo; mas o destacamento avançado é só uma pequena parte de todo o proletariado que, por sua vez, é só uma pequena parte de toda a população. E para resolver com êxito o nosso passo imediato ao socialismo, devemos compreender que caminhos, métodos, recursos e instrumentos intermediários são necessários para a passagem das relações pré-capitalistas ao socialismo”.

Mais adiante, Lênin chegava à importante conclusão de que as cooperativas camponesas faziam parte da economia socialista.

São preciosas essas indicações de Lênin sobre o período da transição. Ele insistiu no fato de que a transição do capitalismo ao comunismo exigia toda uma época histórica. “Não sabemos e não podemos saber – enfatizou – quantas etapas de transição ao socialismo haverá”.

Lênin morreu alguns anos depois da Revolução. A União Soviética, sob a direção do partido bolchevique e de Stalin, prosseguiu firme na grande batalha da edificação socialista. E obteve grandes êxitos que mostraram a superioridade desse sistema sobre o capitalismo. De um país atrasado que era, alçou-se à condição de segunda potência industrial do mundo. Os problemas da transição não tiveram, porém, suficiente destaque nas cogitações dos dirigentes soviéticos. Elaborou-se muito sobre o assunto. Parece que a transição dependia unicamente da realização exitosa de dois ou três Planos Quinquenais. Simplificaram-se demais questões de grande complexidade.

No 18º Congresso do PC(b)R, em 1939, às vésperas da Segunda Grande Guerra, emitiram-se opiniões duvidosas acerca da transição. O congresso afirmou categoricamente:

“Terminamos mais outra etapa da Revolução Comunista na URSS. Concluímos no fundamental toda uma época de trabalho construtivo, para entrar em uma época nova, a da passagem gradual do socialismo ao comunismo. (...) O terceiro Plano Quinquenal será uma das etapas na solução desse magno problema: a passagem ao comunismo completo”.

Essa caracterização da nova época revelou-se inteiramente falsa. A própria vida demonstrou que a União Soviética estava ainda, naquele período, muito distante do ingresso na última etapa da transição do capitalismo ao comunismo.

É indiscutível, também, a afirmação desse Congresso de que, com o desaparecimento das classes antagonicas, restavam somente classes amigas e solidárias: os operários, camponeses e intelectualidade. Todavia, emergira, nas condições em que se realizava a construção socialista, extensa camada de classe média, tipicamente pequeno-burguesa, cuja aspiração não podia ser a passagem ao comunismo. É assunto que merece ser pesquisado.

“Não há modelo único de transição. Comunismo apressado é um equívoco”

Indubitavelmente, na União Soviética tinha-se instaurado com êxito o regime socialista. As instituições criadas funcionavam normalmente. Os soviets cumpriam suas funções. Consolidava-se a base fundamental do regime. Contudo, a transição não se limita a uma instauração recente do sistema socialista – envolve a construção da nova sociedade de forma definitiva, material e espiritual em seus múltiplos aspectos. Vale salientar que o golpe anti-socialista de Krushev, em 1957, não encontrou resistência, iniciou “pacificamente” a volta ao capitalismo. Evidenciou-se que a sociedade soviética e mesmo a classe operária não tinham assimilado verdadeiramente as idéias e a prática do socialismo científico. Havia muitos vazios a preencher.

Do estudo que vimos fazendo da experiência da União Soviética e países do Leste europeu acerca do período de transição, chegamos a algumas conclusões iniciais, que reputamos importantes para a luta revolucionária do nosso povo e para a elaboração do Programa Socialista.

1. É inaceitável o modelo único de transição. As formas de transição devem corresponder à realidade objetiva de cada país, ao nível de seu desenvolvimento, às suas especificidades nacionais e históricas. Mesmo que fosse inteiramente correto, o modelo soviético não serviria a outros países.

2. Os prazos das diversas etapas da transição, dada a complexidade dos problemas que encerram, não podem ser de curta duração. O comunismo apressado é um equívoco. Ainda que o socialismo signifique ritmos de desenvolvimento acelerado, não pode violar as leis da dialética, forçar avanços precipitados, voluntaristas. Procedimentos dessa natureza deixam para trás, irrealizadas, tarefas imprescindíveis à construção da nova sociedade.

“Transição é um longo período de luta de classes com suas características próprias”

3) A transição tem de se apoiar na realidade existente, buscar os elos que permitem pôr em movimento toda a cadeia de desenvolvimento das forças produtivas e do avanço social. A revolução liquida os entraves ao

progresso, mas não dá, de imediato, a forma de resolver problemas novos e complicados que exigem soluções adequadas. Lênin, por exemplo, descobriu na NEP e no capitalismo de Estado meios de impulsionar a edificação do socialismo na Rússia de então. 4) A transição não se confunde com o caminho pacífico, a paz das classes. É um prolongado período de luta de classes, que apresenta, no entanto, características particulares. Sempre haverá pessoas ou grupos de pessoas dispostos a criar obstáculos à marcha da construção revolucionária. Faz-se a luta direta contra tais forças. Todavia, a batalha de classes, no sentido histórico, se dará também utilizando formas e instrumentos de grande amplitude, capazes de limitar sempre mais, até liquidar, as possibilidades do desenvolvimento capitalista e de assegurar o avanço continuado e consolidado da construção socialista. Lênin dizia que “a ditadura do proletariado não significa a cessação da luta de classes, senão que sua continuação numa forma nova e com novas armas”.

Armados dessa experiência e do estudo da realidade brasileira, conseguimos redigir o Programa Socialista. As conclusões a que chegamos sobre a transição ajudam a fundamentação teórica do nosso Programa. Afastamo-nos dos modelos “clássicos” conhecidos para solucionar tarefas básicas da revolução. Distanciamos das velhas formulações extremadas vazias de conteúdo, das soluções estereotipadas.

As indicações apontadas respondem ao nível do desenvolvimento do país, às possibilidades reais de implantação segura, por etapas, do sistema socialista. Ajustam-se perfeitamente ao caminho revolucionário. A via direta, radical, nem sempre conduz ao objetivo almejado. É indispensável recorrer, como dizia Lênin, a instrumentos intermediários para suplantar óbices maiores que dificultam o progresso.

Ao pesquisar a maneira como será construída a nova sociedade, tendo em conta peculiaridades do nosso país, concluímos que no Brasil haverá, possivelmente, três fases fundamentais na transição do comunismo: a fase preliminar da transição do capitalismo ao socialismo; a fase da socialização plena; e a fase da construção integral do socialismo, com a passagem gradual ao comunismo.

Na primeira fase, da qual se ocupa o Programa, são abordados problemas iniciais da construção do socialismo. Destacamos a palavra iniciais. De fato, são os primeiros passos nessa direção. É ilusão pensar que a revolução socialista resolve de passagem os intrincados problemas deixados pelo capitalismo. É preciso dar tempo ao tempo bem utilizado, tentar construir, passo a passo, a base fundamental do novo sistema.

O programa apresenta soluções originais visando à construção socialista. É o caso da terra, da reforma urbana, da participação das massas na administração pública, da criação de comunidades socialistas, da estruturação das forças armadas.

A questão essencial é o poder nas mãos das forças progressistas, um poder novo, apoiado pelas amplas massas de trabalhadores e populares, sob a firme direção do Partido Comunista. Cria-se um Estado democrático que assegure as liberdades para o povo, respeite as divergências que não afetem o novo sistema e resguarde a legalidade socialista. Do ponto de vista teórico, o conteúdo da classe desse novo Estado é uma espécie da ditadura da democracia popular.

Enfim, temos um Programa que responde às necessidades do desenvolvimento da história do país. Pensamos que o texto não é perfeito em todos os aspectos. Certamente apresentará incorreções, lacunas, omissões, frutos de nosso conhecimento limitado em questões novas de mais alta relevância. Vamos continuar pesquisando. As indagações teóricas e políticas sobre temas essenciais do Programa não se esgotam com a sua aprovação neste Plenário.

Estamos convencidos de que o Programa representa um grande passo adiante na luta pela transformação revolucionária da sociedade brasileira. Sua aceitação e exata compreensão pelo Partido e pelas massas impulsionarão o movimento socialista e popular no Brasil a um patamar mais elevado.

QUESTÕES PARA DEBATE

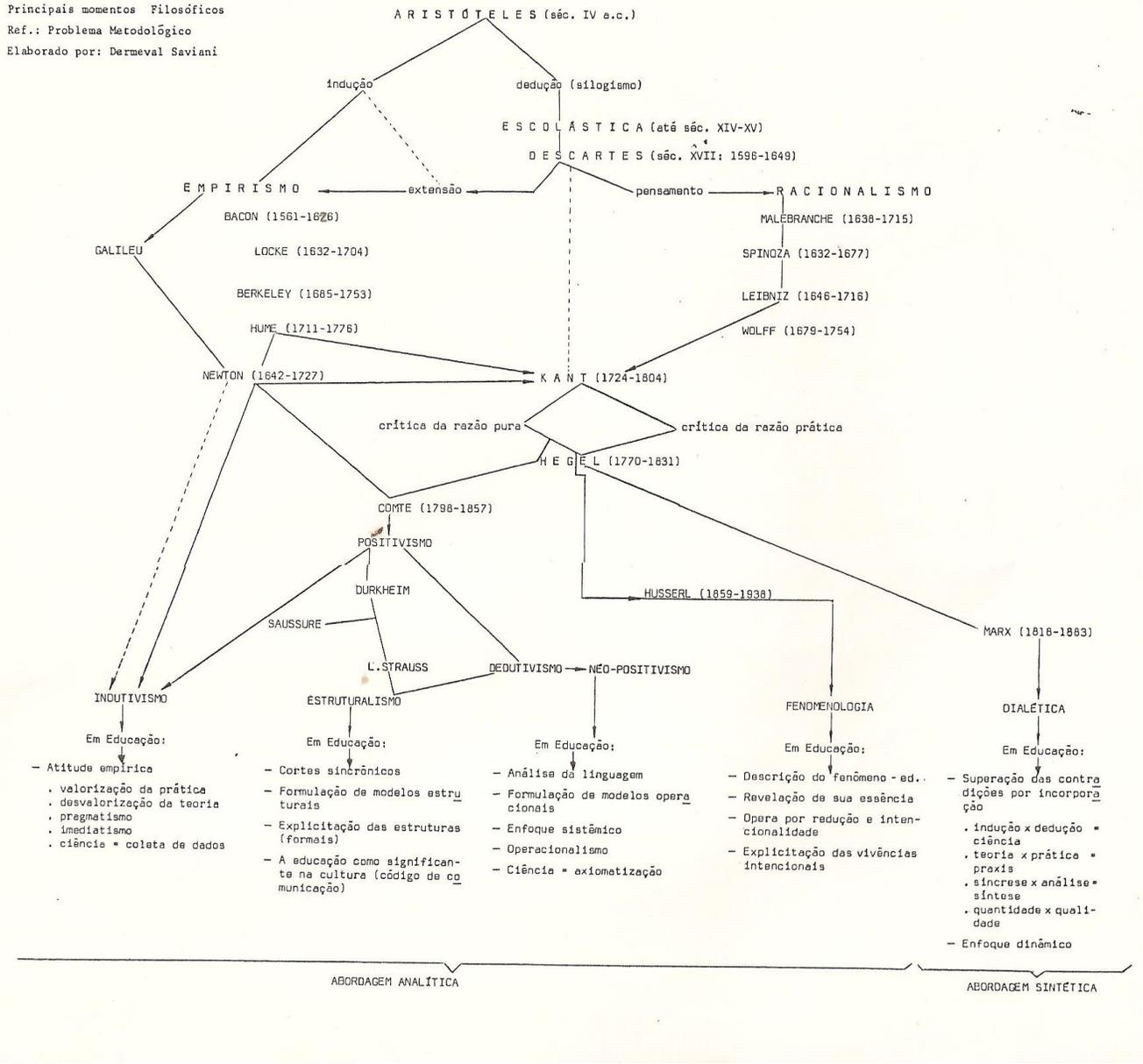
1. Em que consiste o conceito de transição como categoria de análise dialética e qual a sua relação com outras categorias da dialética materialista?
2. Cite exemplos de períodos de transição e comente suas principais características.

QUADRO SINÓPTICO:

Principais momentos Filosóficos

Ref.: Problema Metodológico

Elaborado por: Dermeval Saviani



TEMA 02
ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE
[Núcleo: ESTADO/CLASSES]

CLASSES SOCIAIS, ESTADO E MARXISMO: ALGUMAS NOTAS *

Por Augusto César Buonicore

I. NOTAS SOBRE O MARXISMO E AS CLASSES SOCIAIS

1. O que são as classes sociais para o marxismo?

Existe uma grande dificuldade em se definir classe social, no interior do marxismo. Isto se deve, em primeiro lugar, ao fato de Marx não ter nos deixado nenhuma definição precisa ao longo de seus trabalhos. Ele morreu antes de poder fazê-lo e nos legou apenas alguns poucos parágrafos na última parte de *O Capital*. Vários autores procuraram reconstituir o conceito a partir de textos esparsos e o resultado nem sempre foi positivo. Marx e Engels, no conjunto de suas obras, empregaram o termo classe de maneira diversa. Isso estava ligado aos diferentes níveis de abstração em que se colocavam suas análises – conjunturas, formações econômico-sociais ou modos de produção.

A ideia de uma sociedade, exclusivamente polarizada entre duas únicas classes fundamentais – por exemplo, operários e burgueses –, vinculava-se com um determinado nível de abstração: o modo de produção capitalista. Mas, os modos de produção puros não existem. Existem, sim, formações econômico-sociais concretas, que se atualizam nas diversas conjunturas. Nas sociedades reais convivem lado a lado diversos tipos de relações de produção. Embora exista quase sempre a predominância de uma sobre as outras. Esta supremacia nos permite definir uma sociedade como escravista, feudal, capitalista e socialista.

Vejam, então, como Marx tratou o problema das classes sociais na passagem inconclusa de *O Capital*. Escreveu ele: "Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de renda são o salário, o lucro e a renda da terra, que dizer, os operários assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras formam as três grandes classes na sociedade moderna baseada no regime capitalista de produção. É na Inglaterra, indiscutivelmente, que se encontra mais desenvolvida e na forma mais clássica a sociedade moderna, em sua estruturação econômica. Contudo, nem aqui se apresenta em toda sua pureza esta divisão da sociedade em classes. Também na sociedade inglesa existem fases intermediárias e de transição que obscurecem em todas as partes (...) as linhas divisórias".

Como podemos notar, nesse trecho Marx não se referia ao modo de produção capitalista puro, e sim à "sociedade moderna baseada no regime capitalista" na qual o modelo mais desenvolvido era a Inglaterra. Mesmo ali a distinção de classe não se apresentava "em toda a sua pureza". Seguindo pelo mesmo caminho Nicolai Bukharin, intelectual e dirigente bolchevique, afirmou: "Quando nós analisamos um 'tipo abstrato' de sociedade, isto é, uma forma social qualquer pura, nós nos preocupamos somente, ou quase somente, com as classes fundamentais. Ao contrário, quando vamos observar no seu movimento a realidade concreta, então é natural que temos de contar com toda miscelânea dos tipos das relações sociais e econômicas".

Nas chamadas obras históricas, que tiveram como objeto de análise as diversas conjunturas abertas com as Revoluções de 1848, Marx e Engels utilizaram conceitos como frações de classe, classes intermediárias ou de transição etc. Isso foi fundamental para melhor compreensão da complexidade do fenômeno da luta de classes.

Numa sociedade concreta, historicamente determinada, além das duas classes fundamentais e polares, existem outras – intermediárias ou de transição. Existe, por exemplo, uma pequena-burguesia urbana e uma

* Textos extraídos do livro "Marxismo, **História e Revolução Burguesa no Brasil: encontros e desencontros**". São Paulo: Editora Anita Garibaldi.

pequena burguesia rural. Mesmo as classes fundamentais não formam um bloco monolítico, sem fissuras. Dentro da classe burguesa dominante, por exemplo, existem frações distintas: industrial, bancária, comercial e agrária. Além das frações existiriam as camadas média e grande burguesia. Esta compreensão é fundamental para a construção de táticas e estratégias revolucionárias adequadas a cada momento histórico. O não-entendimento dessa importante lição deixada por Marx, Engels e Lênin conduziu algumas organizações socialistas a adotarem políticas obreiristas e esquerdistas.

A principal definição de classe no interior do marxismo foi realizada por Lênin. Ela foi dada num único parágrafo de um texto que tratava da importância do trabalho voluntário no socialismo – os sábados comunistas – intitulado *Uma grande iniciativa*. Ali, ele afirmou: "Chamam-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela relação (...) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e (...) pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte de riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado da economia social".

Para ele, as classes deveriam ser entendidas como algo historicamente determinado – não existiram e nem existirão sempre. Elas estariam ligadas a determinadas fases do desenvolvimento da produção social. Cada modo de produção produz e reproduz suas próprias classes fundamentais e/ou dão novas determinações às classes provenientes dos modos de produção precedentes. Nessa definição clássica de classe no interior do marxismo-leninismo, estranhamente, está ausente o elemento subjetivo.

2. Classes e frações de classes

Marx chamou fração de classe a essas divisões internas no interior da burguesia. O capitalista industrial é o que extrai e se apropria da mais-valia, mas ele precisa que outros capitalistas, como o comerciante e o banqueiro, o ajudem a realizar a mais-valia. A reprodução ampliada da mais-valia exige certo nível de financiamento da produção e da distribuição no mercado. Assim, os industriais precisam dos banqueiros e dos comerciantes.

No capitalismo – ao contrário do que acontece com os latifundiários feudais – os banqueiros e os comerciantes, por um lado, não são frações de classe parasitárias e improdutivas, no sentido de serem inúteis para a produção e reprodução do capital. Por outro, a existência dessas frações de classe se expressa no conflito de interesses econômico-corporativos na sociedade e no interior do Estado.

Um exemplo: embora a burguesia comercial não extraia diretamente a mais-valia dos operários, como ocorre com a burguesia industrial, não deixa de compor com esta uma única e mesma classe: a classe burguesa. Os interesses fundamentais que unem as diferentes frações da burguesia são a manutenção do sistema capitalista e a subordinação dos trabalhadores. Mas, em conjunturas nas quais esses interesses não estão ameaçados, elas podem se confrontar em relação às políticas econômicas e serem adotadas pelos governos capitalistas, se organizar em entidades corporativas e partidos distintos. Essas desavenças não raramente desembocaram em conflitos armados (golpes de Estado, guerra civil e revoluções).

Se existe um consenso sobre a existência de frações no interior da burguesia as coisas não se dão da mesma forma quando analisamos o proletariado. Por longos anos predominou uma visão monolítica sobre o que fosse o proletariado – quer dos que o encaravam de maneira restrita (proletariado = operário fabril), quer dos que o encaravam de maneira ampliada (proletariado = assalariados). Poucos foram aqueles que problematizaram a existência de frações no interior do próprio proletariado, embora isso pudesse ser sustentado a partir das preciosas indicações de Marx, Engels e Lênin.

3. O que é o proletariado?

A dificuldade de construir um conceito marxista de proletariado é a mesma que diz respeito à construção de um conceito marxista de classe social. Ou seja, Marx jamais nos deu uma clara e inequívoca definição do que seria o proletariado moderno.

No entanto, Engels, na sua famosa nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto do Partido Comunista*, escreveu: "Por proletariado entendemos a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver".

Aqui estamos diante de uma definição ampliada do que seja o proletariado moderno. Esta definição sumária de Engels tem sido o centro de acaloradas polêmicas entre os marxistas. Uma polêmica que já se estende há bem mais de um século. Fica a pergunta: todos os assalariados, indistintamente, poderiam ser considerados

proletários? A meu ver, a resposta que poderia ser extraída do conjunto das obras de Marx, Engels e Lênin só poderia ser negativa.

Porque, segundo elas, não comporiam o proletariado os assalariados que realizavam serviços pessoais (empregados domésticos ou avulsos) ou os ligados à superestrutura jurídico-política, como funcionários públicos civis ou militares e, mesmo, os da superestrutura ideológica, como padres e intelectuais tradicionais.

Não o comporiam também os assalariados que exerciam funções de coordenação e controle do trabalho, como gerentes e administradores de empresas. Porque esses últimos não cumpririam apenas funções técnicas, mas também as relacionadas a reproduzir as relações de dominação e exploração dentro das empresas e na sociedade. Representariam, assim, os interesses do capital em relação ao trabalho. Mas é preciso não confundilos com os trabalhadores técnicos, inclusive alguns engenheiros de produção, que exerceriam apenas ou predominantemente funções técnicas. Para Marx, Engels e Lênin esses segmentos dos assalariados não comporiam nem a burguesia e nem o proletariado, seriam um grupo social intermediário ou “categoria social”.

Utilizemos, agora, as indicações de Lênin para definir o proletariado, enquanto classe distinta. Segundo aquela definição, poderíamos afirmar que a classe do proletariado seria composta pelo conjunto dos assalariados vinculados diretamente ao processo de produção e de realização da mais-valia. Portanto, produtivos do ponto de vista do capital. Eles também realizariam um trabalho parcial, subordinado às ordens dos funcionários superiores que controlariam o processo produtivo – ou seja, decidiriam o que, quando e como produzir – sob o comando geral dos capitalistas.

O proletariado, enquanto classe, não está apenas destituído dos meios de produção e dos produtos de seu trabalho, mas também do controle sobre a produção. A isso alguns teóricos marxistas chamam de alienação do trabalho. Essa situação os coloca entre os estratos inferiores da sociedade, ou seja, o que se convencionou chamar de “classes populares”. Portanto, o conceito de proletariado vai muito além do operário fabril tradicional, mas não chega a se confundir (ou se fundir) com o conjunto dos trabalhadores assalariados.

Para Marx, se incluíam na classe do proletariado os comerciários, os bancários, os professores das empresas capitalistas etc. Em outras palavras, todos aqueles assalariados produtivos para o capital. Ele chegou a escrever: “Nos estabelecimentos de ensino (...) os professores, para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados; há grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra. Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresariado (...). O ator se relaciona com o público na qualidade de artista, mas perante o empresário é trabalhador produtivo” (MARX, *Teoria da Mais-Valia*, vol.1, p. 404).

Sobre os comerciários afirmou: “O trabalho não-pago desses empregados, embora não crie mais-valia, permite-lhe apropriar-se de mais-valia, o que para esse capital é a mesma coisa (...). É produtivo, para o capitalista, não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização de mais-valia, efetuando trabalho em parte não-pago” (MARX, *O Capital*, Livro 3, vol. 5, p. 345).

Em outra passagem escreveu: “De um ponto de vista, este operário comercial é um operário assalariado como qualquer outro. Em primeiro lugar, porque seu trabalho é comprado pelo variável do comerciante e não pelo dinheiro gasto como renda, o que quer dizer que não se compra simplesmente para o serviço privado de quem o adquire, mas com fins de valorização do capital desembolsado. Em segundo lugar porque o valor de sua força de trabalho e, portanto, seu salário, se acha determinado, como os demais trabalhos operários assalariados, pelo custo de produção de sua força de trabalho específica e não pelo produto do seu trabalho. Não obstante, entre ele e os operários diretamente pelo capital industrial tem que medear, necessariamente, a mesma diferença que entre o capital industrial e o capital comercial e a que existe, portanto, entre o capitalista industrial e o comerciante. O comerciante, como mero agente da circulação, não produz valor nem mais-valia (...) razão por que tampouco os operários mercantis dedicados por ele às mesmas funções podem criar diretamente mais-valia para ele” (*O Capital*, vol. 3, p. 286).

4. Frações no proletariado?

Embora concordemos que a grande maioria dos assalariados compõe uma única e mesma classe, o proletariado, não acreditamos ser possível afirmar existir uma fusão entre todos eles que permitiria a constituição de uma única ideologia, um único partido e um único projeto societário, ou seja, um modelo único de socialismo. Utilizando livremente uma contribuição teórica do próprio Marx em suas obras históricas, podemos afirmar que a classe dos proletários, como a burguesia, não se compõe enquanto um bloco monolítico, sem fissuras. Ela se divide, e se subdivide, em frações e camadas distintas. Cada uma dessas frações é portadora de ideologia própria

e, por conseguinte, de projetos societários e formas de organização políticas diferenciados. Para reforçar nossa tese poderíamos citar novamente Marx, para o qual "entre o empregado do comércio e os trabalhadores diretamente empregados pelo capital industrial deveria se dar a mesma diferenciação que se dá entre o capital industrial e o capital mercantil". Ou seja, duas frações de uma única e mesma classe.

Se no processo da revolução burguesa a sua fração industrial teve o papel de vanguarda, unificando, e às vezes combatendo, outras frações de sua própria classe no processo da revolução socialista caberá à classe operária, *estrito senso*, o papel de vanguarda no processo transformador. Portanto, o futuro do socialismo não será indiferente em relação a qual fração de classe do proletariado estará à frente do processo revolucionário e de construção do novo Estado socialista.

Nenhuma das frações, ou camadas, do proletariado tem interesse na manutenção indefinida do modo de produção capitalista. Mesmo os assalariados médios que compõem o proletariado, ao contrário do pequeno-burguês, não têm um apego especial à apropriação privada dos meios de produção, pois não são proprietários desses. E, justamente por isso podem se unificar num projeto de transição ao socialismo. Mas existe uma forte tendência nos setores médios – assalariados intelectuais e melhores remunerados – de apostar nas saídas reformistas que obstaculizam o longo processo de transição do socialismo ao comunismo.

A transição para ser bem sucedida, e não ficar incompleta, deve romper com a burocratização da vida social – eliminando gradualmente o Estado – e a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Nesse processo não basta a estatização dos meios de produção. É preciso também que sejam revolucionadas as próprias relações de produção. Para os marxistas, a estatização não se confunde com socialização. A estatização dos principais meios de produção é necessária – eu diria mesmo fundamental –, mas insuficiente para garantir a construção de uma sociedade socialista que tenha condição de rumar para o comunismo.

5. Classe em si e classe para si

Mas, será que a definição de classe, apresentada acima, nos diz tudo sobre aquele fenômeno social? Entramos aqui, novamente, num terreno espinhoso. A classe social não é apenas um dado objetivo – mensurado estatisticamente. Ela tem outra dimensão para além da denominada situação objetiva: a dimensão subjetiva, da consciência.

Assim, a classe social, num sentido pleno, deve ser entendida na sua dimensão objetiva e subjetiva. Em seu livro *A Sagrada Família*, Marx e Engels já sentiam a necessidade de distinguir as duas dimensões do proletariado enquanto uma classe da sociedade capitalista. Para isso, utilizaram dois conceitos: classe em si e classe para si.

A existência da primeira (classe em si) seria uma condição para a constituição da segunda (classe para si). Mas, a “classe em si” era ainda uma classe num sentido fraco. Afirmaram: "O domínio do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, pois, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta (...) essa massa se une, constituindo numa classe em si. Os interesses que defendem convertem-se em interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política".

Em *Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, referindo-se aos camponeses franceses, Marx escreveu: "Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe (...) são incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome". A existência dessas duas dimensões do conceito de classe social irá impactar em nossa própria compreensão sobre as lutas de classes.

6. Classes e luta de classes

No *Manifesto do Partido Comunista* (1848) Marx e Engels afirmaram: "Até os nossos dias a história da sociedade humana tem sido a história da luta de classes, homens livres e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos, numa palavra, opressores e oprimidos em constante oposição". Ao fazer tal afirmação não estavam criando nada de teoricamente novo. O seu ponto de partida era o ponto de chegada de todo pensamento mais avançado produzido pelos intelectuais burgueses nos séculos XVIII e XIX.

Marx, numa das cartas endereçadas a Weydemeyer, escrita em 1852, afirmou: "Não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna ou mesmo a luta entre elas. Muito antes de mim alguns

historiadores burgueses tinham exposto o seu desenvolvimento histórico e alguns economistas a anatomia dessas classes. O que fiz de novo foi mostrar: 1º) que a existência das classes está ligada apenas a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; 2º) que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3º) que a ditadura do proletariado constitui tão somente a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes". Esta afirmação, no entanto, revela certa modéstia de Marx.

Engels, no seu Prefácio ao *Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, colocou o problema de uma maneira um pouco diferente e mais precisa: "Marx foi precisamente o primeiro que descobriu a grande lei que rege a marcha da História, lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou em outro terreno ideológico qualquer, não são, em realidade mais que a expressão, mais ou menos clara, de lutas entre as classes (...). Essa lei tem para a história a mesma importância que a lei da transformação da energia para as ciências naturais".

Se, de fato, Marx não descobriu a existência das classes ou a luta entre elas ele fez algo ainda mais revolucionário: colocou no centro da análise da história a luta entre as classes. Descobriu que a luta de classes, em última instância, é o motor da história. A luta de classes seria a forma de ser das próprias classes. Como não existe matéria sem movimento, não existem classes sem luta de classes. Embora esta luta nem sempre se dê da mesma maneira.

As próprias lutas dinásticas na França capitalista no século XIX foram a forma pela qual se desenvolvia a luta entre as diversas frações da burguesia pela conquista da hegemonia política dentro do Bloco no Poder burguês. Afirma Marx: "Se cada lado desejava levar a cabo a restauração de sua própria casa real contra outra, isto significava apenas que cada um dos dois grandes interesses que dividem a burguesia – o latifúndio e o capital – procurava restaurar a sua própria supremacia e suplantar o outro. Sob os Bourbon, governara a grande propriedade territorial, com seus padres e laicos; sob os Orleans as altas finanças, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o capital, com séquito de advogados, professores e oradores melífluos. A monarquia legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores de terra, como a Monarquia de Julho fora apenas a expressão política do usurpado domínio dos burgueses arrivistas. O que separava as duas frações, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécie de propriedade".

7. Estágios da luta de classes

Marx, Engels e Lênin distinguiram, também, os diversos níveis e etapas da luta entre as classes. Numa escala ascendente eles colocaram no topo a luta política revolucionária. Em muitas passagens de sua obra chegaram mesmo a afirmar que a luta econômico-corporativa ainda não era propriamente luta de classes.

Lênin, e, seu artigo *Nossas tarefas imediatas*, afirmou: "A luta dos operários se converte em luta de classe só quando os representantes avançados da classe operária de um país adquirem consciência de que formam uma classe única e empreendem a luta não contra patrões isolados, mas contra toda a classe capitalista e o governo que apoia esta classe. Só quando cada operário se considera membro de toda classe operária, quando vê em sua pequena luta quotidiana contra um patrão ou funcionário uma luta contra toda a burguesia e contra todo o governo só então sua luta se transforma em luta de classes".

Num outro artigo escreveu: "Os economicistas (...) reconheciam como 'luta de classes' a luta por cinco copeques para cada rubro, não querendo ver a existência de uma forma superior, mais desenvolvida, mais nacional de luta de classes, pela política. Os economicistas admitiam unicamente na luta de classes o que era mais tolerável do ponto de vista da burguesia liberal, recusando-se em ir mais longe que os liberais e rechaçando uma luta de classes mais elevada (...). O marxismo proclama que a luta de classe demanda pleno desenvolvimento e é 'nacional' unicamente quando não só abrange a política, mas também dela toma o mais essencial: a organização do poder de Estado".

Em carta escrita a Bolte em 1871, Marx concluiu: a "tentativa de obrigar, por meio das greves, os capitalistas isolados à redução da jornada de trabalho, em determinada fábrica ou ramo da indústria, é um movimento puramente econômico; ao contrário, o movimento visando obrigar que se decreta a lei da jornada de oito horas etc. é um movimento político. Assim, pois, dos movimentos por motivos econômicos dos operários separados nasce, em todas as partes, um movimento político, ou seja, um movimento de classe, cujo alvo é que se dê satisfação a seus interesses de forma geral, isto é, de forma que seja compulsória para toda sociedade".

Na mesma linha seguiu Bukharin: "A luta de classes propriamente dita só se desenvolve num determinado grau de evolução da sociedade de classes; noutras fases desta evolução, ela pode aparecer também como germen (...) ou como forma oculta 'latente'".

É bom lembrarmos também que nem sempre, em todas as conjunturas, a luta entre as duas classes fundamentais tem centralidade nas transformações políticas e sociais. Por isso, Marx afirmou no Prefácio ao *Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, escrito em 1869: "na Roma antiga a luta de classes se desenvolveu apenas no seio de uma minoria privilegiada, entre ricos livres e pobres livres, e que a grande massa produtiva da população, os escravos, não serviam senão de pedestal passivo a estes protagonistas".

Esta frase, embora impregnada de certo unilateralismo, acerta ao reconhecer não ter sido a contradição entre senhores e escravos a principal durante quase todo o período escravista romano. Não ser a principal não significa não ter sido a fundamental. Aqui reside a unilateralidade dessa frase isolada de Marx – as contradições entre as diversas classes e frações dos homens livres se assentavam sob um pedestal em constante ebulição e isto formatava e dava o ritmo aos próprios conflitos entre as classes não-escravas. Os principais contendores sabiam muito bem o que tinham sob seus pés.

8. Sobre o Brasil

A formação das classes sociais está condicionada às particularidades do desenvolvimento econômico, político e social de cada país. As classes não se formam de um mesmo modo em todos os lugares. Em última instância, esta formação está ligada ao desenvolvimento e à maneira particular com que se sucedem os diversos modos de produção. No Brasil, afirma José Carlos Ruy, "a sucessão dos modos de produção seguiu uma dinâmica própria, que condicionou o desenvolvimento da estrutura de classe da sociedade brasileira e que deu a ela suas particularidades". O modo de produção capitalista no Brasil não nasceu no bojo do feudalismo, como ocorreu na Europa, e sim do escravismo moderno, amplamente predominante entre nós por quase quatro séculos.

II. NOTAS SOBRE O MARXISMO E O ESTADO

1. O pressuposto teórico: o Estado para o marxismo

O Estado é uma organização – ou um conjunto de instituições – que visa a garantir a dominação de uma classe sobre outra. Segundo Engels, as características fundamentais (histórico-universais) de qualquer aparelho estatal – seja ele escravista, feudal, capitalista ou socialista – são a existência de: a) aparelhos de repressão *estrito senso* (exército, polícia, tribunais) separados do povo em armas; b) um aparelho de coleta de impostos; e c) aparelhos articulados por um poder político classista. O conjunto de indivíduos responsáveis por essas tarefas formaria a burocracia estatal.

Os diferentes tipos de Estado correspondem, necessariamente, aos diferentes tipos de relações de produção – escravista, feudal, asiático, capitalista e socialista. Mas, cada tipo particular de Estado organiza a dominação de classe de uma maneira também bastante particular. Organiza de uma maneira específica a relação entre coerção e consenso (ou hegemonia) – através do direito, da ideologia e dos aparelhos de Estado.

2. O Estado no capitalismo

Segundo a teoria marxista, um dos papéis – o fundamental – do Estado burguês é reproduzir as relações de produção capitalistas; ou seja, reproduzir a dominação da burguesia sobre o proletariado, garantindo as condições de exploração da sua força de trabalho.

Mas como isto se dá? Qual a diferença entre Estado burguês e os Estados pré-capitalistas?

No capitalismo a força de trabalho deve tomar a forma de uma mercadoria – uma mercadoria especial – que, para se reproduzir, precisa ser trocada pelo salário. É, aparentemente, uma forma de troca de equivalentes (trabalho por salário). Esta “ilusão mercantil”, que encobre os mecanismos de exploração da força de trabalho e permite a sua reprodução sem a necessidade de uma coerção extraeconômica permanente, só pode ser mantida através das superestruturas jurídico-política e ideológica. Estas contribuem para o isolamento do operário e dificultam a constituição de um sentimento de pertencimento de classe.

No capitalismo a reprodução das condições de exploração não se dá, fundamentalmente, através da coerção física. Ela é fruto da dinâmica da própria economia e pela ação da ideologia e de seus aparelhos (aqui incluído o direito). Os aparelhos de repressão, *estrito senso*, só intervêm em casos extremos quando a ordem capitalista está ameaçada.

3. O direito e o Estado capitalista

Não existe Estado sem direito nem direito sem Estado. O direito, grosso modo, é o conjunto de normas e regras que disciplinam as relações sociais entre os homens e que são funcionais à reprodução de uma determinada relação de produção. Ele também estabelece penas (punições) para o seu descumprimento. O direito sintetiza, em certo sentido, os interesses de determinadas classes sociais.

O que difere o direito burguês dos que o antecederam é o fato de aquele, formalmente, tratar os desiguais de maneira igualitária. O direito pré-capitalista – escravista ou feudal – pelo contrário, tratava desigualmente os desiguais. O direito pré-capitalista institucionalizava os privilégios de classe, de estamento e mesmo de casta.

No capitalismo, o produtor direto (o operário) deve ser juridicamente livre e igual aos proprietários dos meios de produção. Esta é a condição necessária para a sua força de trabalho constituir-se como sua propriedade inalienável e poder ser livremente vendida no mercado de trabalho – ou seja, trocada por um salário. Sem a predominância de tal relação mercantil não poderia existir o capitalismo como modo de produção particular.

O capitalismo precisa de um homem-trabalhador juridicamente livre e a predominância de relações sociais assentadas num contrato livremente estabelecido por partes iguais – possuidores de capacidades jurídicas (ou vontade subjetiva) e detentores de propriedade (o burguês o capital e o operário o trabalho).

4. O aparelho estatal capitalista

O que difere o aparelho estatal capitalista – a sua burocracia – dos aparelhos estatais pré-capitalistas é sua capacidade de incorporar no seu interior, inclusive na sua cúpula, elementos provindos das classes sociais dominadas e exploradas fundamentais. Não existe qualquer tipo de obstáculo – jurídico-formal – para os filhos dos assalariados manuais poderem exercer funções públicas. As funções públicas não são exclusivas dos elementos das classes proprietárias, como no escravismo e no feudalismo. Isto dá ao Estado uma aparência de neutralidade – um instrumento acima das classes e dos seus interesses particulares. Hegel, por exemplo, considerava a burocracia como uma classe universal encarregada de realizar os interesses coletivos da comunidade.

O acesso ao exercício das funções públicas é realizado através de critérios de competência e conhecimentos, auferidos por concursos e seleções mais ou menos públicos. Isto – é claro – não impede que os órgãos superiores do aparelho de Estado capitalista sejam, predominantemente, compostos por elementos da alta classe média ou mesmo da burguesia. As profundas desigualdades sociais existentes no capitalismo refletem diretamente na formação cultural dos elementos das diversas classes e os colocam em situações bastante diferenciadas diante dos concursos para compor o quadro de altos funcionários do Estado burguês. As dificuldades de ingresso dos filhos de operários serão incomensuravelmente maiores do que as dos filhos de burgueses ou pequeno-burgueses.

À composição social – predominantemente de classes médias – devem ser agregados os altos níveis salariais dos escalões superiores do poder executivo (burocracia civil e militar), legislativo e judiciário. Tudo isso leva a uma aproximação (subjetiva) maior com as classes dominantes do que com as classes populares. A estrutura burocrática, tendencialmente, leva à constituição de uma ideologia conservadora e meritocrática – apegada ao fetiche da divisão entre trabalho intelectual e manual, entre funções de mando e subordinadas e uma rejeição a qualquer controle externo, exercido pelas classes populares. Referimos-nos aqui apenas aos altos escalões da burocracia estatal e não a sua base. Nesta predominam elementos provindos das classes dominadas.

Outra característica: o Estado capitalista não se organiza através do patrimonialismo típico de Estados pré-burgueses (escravista e feudal). No Estado de tipo patrimonial o aparelho de Estado (inclusive a burocracia) se confunde com a propriedade do Príncipe – do governante. Não existe distinção entre o público e o privado. Os empregados pessoais do governante, por exemplo, são ao mesmo tempo servidores estatais. No capitalismo, pelo contrário, o Estado não é formalmente propriedade do Príncipe ou do burguês.

5. A democracia capitalista e o proletariado

O capitalismo, como outras formações sociais anteriores, em alguns casos, organiza formas de participação política das classes proprietárias fundamentais e seus aliados. A novidade é que ele abre a possibilidade de participação política (eleger e ser eleito) para as classes populares. Esta forma de governo é intitulada democrática. O próprio parlamento moderno surge no processo de transformação da sociedade feudal em capitalista – através da revolução política burguesa.

O parlamento, no seu início, era apenas um espaço de articulação política e de controle do Estado pelos elementos dos escalões superiores das classes proprietárias (latifundiários, banqueiros, grandes comerciantes e industriais). A luta das classes médias e depois dos trabalhadores, pela ampliação gradual dos critérios para legibilidade e do sufrágio, garantiu o ingresso de elementos de fora das classes proprietárias.

A existência de parlamentos democráticos, com a participação de elementos das classes exploradas, é uma das características das sociedades capitalistas mais desenvolvidas. Esse é um elemento que define uma sociedade burguesa politicamente consolidada. A existência do sufrágio universal, do pluripartidarismo (incluindo a existência de partidos socialistas) e da possibilidade formal da alternância do poder tem um forte componente ideológico que afeta as camadas populares. A democracia burguesa neutraliza a visão de um Estado classista e reforça as concepções pluralistas, hegemônicas nos países capitalistas centrais.

Contudo, a existência de parlamentos, mais ou menos democráticos, não é um fator definidor da existência do Estado burguês, pois a democracia parlamentar é apenas uma das formas que pode assumir a dominação de classe da burguesia – a sua forma mais avançada. As ditaduras fascistas e Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e as ditaduras militares na América Latina são prova disso.

O Estado burguês pode perfeitamente viver sem um parlamento democrático em funcionamento, mas não pode viver sem a burocracia (civil e militar) e sem os elementos centrais do direito burguês, citados acima. Nenhuma ditadura burguesa pode tirar o "direito" do trabalhador de individualmente vender livremente sua força de trabalho para o capitalista e retroceder para relações jurídicas servis ou escravocratas. Isto não significa que nas formações capitalistas concretas não possam existir nichos de relações sociais pré-capitalistas (feudais ou escravistas).

Decerto, no capitalismo, não é indiferente para a classe explorada fundamental – o proletariado – a forma pela qual a burguesia exerce a sua dominação. Não é indiferente a dominação dar-se através de uma ditadura ou dos mecanismos da democracia burguesa. A democracia burguesa é o campo mais favorável para a elevação do nível de consciência e de organização da classe operária e demais classes subalternas. Por isso, nos marcos do capitalismo, os partidos comunistas são vanguardas da luta pela democracia e contra a fascistização do Estado burguês.

6. Bloco no Poder e hegemonia política

Nas sociedades capitalistas o poder político está nas mãos do conjunto das frações da burguesia e seus aliados das classes proprietárias – como os latifundiários. Em última instância, esse bloco dominante tem por objetivo manter as relações de produção capitalistas hegemônicas e neutralizar a ação independente e revolucionária das classes populares, especialmente da classe operária.

Portanto, esse bloco dominante compõe-se de interesses econômico-corporativos diversos e, por vezes, contraditórios. Isto explica a existência de disputa dentro dos governos burgueses e a existência de diversos partidos das classes dominantes. Em todo "bloco no poder" existe, por exemplo, uma luta incessante pelo rumo da política econômica estatal. Essas contradições podem gerar conflitos relativamente graves – veja a Revolução de 1930 e a de 1932 e os golpes militares de 1954 e 1964 no Brasil.

Em geral, não existe uma divisão igualitária do poder político entre as diversas frações de classe dentro do Estado burguês. Uma fração da classe burguesa tende a preponderar sobre as demais. A fração da classe dominante que congrega todas as demais frações e detém a direção principal do bloco no poder é denominada hegemônica. No império escravista a fração hegemônica era a dos latifundiários escravistas ligados à produção de açúcar do Nordeste e do café no Vale do Paraíba; na República Velha a fração hegemônica era a dos latifundiários paulistas (ou da burguesia financeira e comercial) também ligados à produção do café.

O exercício da hegemonia garante que seus interesses econômicos fundamentais serão, prioritariamente, defendidos por esse Estado – prioritariamente, não exclusivamente. O exercício da hegemonia exige muitas vezes que a fração hegemônica faça concessões às frações das classes proprietárias não-hegemônicas e mesmo às classes dominadas. A defesa dos interesses de longo prazo do capitalismo pode levá-la a fazer concessões que se chocam com os interesses corporativos imediatos de elementos da própria classe hegemônica.

Em momentos de crise aguda de hegemonia, a burocracia de Estado pode adquirir uma autonomia relativa em relação às classes sociais em luta. Nesses casos a política estatal adotada pode não corresponder integralmente aos interesses da classe economicamente dominante, embora não possa romper com a lógica da reprodução do capitalismo. A este fenômeno Marx denominou bonapartismo (ex. Bonaparte III, o fascismo, o

peronismo, o populismo etc.). O Estado varguista é um pouco o resultado de tal crise de hegemonia aberta com a grande crise do capitalismo de 1929 e a Revolução de 1930.

7. Formação do Estado burguês no Brasil

Existe um rico debate no campo do marxismo brasileiro sobre as particularidades da nossa formação econômica e social. Isso tem impacto direto sobre nossa compreensão da própria formação e das particularidades do Estado no Brasil. Faremos uma descrição brevíssima e, portanto, limitada das três principais correntes.

O grande historiador Nelson W. Sodré, grosso modo, define o modo de produção predominante no pré-1930 como semifeudal – assentado no latifúndio e nas relações sociais pré-capitalistas. Para ele, a Revolução de 1930 foi o marco fundador da sociedade burguesa no Brasil, mas sem romper definitivamente com os resquícios feudais. Portanto, a revolução democrática burguesa (antilatifundiária, anti-imperialista) continuava na ordem-do-dia. Dentro dessa visão, o Estado brasileiro só poderia ser um Estado com características semifeudais (pré-burguesas).

O historiador Caio Prado Jr., pelo contrário, definiu o modo de produção no Brasil, desde as suas origens, como capitalista –, pois a economia brasileira se inseria nos marcos da circulação capitalista de mercadorias e capitais. Portanto, o Estado brasileiro sempre foi capitalista. Como conclusão lógica, não teria lugar para se falar de uma revolução burguesa no Brasil. Isto levou a uma subestimação das tarefas democráticas, especialmente a reforma agrária antilatifundiária.

A terceira vertente é representada pelo historiador Jacob Gorender. Para este, o modo de produção no Brasil da colônia até 1888 foi escravista colonial. O professor Décio Saes, seguindo as indicações de Jacob Gorender, afirma ter sido o Estado nacional brasileiro, de 1822 a 1888, escravista moderno, e ter-se transformado em Estado burguês após a Proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891. Para ele, a Revolução de 1930 também foi um dos momentos importantes para a consolidação do Estado burguês moderno no país. Esta posição, com algumas nuances, foi defendida por José Carlos Ruy em vários artigos publicados na revista *Princípios*, sob o título "Visões do Brasil".

Toda esta longa introdução, ainda limitada e insuficiente, é para justificar a opção por uma das explicações sobre a gênese e as particularidades do Estado capitalista no Brasil: aquela, para a qual o Estado brasileiro antes de 1889 não poderia ser considerado, *estricto senso*, como capitalista. Ele foi, fundamentalmente, um Estado pré-capitalista – escravista moderno – que, em grande parte, obstaculizava o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.

O Estado capitalista moderno, por um lado, só pôde ser implantado após a Abolição da escravidão e a Proclamação da República. A Revolução de 1930, por outro, foi um dos marcos fundamentais na consolidação desse Estado e para a construção das bases de um capitalismo nacional, embora dependente. Os anos 1888-1889 e 1930 são decisivos para compreendermos o processo de constituição do Estado capitalista no Brasil e suas limitações.

Augusto C. Buonicore – Historiador, secretário-geral da Fundação Maurício Grabois e professor da Escola Nacional João Amazonas.

QUESTÕES PARA DEBATE

1. Quais as implicações de se adotar um conceito ampliado de proletariado para a análise da luta de classes no Brasil?
2. Considerando-se a elaboração marxista sobre a relação entre Estado e democracia, como se coloca, hoje, a questão da correlação de forças no Brasil e no cenário mundial?

AS TRANSIÇÕES NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Augusto Buonicore

A revolução burguesa é um processo histórico mais ou menos prolongado, pelo qual o capitalismo se torna hegemônico e submete todas as demais relações sociais. Ela tem uma fase de longa duração, marcada pelas lentas transformações econômicas e sociais e uma fase de curta duração, condensada no tempo – a revolução política. Estas etapas não seguem rigorosamente uma ordem cronológica – não são lineares. São dois momentos de um único e mesmo processo.

Esta última fase da revolução burguesa, de curto prazo, se traduz na luta política aberta da burguesia pelo controle do aparelho de Estado e do poder político. Ela põe fim às formas políticas e jurídicas arcaicas que impedem o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Entre outras coisas ela introduz a igualdade jurídica formal entre os cidadãos.

Em seu desenvolvimento histórico, a revolução burguesa conheceu dois modelos distintos. O primeiro foi denominado clássico, quando a burguesia dirigiu a luta da plebe contra a aristocracia feudal. A sua ação foi o estopim para a revolução camponesa que pôs fim aos privilégios e as grandes propriedades feudais. O segundo modelo – “não-clássico” – Lênin chamou de Via Prussiana. A burguesia não procurou mobilizar revolucionariamente as massas e sim realizar acordos, por cima, com as antigas classes dominantes. Não que nessas experiências não tivesse ocorrido lutas às vezes sangrentas, como na Alemanha e Itália, mas a solução acabou sendo um compromisso entre os de cima.

No Brasil, a revolução burguesa seguiu também esse caminho tortuoso, com algumas especificidades. Aqui a burguesia nascente evitou envolver as massas populares, especialmente os camponeses, nos movimentos políticos e revolucionários. A revolução burguesa brasileira desdobrou-se em inúmeros episódios, que assinalaram seu avanço “lento, gradual e seguro”. Diríamos que, no Brasil, a Proclamação da Independência, a Abolição da Escravidão (1888), a Proclamação da República (1889) e a derrubada da República Oligárquica (1930), foram momentos importantes desse processo no país.

O MOVIMENTO PELA INDEPENDÊNCIA

A luta pela independência antecedeu em pelo menos meio século ao famoso grito do príncipe regente às margens plácidas do Ipiranga. Dois marcos deste processo foram a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), que fizeram inúmeros mártires. A fuga da família real portuguesa para o Brasil (1808) iria ocasionar uma alteração na relação colônia-metrópole. Pela primeira vez na história moderna, a sede de um império passou-se localizar na colônia. Esse fato deu ao nosso processo de independência brasileiro uma marca toda própria.

A Revolução Liberal no Porto (1820) saudada pelos brasileiros, num certo momento, passou a representar um perigo real de recolonização do país. Primeiro, a exigência da volta de D. João VI e, depois, a do próprio Dom Pedro colocaram em risco os interesses do povo e de setores importantes das classes dominantes brasileiras. Isso levou a confrontação política e unificação dos setores radicais e moderados em torno da bandeira da independência. Muitos ainda pensavam em manter nossa posição de Reino Unido a Portugal.

As bandeiras republicanas e democráticas foram temporariamente recolhidas em nome da unidade contra a Metrópole. Por isso, no sete de setembro, proclamou-se a independência preservando a monarquia e os interesses econômico-sociais das classes dominantes brasileiras: a escravidão, o latifúndio e monocultura agroexportadora da cana-de-açúcar e do café.

No entanto, não se pode chamar esse processo de incruento. A independência sem (ou com pouco) sangue se deu no eixo Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, onde a corte brasileira tinha maior influência e controle. Nas regiões norte e nordeste, como nas províncias da Bahia e Maranhão, a situação era bem diferente. Ali era grande a influência metropolitana e existiam fortes laços de fidelidade das tropas e do comércio, em geral compostos de portugueses, em relação às cortes de além mar.

A Guerra da Independência na Bahia foi vencida apenas em dois de julho de 1823, quase um ano após o sete de setembro. Nesse mesmo período formaram-se também juntas pró-Portugal no Maranhão e no Piauí. Na primeira província mais de oito mil brasileiros lutaram contra o domínio português. Esses combates foram a altura dos ocorridos na América espanhola.

A proclamação foi um passo importante na constituição da nação e do povo brasileiro, pois nos deu um Estado Nacional e, diferentemente do que aconteceu na América Espanhola - manteve a unidade territorial. Mas, os limites estruturais desse processo foram: a manutenção do escravismo, do latifúndio e de uma economia agrário-exportadora. Sob a base de relações de produção escravista modernizadas elevou-se uma superestrutura também escravista. A superação desta situação tornou-se condição essencial para que o país pudesse dar mais um passo à frente na sua evolução histórica: transitando do escravismo ao capitalismo.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

O processo de superação da escravidão no Brasil foi longo e tortuoso. Uma luta que começou com os próprios escravos e que teve na saga de Zumbi de Palmares uma de suas principais referências. A luta abolicionista foi marcada por avanços e recuos. As dificuldades e os obstáculos impostos pelas classes dominantes escravistas podem ser aquilatados pela hiper tardia abolição brasileira.

No início do século XIX, a Grã-Bretanha, principal potência capitalista, passou a exigir que o Brasil abolisse o tráfico negreiro. Menos por motivos humanitários e mais por razões econômicas. Nos séculos anteriores a burguesia inglesa foi a que mais se beneficiou do tráfico de escravos para a América. Este, inclusive, foi uma das bases para seu rápido processo de acumulação de capital.

Em 1831 foi assinado um acordo entre Inglaterra e Brasil proibindo o comércio intercontinental de escravos. Maior que a pressão do "imperialismo" foram os interesses dos grandes comerciantes e latifundiários escravistas, que eram forças hegemônicas no Estado nacional brasileiro. Essa lei não foi aplicada e, pelo contrário, cresceu o número de escravos introduzidos no país.

Como resposta o parlamento britânico aprovou a lei Aberdeen, que dava à sua Marinha autorização para apreender navios negreiros e julgar os traficantes. A repressão inglesa tornou-se cada vez mais violenta. Em 1850 foi aprovada a Lei Euzébio de Queirós que pôs um fim definitivo ao "comércio infame". Isso permitiu que parte dos capitais investidos no tráfico se desviasse para outros setores da economia, especialmente para a incipiente indústria nacional.

O movimento abolicionista adquiriu maior amplitude, ganhou amplas parcelas da população e obteve apoio internacional. Acuado, o parlamento imperial aprovou a Lei do Ventre Livre (1871) que deu liberdade a todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Em 1885 foi aprovada a Lei do Sexagenário que libertava os escravos com mais de 60 anos. O escravismo entrava numa defensiva político-ideológica e procurava manobrar. Sabia que a abolição era inevitável e que seria necessário adiá-la o quanto fosse possível.

De um lado, o Estado escravista manobrava com uma legislação de fundo reformista-conservador; de outro, endurecia as leis contra os abolicionistas. Ampliou a pena para os que organizassem fugas de escravos e estabeleceu altas multas aos que dessem cobertura para os fugitivos. D. Pedro II não titubeou em destituir os presidentes do Ceará e do Amazonas por terem permitido a abolição nas suas províncias. Puniu também militares que atuavam abertamente a favor da abolição. Os fazendeiros escravistas, por sua vez, resistiram quanto puderam. Organizaram os Clubes de Lavoura e formaram milícias para combater os abolicionistas. Jornais foram empastelados e militantes da causa foram agredidos e mortos.

Naqueles anos se compôs uma ampla frente abolicionista — envolvendo escravos, a pequena-burguesia urbana, a jovem burguesia industrial, o proletariado e setores da burocracia de Estado. Aumentaram os casos de fugas em massa de escravos, apoiados pelos abolicionistas. Estima-se que 1/3 dos 173 mil escravos tenha escapado das fazendas paulistas nos últimos anos da escravidão. Assim, a luta de classes teve um papel fundamental para desagregação desse modo de produção arcaico. O decreto que aboliu definitivamente a escravidão foi assinado em 13 de maio de 1888.

A abolição foi um grande passo na construção da nacionalidade. Ela permitiu que o país desse mais um passo decisivo no sentido do desenvolvimento capitalista. No entanto, como ela não foi acompanhada de uma reforma agrária e de leis protetoras do trabalhador emancipado, acabou mantendo a população negra numa situação de miséria e longe de poder integrar-se plenamente à sociedade brasileira enquanto cidadã. Alguns abolicionistas compreenderam isso e apresentaram a proposta de uma reforma agrária, como complemento necessário da "reforma servil". Mas, a reforma agrária seria mais uma das tarefas que não poderiam ser realizadas por aquele Estado oligárquico e pelas classes dominantes brasileiras — quer na sua versão monárquica ou republicana.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O sonho da República também era relativamente antigo. Essa bandeira também estava nas mãos dos inconfidentes mineiros e baianos, dos revolucionários pernambucanos de 1817 e foi estampada nos programas das várias revoltas do período regencial, como a Revolução Farroupilha.

Em 1868, desrespeitando as regras do jogo, D. Pedro II indicou um membro do Partido Conservador para formar um novo governo. As novas eleições, controladas por ele, deram maioria absoluta aos conservadores. O Partido Liberal se dividiu e uma de suas alas mais radical aderiu às teses Republicanas.

Em 1870 esse grupo, localizado no Rio de Janeiro, formou o Clube Republicano e lançou um *Manifesto*. O documento foi assinado por 58 pessoas – a grande maioria composta de profissionais liberais e apenas um fazendeiro. Alguns anos depois, em 1873, realizou-se a convenção republicana de São Paulo, que lançou os alicerces do Partido Republicano Paulista (PRP). Diferente do que ocorreu no Rio de Janeiro, dos seus 133 convencionais 79 eram proprietários de terra.

Apesar da resistência dos seus setores mais conservadores, a ala radical do republicanismo procurou integrar o povo e mobilizá-lo contra a monarquia. Um exemplo foi a “revolta do vintém”. Ela começou quando o governo aumentou o valor das passagens de bonde. Setores de oposição, encabeçados por Lopes Trovão, realizaram várias manifestações que culminaram em quebra-quebras que duraram vários dias.

Começou a crescer no interior do republicanismo a ideia de se utilizar o exército para por fim a monarquia. Esta parecia ser uma opção mais adequada à sempre perigosa mobilização popular. Aproveitando-se da crise política do Império, os republicanos aumentaram o cerco ao Exército. Apenas às vésperas do Quinze de Novembro, o Marechal Deodoro de Fonseca decidiu a liderar o golpe militar que pôs fim à monarquia.

A proclamação da República cumpriu um papel progressista, pois acarretou o deslocamento das frações mais arcaicas da classe dos grandes proprietários rurais, passando o poder político – depois de um interregno militar – para a sua fração mais dinâmica: a dos produtores e exportadores de café de São Paulo. A jovem República, embora não tivesse condição de impor rapidamente o predomínio de relações de produção tipicamente capitalistas, assentada no trabalho assalariado, criou as melhores condições para a expansão de formas capitalista de exploração do trabalho. O novo regime adotou de um novo sistema jurídico-político (burguês), completando a obra iniciada com a Independência e com a Abolição.

Entre 1822 e 1889 o Brasil conheceu transformações políticas importantíssimas. Foi o período no qual que se formaram a nação, o povo e o Estado brasileiro. Um período que o documento congressual do PCdoB chamou de primeiro ciclo civilizatório no qual, entre outras coisas, abriu caminho para que as relações de produção capitalistas pudessem começar e, ainda que gradualmente, se impor ao conjunto da economia brasileira. Processo que só se completaria após a revolução de 1930.

A REVOLUÇÃO DE 1930

Até o início da década de 1930 o país esteve sob o domínio das oligarquias latifundiárias e do capital mercantil. Ele ocupava um lugar bem determinado na divisão internacional do trabalho imposta pelo colonialismo, e depois pelo imperialismo, como produtor de matérias primas e alimentos para o mercado mundial e importador de artigos industrializados. A vitória plena do capitalismo deveria passar necessariamente pelo deslocamento destes setores arcaicos do centro do poder político.

Desde o início da década de 1920 a chamada República Oligárquica vinha atravessando uma crise que se traduziu no crescimento do descontentamento de amplos setores da população. Sentimento que explodiu na forma de rebeliões tenentistas. A política econômica amplamente favorável aos setores agrário-exportadores de café de São Paulo levou um mal-estar até aos setores oligárquicos regionais.

A crise do capitalismo em 1929 abalou fortemente a economia agroexportadora e agravou ainda mais a crise política. A sucessão presidencial de 1930 foi a gota d'água deste processo. Visando a manter seu predomínio em meio ao cataclismo econômico, a oligarquia paulista rompeu o histórico acordo com a oligarquia mineira, "política do café com leite", e indicou unilateralmente o nome de Júlio Prestes como candidato oficial à presidência. Imediatamente a oligarquia mineira se uniu à gaúcha e — com o apoio dos tenentes — lançaram a candidatura de Getúlio Vargas.

O programa da Aliança Liberal não se destacou pela radicalidade. Mas, ao contrário da candidatura de Júlio Prestes, dava uma ênfase maior às questões sociais. Multidões encheram as ruas das principais cidades no que viria a ser a eleição mais concorrida da República Velha.

A fraude campeou por todos os lados, mas o Partido Republicano Paulista e seus aliados, que tinham um maior esquema eleitoral, venceram a eleição. Depois da derrota, como de praxe, os líderes oligárquicos da Aliança Liberal se apressaram em buscar um acordo com as forças vitoriosas. Contudo, os tenentes e políticos mais jovens, passaram a conspirar e preparar uma nova insurreição.

O ritmo da conspiração foi acelerado com o assassinado de João Pessoa, que havia sido candidato a vice-presidente na chapa de Vargas. Em resposta, os tenentes decidiram se sublevar. Aberta a crise revolucionária, os setores oligárquicos dissidentes buscaram tomar a frente do movimento. Antônio Carlos, presidente da província de Minas Gerais, afirmou: "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

No dia três de novembro de 1930 Vargas tomou posse como presidente do governo revolucionário. Nos anos que se seguiram houve uma relativa democratização da sociedade brasileira. O novo código eleitoral estabeleceu o voto secreto e estendeu o direito de voto às mulheres. Foi também o período no qual ocorreu o maior avanço no que diz respeito aos direitos sociais e trabalhistas.

A ampla frente social que participou da revolução – da oligarquia agrária dissidente à pequena-burguesia urbana –, a nova correlação de forças que se estabeleceu — somada a crise profunda do modelo agroexportador — não permitiram a hegemonia política plena de nenhuma das classes sociais integrantes do novo bloco no poder. Surgiu então uma crise de hegemonia, típica de momentos de crise aguda. Isso possibilitou uma maior autonomia da burocracia estatal. A esta autonomia relativa do Estado em relação às diversas classes e frações de classes em conflito constituiu um fenômeno que Marx denominou de bonapartismo.

Foi este Estado que aplicou uma política industrialista, que por sua vez refletiu na correlação de forças dentro do próprio bloco no poder — fortalecendo a fração industrial da burguesia. A conquista da hegemonia no poder dessa fração da burguesia é uma das condições para que a revolução política burguesa possa ser completada. A Revolução de 1930 foi mais um passo importante na constituição da nação, embora não tivesse se dado através da destruição revolucionária da oligarquia latifundiária e da influência do imperialismo, mas pela acomodação com eles.

O SENTIDO DA HISTÓRIA

Então, como encarar a história brasileira? Existiu nela um sentido progressista? Afinal, temos ou não alguma coisa para comemorar passado mais de 500 anos da chegada das caravelas portuguesas nas nossas costas? Muitos intelectuais sinceros no campo da esquerda afirmam que não. O Partido Comunista do Brasil, desde há muito, apresenta uma visão bastante diferente sobre a história do país. Ela foi exposta no *documento* “500 anos na construção de um povo, uma cultura e uma nação novos” e no Programa Socialista para o Brasil, aprovado no 12º Congresso, em 2009.

Segundo esses documentos é preciso comemorar os avanços civilizacionais que foram conquistados pelo nosso povo depois de lutas memoráveis, que custaram as vidas de inúmeros heróis. Lutas pela independência nacional, pelas liberdades políticas, pela melhoria das condições de vida do povo e pelo socialismo. Afirma o documento programático: “Embora jovem, seu povo foi temperado por conflitos e lutas – muitas vezes de armas nas mãos – pela liberdade e pelos direitos sociais, pela independência e a soberania do país. Tal processo marcou sua história com o fio vermelho do sangue que derramou, desde a resistência indígena e dos africanos contra a escravização, passando pelo enfrentamento heroico às ditaduras, até as lutas operárias e populares características de nosso tempo. Nesta trajetória de mais de cinco séculos, o povo é, portanto, o herói e o autor da nacionalidade, o empreendedor dos avanços ocorridos no país. (...) O processo histórico dessa formação foi doloroso, marcado pela escravidão e pela violência, condicionado pelos interesses de uma elite colonizada”. A história não era apenas obra das elites. Ela era o resultado da luta de classes.

No geral, a história brasileira tem um sentido progressista — embora possa ter conhecido períodos de retrocesso. A Independência, constituindo um Estado Nacional e garantindo a unidade territorial, foi um momento decisivo na formação daquilo que seria a nação e o povo brasileiro. A abolição eliminou o principal entrave a expansão do capitalismo e da cidadania: as relações de produção escravistas. A proclamação da República criou as condições político-institucionais para a constituição de um Estado propriamente burguês e a revolução de 1930, ao deslocar a hegemonia dos setores agrário-exportadores, abriu o caminho para consolidação da burguesia brasileira no poder, a expansão da industrialização e a ampliação da cidadania, ainda que entrecortadas por períodos ditatoriais. Estas foram condições indispensáveis para a realização em melhores condições do terceiro – e mais importante - salto civilizacional que será a conquista do socialismo no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República, Vol. I, Ed. Alfa-ômega, S.P., 1982
- BOEHRER, George C. A. Da monarquia à República, Ed. Itatiaia, MG. RJ., 2000
- BUONICORE, Augusto C. A formação do Estado burguês no Brasil – www.vermelho.org.br
- CASALECCHI, José Enio. A proclamação da República, Ed. Brasiliense, S.P., 1981
- COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia a república: momentos decisivos, Grijaldo, SP, 1977.
- . Da senzala à colônia, Ciências Humanas, SP, 1982.
- CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, Civilização Brasileira, RJ, 1978.
- FAUSTO, Boris. A revolução de 1930, Brasiliense: SP, 1986.
- GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada, Ática, SP, 1990.
- . A burguesia brasileira, Ed. Brasiliense, S.P., 1982
- IANNI, Octávio. O ciclo da revolução burguesa, Ed. Vozes, RJ., 1984
- MERCADANTE, Paulo. A consciência conservadora no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, R.J, 1972.
- MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala, Ciências Humanas, SP 1981.
- PCdoB - 500 anos de luta na construção de um povo, uma cultura e uma nação 2000
- POMAR, Pedro. “O povo conquistará a verdadeira independência” in Em defesa dos trabalhadores do povo brasileiro, Ed. Anita Garibaldi, S.P, 2002.
- PRADO Jr., Caio. – Evolução Política do Brasil, Ed. Brasiliense, SP, 1980.
- QUEIRÓS, Suely R. Reis de. A abolição da escravidão, Brasiliense, SP, 1982.
- RODRIGUES, José Honório. Conciliação e reforma no Brasil, Ed. Nova Fronteira, R.J, 1982.
- ROIO, Marcos Del. A classe operária na revolução burguesa – a política de alianças do PCB: 1928-1935, Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1990.
- RUY, José Carlos: "Os abismos da revolução - conciliação e reforma na política brasileira". In: Princípios, nº 49.
- SAES, Décio. A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891), Paz e Terra, SP, 1985.
- . Classe média e sistema político no Brasil, ed. T.A Queirós, S.P., 1985
- . A contestação à ordem monárquica, col. primeira versão 49 - IFCH-Unicamp, 1992
- SANTOS, Ronaldo Marcos do. Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo, IPE, SP, 1980.
- SILVA, Ângelo José da. Comunistas e trotskistas – a crítica operária à revolução de 1930, Moinho do Verbo, Curitiba, 2002.
- . “A trajetória política da burguesia brasileira” in Princípios, nº31
- SODRÉ, Nelson Werneck. As razões da independência, Ed. Civilização Brasileira, R.J, 1978.
- . Introdução à Revolução Brasileira, Ed. Civilização Brasileira, RJ.. 1967.
- . Formação Histórica do Brasil, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1979.
- . A história da burguesia brasileira, Vozes, RJ, 1983.
- . Capitalismo e revolução burguesa no Brasil, Graphia, RJ. 1997.

QUESTÕES PARA DEBATE

Considerando-se os marcos históricos do processo de revolução burguesa no Brasil:

1. quais características de transição podem ser, neles, identificadas?
2. quais elementos nos possibilitam concluir que essa trajetória resultou na formação de uma nação, com um povo uno?

TEMA 03
A DINÂMICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA
[Núcleo: ECONOMIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO]

NOTAS TEÓRICAS EM TORNO DAS CRISES FINANCEIRAS

Revista *Princípios* – N. 95, abr/mai, 2008, páginas 62- 67.

Sérgio Barroso*

Exacerbaram-se as características típicas da crise capitalista como a recorrência e a propagação global: tornam-se mais frequentes, pelo aumento na rapidez da acumulação fictícia – decorrente especialmente da velocidade das transações com ativos financeiros.

A tempestade econômica que se espalha dos Estados Unidos, desde agosto de 2007, demanda reflexões acerca dos mecanismos das crises financeiras. A crise, aliás, ensejou até transe psicopáticos. O outrora chefe do Fed (Banco Central dos EUA), Alan Greenspan – “maníaco soprador de bolhas”, acertou-o em cheio Belluzzo –, por exemplo, afirmou que a crise atual ocorre sob a égide de modelos em que “respostas inatas do ser humano resultam das oscilações entre a euforia e o medo”. [1]

Em três partes – metodologicamente heterogêneas – e breves conclusões, este artigo discorre sobre elementos de aproximações à gênese e à dinâmica das crises financeiras. A idéia central consiste em encadear formulações de pensadores consagrados, entre clássicos e contemporâneos, nos possibilitando “juntar peças” que dão forma à relação entre as crises financeiras hodiernas e a especulação.

PARTE I

Há uma ideia crucial (e indevassável) em Marx: as crises econômicas do capitalismo devem ser compreendidas como uma espécie de ruptura imanente e cíclica dos circuitos de fluxo e refluxo dos processos produtivos [2]. Quando, a dado passo, uma queda geral dos preços estagna (e desorganiza) o processo de reprodução do capital, interrompem-se inúmeros “pontos da cadeia de obrigações de pagamento” em prazos antes estabelecidos, levando ao “desmoronamento do sistema de crédito”; advêm crises violentas com depreciações bruscas, até o decréscimo real da produção (Marx, *idem* p. 292).

Esse movimento não pode ser dissociado de outro fenômeno, típico do desenvolvimento desse regi me de produção: segundo Marx, “o sistema bancário é, pela forma de organização e pela centralização, o resultado mais engenhoso e mais refinado a que leva o modo capitalista de produção” [3]. Originariamente é isso que catapulta o movimento D-D’ – o capital portador de juros no capitalismo propriamente dito –, o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que cria dinheiro, “sem que dessa forma se descubram os vestígios de seu nascimento” (Marx, *apud* Mazzucchelli, 2004: 74).

Por conseguinte, “no capital produtor de juros está perfeita e acabada a representação fetichista do capital” – escreve Marx noutra passagem [4]. Ou seja, a forma capital a juros traz em si a seguinte ideia: toda a renda determinada e regular em dinheiro aparece como juros de um capital, vindo ele de um capital determinado ou não. Isso, para Marx, quer dizer que, no capital portador de juros, o cessionário o lança na circulação como capital, é valor de uso para obtenção de mais-valia e que se conserva desde o circuito, à volta. Noutras palavras de Marx:

“Cede A seu dinheiro não como dinheiro, mas como capital. O capital não experimenta aí transmutação [metamorfose] alguma. Muda apenas de mão. Sua conversão real em capital só se efetua nas mãos de B. Mas para A tornou-se capital em virtude da simples cessão feita a B. Só para B se verifica o retorno efetivo do capital, do processo de produção e circulação. (...) Cessão, empréstimo de dinheiro por determinado prazo, e devolução do dinheiro com juros (mais-valia) é a forma toda do movimento próprio do capital a juros como tal” (Livro 3, v. 5, 396-403).

O que conflui para a formação do capital fictício [5]. Quer dizer, é válido aos papéis que rendem juros o mesmo fenômeno ocorrente nas crises e estagnações dos negócios em geral: “o capital-mercadoria perde em grande parte a capacidade de representar capital-dinheiro potencial”. Aduz Marx, anunciando já então um aspecto estrutural (e contemporâneo!) que integra as crises financeiras:

“Esse capital fictício reduz-se enormemente nas crises, e em consequência o poder dos respectivos aos proprietários de obter com ele no mercado. A baixa nominal desses valores mobiliários no boletim da Bolsa não tem relação com o capital real que representam, mas tem muito que ver com a solvência do proprietário” [6]. Dito tudo isso em duas palavras mais claras: 1. Marx alude A como se fosse uma bifurcação do capital financeiro, o portador de juros e o fictício; 2. O capital fictício consistiria em títulos negociáveis no futuro (para ele composto por ações ordinárias das Bolsas, títulos públicos e a própria moeda de crédito - bancária) [7]. De conjunto: a acumulação de capital à base da apropriação do trabalho excedente, a taxa de lucro calibrando a taxa de juros, o capital portador de juros gestando capital fictício. Numa determinação que se relaciona com a busca incessante de valorização do valor, para a qual a especulação passa a ser parte constitutiva do desenvolvimento do moderno sistema de crédito. Especulação [8], vinculando-se à deflagração de crises: “Quem precisa de uma casa nova escolhe-a entre as construídas para especular (...) Levantam-se recursos por meio de hipotecas, e o empresário vai recebendo dinheiro na medida em que anda a construção das diversas casas. Sobrevindo uma crise que paralise o recebimento das cotas devidas (...), na pior [das hipóteses], são penhoradas e vendidas pela metade do preço” (Marx, Livro 2, v. 3, Cap. XII).

Sim, pura e simples especulação imobiliária (“subprime”!) e crise. Segundo Marx, em meados dos anos 1840, a sofisticação especulativa (“derivativos”!) já corria solta na City londrina. Onde – descreve ele – A ordenava B comprar mercadorias a C em Manchester, para serem remetidas a D nas Índias Orientais; B pagava a C com letras de seis meses, emitidas por C contra B; mas B se “cobria”, emitindo por sua vez letras de seis meses contra A; quando a mercadoria era embarcada, A emitia, conhecendo o embarque, letras de seis meses contra D [9].

Também John Hobson (1894) – logo após a publicação do Livro 3, por Engels – aborda a relação entre o sistema de crédito e a especulação, o que aparece destacadamente no capítulo “O Financiarista”, de John Hobson e seu marcante estudo [10]. Mas é Rudolf Hilferding quem avança inovadoramente na radiografia do capital financeiro na época dos monopólios.

Hilferding, ressaltando o caráter anárquico do sistema de produção capitalista, considera que a variação de preços é decisiva para o processo de expansão ou contração produtiva, para o começo de outra arrancada na produção etc. Se a perturbação na formação dos preços é periódica, é igualmente periódica a perturbação na lei dos preços – diz Hilferding. Imaginando, também, que a crise “supõe escassez de venda” [11], pela sua análise a crise é o momento em que ocorre a baixa na taxa de lucro, precedida de um período de prosperidade, com preços e lucros elevados, numa virada de “atividade febrilmente intensa, de altos lucros e da acumulação elevada” (1985: 245-6). Nessas fases – argumenta –, com a gradual subida da taxa de juros, o que faz cair a taxa de lucro; enquanto “aumenta o lucro do capital bancário”. Em tais circunstâncias, “a especulação tanto em mercadorias quanto em papéis de crédito nesse período está em florescência e exige muito crédito” (idem, p. 248).

No sugestivo Capítulo “As mudanças das crises. Cartéis e crises”, Hilferding destaca a relação entre as crises e o desenvolvimento do capitalismo. No sentido das transformações da produção capitalista levarem a certas mudanças nas formas de manifestação das crises: há, diz Hilferding, “fenômenos particulares, correspondentes a uma fase do capitalismo, ou talvez casuais, mas que se trata de tendências resultantes da essência do desenvolvimento capitalista” (idem, p.271) [12].

Assim, para ele (pp. 272-3), a) a mudança de uma crise de crédito em crise bancária, de um lado, e, de outro, em crise monetária têm a ver seja com [13] as mudanças na instituição creditícia, seja pelas mudanças existentes entre indústria e comércio; b) as mudanças fenomênicas de crises aparecem a partir dos progressos da concentração capitalista; e a crise do crédito “se desdobra em crise monetária quando o colapso do crédito gera uma escassez brusca de meios de pagamento”.

PARTE II

Especialmente após a 1ª Grande Depressão (1873-96), de impulso a seus monopólios e enorme centralização do capital bancário, os EUA expandem de uma maneira inédita seu poderio financeiro. Mais precisamente “O império da alta finança”, denominado por Victor Perlo em sua destacada obra [14].

Como bem evocou Frederico Mazzucchelli, os anos 1920 nos EUA foram marcados pela explosão do consumo de massas, fascínio pelos automóveis, facilidades do crédito, expansão dos subúrbios, renovação dos imóveis, multiplicação das rodovias, difusão da energia elétrica, crescimento do emprego, elevação dos salários reais, liberação dos costumes, a revolução do jazz etc. [15].

Exuberância, crescimento excepcional do produto industrial, e Grande Depressão. Uma antinomia de resultado lógico: os EUA em 1929 controlavam 42% da produção mundial total, enquanto Alemanha, Grã-Bretanha e França, juntos, detinham a fatia de menos de 28% da mesma; daí o impacto fulminante da crise. A recuperação vem apenas com o New Deal, de F. Roosevelt, mas persiste a crise internacional e sucede a ascensão do nazismo, até 1939; daí à 2ª Guerra Mundial.

Grande Depressão que, de acordo com John K. Galbraith, em *Moeda: de onde veio, para onde foi* (Novos Ubrais, 1983), nos EUA, em 1929 faliram 659 bancos, em 1930 1.352, número que atingiu 2.294 em 1931. “Em 1933, 4.004 bancos faliram ou foram considerados em situação imprópria para a reabertura após o feriado bancário” – afirmou o grande economista canadense [16].

Crise deflagrada pelo demolidor crash financeiro de Wall Street, e que mereceu do famoso economista Charles Kindleberger a obra *The World Depression (1929-1939)*; e, notavelmente, numa decisiva contribuição para a interpretação da origem, dinâmica e repercussões nas relações internacionais em *Manias, pânico e Crashes*. Um histórico das crises financeiras. [17].

Nessa obra, que examina o fenômeno das crises financeiras por quase três séculos, Kindleberger nos apresenta um multifacético painel repleto de lições, talvez ainda não devidamente valorizado. Note-se, no Quadro abaixo, valiosos registros analíticos que podem ser extraídos de sua pesquisa, notadamente os variados circuitos de busca desesperada pela valorização do capital – e o incontornável “material inflamável” da especulação.

Noutro estudo, para Kindleberger – em conformidade com Alexandre Lamfalussy –, em meados dos anos 1980, o Sistema Monetário Internacional experimentava quatro “revoluções” conjuntamente: 1) um regime de taxas de câmbio flexíveis não considerado [18] como provisório; 2) uma rede nova e mais barata de transportes e comunicações atando os mercados financeiros; 3) uma variedade de novos instrumentos financeiros que o mundo precisa de experiência para aprender como lidar; e 4) a ampliação acelerada da desregulamentação financeira .

Reexaminemos sinteticamente o que ocorreu.

PARTE III

Sabe-se que Leis e medidas regulatórias do sistema financeiro, após a Grande Depressão dos anos 1930, adotadas pelo presidente F. Roosevelt, sofreram ataque em fins dos anos 1960. Mas o processo de desregulamentação e liberalização financeira nos EUA brota da crise da década de 1970, demolindo os acordos de Bretton-Woods (1944), que continham, fundamentalmente: a) taxas de câmbio fixas, porém ajustáveis; b) fixidez nas (baixas) taxas de juros; e c) controle sobre os fluxos financeiros globais. Fez-se elevado crescimento econômico no capitalismo central (+ 1945-75) – a Era de Ouro, comemoravam os ingleses; os Trinta Gloriosos, diziam os franceses [19].

Adveio a crise (estagnação), com intensa volatilidade nas taxas de câmbio, de juros e desvalorização da moeda central. O poder do Estado norte-americano e do dólar responderam unilateralmente com erosão das bases do sistema monetário internacional: 1971, dólar sem lastro, depois chamado “padrão flexível”; 1973, flutuação cambial; 1979-81, brutal elevação da taxa básica de juros. Esse “programa” pavimenta a supremacia crescente do grande capital financeiro norte-americano. A moeda-reserva expressa a força financeira (mercado vasto, profundo e líquido), sustentada no poderio militar, econômico e ideológico dos EUA. Impulsionou-se a globalização financeira. Internacionalizaram-se as operações dos Fundos de Pensão, Mútuos e das Seguradoras. Feroz intensificação da concorrência entre esses Fundos, bancos e agências que reúnem grande legião de investidores e administram carteiras de ativos bastante diversificadas (ações, bônus, hipotecas garantidas etc). Globalização “financeirizada”: padrão de acumulação capitalista afiançado pela plutocracia dos Estados capitalistas.

Difundiou-se na ilusão do regresso à utopia do capitalismo liberal (neoliberal), na era do “supermonopólio” das finanças; das grandes operações dos Bancos Centrais dos países ricos; fusões e aquisições centralizam massas gigantescas de capital. Tais fenômenos, originários nos EUA, foram planetarizados com a

desestruturação geopolítica (e ideológica) da bipolaridade mundial (1989-91): o colapso dos países socialistas do Leste europeu e da URSS (o “socialismo real”). (Todo o antigo Leste europeu socialista regressou ao capitalismo desembestado da globalização neoliberal).

Configuram a globalização financeira, a internacionalização e a liberdade de movimentos de capitais, a integração de mercados financeiros e de capitais. Para garantir a investidores e especuladores de todo caráter, exige-se uma legislação a mais uniforme possível e monitoramento global de riscos. Desse modo floresce um novo tipo de gestão dessa riqueza, “financeirizada” pela burguesia rentista. Nos EUA, a desregulamentação ascensional, desde meados dos anos 1980 [20], vinculou-se a processos de securitização de dívidas (garantias), institucionalização da poupança e de mecanismos de transferência de riscos (derivativos, hedges) e arbitragem (jogatina internacional com moeda, câmbio, juros, commodities).

Deveras facilitada pelo aporte das Novas Tecnologias de Informática e Comunicações, e transportes, a integração global dos mercados financeiros, passou a vivenciar uma crescente instabilidade estrutural. Fábrica de crises financeiras internacionais a um intervalo cada vez menor, iniciadas pelo grande crash de Wall Street (1987) – analisado minuciosamente por Kindebleger. Vinte anos depois, lá, o furacão originário das hipotecas “subprime” (propensas ao calote) faz a economia dos EUA afundar. “Crise financeira épica”, denominou-a recentemente o economista liberal P. Krugman.

Ora, a instabilidade estrutural do ciclo capitalista motivou J. Schumpeter e J. M. Keynes, em enfoques distintos, a acentuarem um caráter endógeno e sistêmico das oscilações. Schumpeter, considerando a função das inovações tecnológicas no movimento de “destruição criativa”; Keynes, argumentando sobre a preponderância da incerteza numa economia monetário-financeira, a nublar as decisões de investimento e expectativas do cálculo capitalista.

Depois, H. Minsky reposicionou o olhar à perene instabilidade presente no capitalismo de hoje: a Hipótese da Instabilidade Financeira (HIF) era incontornável nos países capitalistas de “mercados financeiros sofisticados” [21]. Segundo Farhi [22], na atualidade, a concentração e a universalização das instituições financeiras produzem um forte aumento das operações especulativas e por uma intensa utilização da alavancagem na incessante busca pela rentabilidade mais elevada.

Instabilidade, pânico e crise. A partir daí, sublinhara o especialista M. Aglietta, nas crises financeiras “plenas” o passo seguinte é o “credit crunch” (aperto no crédito). Recordando as crises patrimoniais “mais violentas” que envolveram o setor imobiliário de vários países, na virada dos anos 90 passados, alertara Aglietta: “As crises de crédito resultantes de subavaliação dos riscos privados e do excesso de endividamento são desordens cujas consequências são mais lentas, mas frequentemente mais insidiosas sobre a economia real” [23].

Breves conclusões

Essencialmente, pensamos que as crises financeiras hodiernas [24]:

- Assemelham-se às crises de superprodução de capital, refletindo o excesso de valorização do capital relativamente à determinada taxa de juros. A crescente e sofisticadíssima especulação – hoje sistemicamente baseada em alavancagens de títulos/derivativos –, como procuramos demonstrar, se estabelece estruturalmente na medida em que o próprio regime do capital vai se desenvolvendo; ela pertence à natureza do capital.
- No entanto, exacerbaram-se as características típicas da crise capitalista como a recorrência e a propagação global: tornam-se mais frequentes, pelo aumento na rapidez da acumulação fictícia – decorrente especialmente da velocidade e do volume das transações com ativos financeiros.
- Ademais, passaram a ser abrigadas pela burla (interesseira) do descontrole regulatório do sistema bancário internacional e pela absoluta falência das agências de “risco”. (O gigantesco rombo de centena de bilhões de dólares, particularmente no sistema bancário internacional, decorrente da crise das “hipotecas subprimes”, voltou a motivar a cantilena oficial da “regulamentação financeira”).
- Chegou-se à anarquia completa de não se ter a mínima ideia precificação de ativos “podres” e generalizadamente contaminadores.
- É evidente que esse capitalismo é regime superado. Mas continuará a espalhar miasmas e barbárie enquanto não for derrubado, sepultado e soterrado.

NOTAS

- [1] “Como podemos errar tanto?”, se pergunta ainda Greenspan, fazendo-se de idiota (“Preço estável das residências deve encerrar crise”, *Financial Times/Valor Econômico*, 18/3/2008, C-10).
- [2] “As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito” (Karl Marx, *O Capital*, Livro 3, volume 4, p. 286, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d).
- [3] E continua ele, enriquecendo a formulação: “Só o desenvolvimento completo do sistema de crédito e do sistema bancário promove e efetiva por inteiro esse caráter social do capital” (Marx, *idem*, Livro 3, volume 5, p. 695, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira).
- [4] Livro 3, volume 5, p. 459, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- [5] Daí Marx ter antecipado que “a formação do capital fictício se chama capitalização. Para capitalizar qualquer rendimento periódico, o que se faz é considerá-lo, com relação à taxa média de juros, como rendimento que daria um capital emprestado a esta taxa de juros” (Marx, *apud*, Mazzucchelli, , p.78, Campinas, IE/Unicamp, 2004, 2ª edição).
- [6] Antes, afirmara: “com o juro ascendente cai o preço deles [dos papéis]. O que também provoca essa queda é a escassez geral de crédito, que força os detentores a lançarem-se em massa no mercado para obter dinheiro” (Livro 3, volume 5, pp. 566-7).
- [7] Ver a discussão em “A transformação do capital financeiro”, de Robert Guttman, Campinas, *Economia e Sociedade*, nº 7, dez./1996.
- [8] Note-se uma importante referência de Marx, à página 507, sobre as consequências do desenvolvimento do sistema de crédito e lucro a partir dos juros: “Reproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de especulação e embuste no tocante à incorporação das sociedades, lançamento e comércio de ações” (Livro 3, v. 5, p. 507).
- [9] Livro 3, v. 5, p. 472.
- [10] Ver: *Evolução do capitalismo moderno*. Um estudo sobre a produção mecanizada (São Paulo, Abril Cultural, 1983 [1894]). Diz ele, a exemplo que qualquer “grupo de financistas, armado de recursos suficientemente grandes, pode controlar com firmeza um título, utilizando-o seja para esfolar o público investidor ingênuo, levando-o a comprar e vender com prejuízos, seja para ‘segurar’ o título e esmagar outros financistas que não ‘estão por dentro’” (p. 184).
- [11] E adiante, com clareza Hilferding: “A expressão superprodução de mercadorias é, em geral, tão sem sentido quanto a expressão ‘subconsumo’. (...) “Contudo, precisamente por isso, a estreita base do consumo é apenas uma condição geral para a crise, que, de modo algum, é explicada pela constatação do ‘subconsumo’” (*O capital financeiro*, São Paulo, Nova Cultural, 1985:233).
- [12] Prossegue: “Somente sua expansão implica a generalização da produção mercantil, a criação do mercado nacional e do mercado mundial concebido em permanente expansão. Com a ampliação do mercado, desenvolveram-se também as condições sob as quais pode haver crises” (*idem*, p. 271-2).
- [13] Importa notar referências de Hilferding aos transportes e à comunicação, relativamente aos movimentos especulativos, dada a dinâmica da época. Escreve: “Finalmente, atua, na restrição da especulação mercantil, o desenvolvimento dos meios de transportes que reduziu muito a distância do mercado exatamente com as mercadorias sujeitas à especulação. Para isso concorre também a evolução do serviço de informação que a cada momento dá a posição de situação dos mercados” (*idem*, p. 275).
- [14] Entre 1929 e 1955, Perlo lista oito grandes super-impérios norte-americanos, que “fundem”, principalmente, bancos, indústria, minas, petróleo, química, transportes e eletricidade: Morgan, Rockefeller, First National Bank, City Bank, Du Pont, Mellon, Cleveland, Chicago, Bank of América. In: *O império da alta finança. Gênese do capitalismo monopolista de Estado nos EUA*, v. II, Lisboa, Estampa, 1976 [1956].
- [15] Ver, do autor: *Os anos de chumbo. Notas sobre a economia internacional no entreguerras*, mimeo. 2007, prelo.
- [16] Em seu clássico *A crise de econômica de 1929 – anatomia de uma catástrofe financeira* (Lisboa, Dom Quixote, 1972, 4ª edição), Galbraith vai direto ao assunto: “Como já se frisou tantas vezes, o colapso do mercado de ações de outono de 1929 estava implícito na especulação que o precedeu. Sá havia uma dúvida: por quanto tempo a especulação duraria” (p. 254).
- [17] Porto Alegre, Ortiz, 1992 [1989]. Lá sublinha Kindleberger, debatendo as razões várias da Grande Depressão: “A ideia de que a especulação, como causa de manias e crashes, repousa em uma instabilidade inerente ao crédito é antiga” (p. 96). E mais adiante: “Quando ocorreu o crash, o sistema de crédito congelou subitamente” (p. 86).
- [18] Ver: *Movimentos internacionais de capitais*, p. 103, São Paulo, Record, 2007 [1987].
- [19] L. Belluzzo, após dizer que os sistemas financeiros em Bretton-Woods eram voltados ao crescimento econômico, assim vê o pós B-W: “Não foram poucos os ataques especulativos contra paridades cambiais, os episódios de deflação brusca de preços de ativos reais e financeiros, bem como as situações de periclitamento dos sistemas bancários” (“O inimigo assusta os mercados”, in: *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*, p. 18 e 22, São Paulo, Unesp/Unicamp, 2004).

[20] Em “A montagem de um novo regime monetário-financeiro nos Estados Unidos: 1982-94”, Cintra, também descreve, pioneiramente, o caminho para o domínio das finanças diretas e globalizadas (in: Transformações institucionais dos sistemas financeiros – um estudo comparado, de M.C.P. Freitas e M.A.M. Cintra, São Paulo, Fapesp/Fundap, 1998).

[21] Como bem argumentou Minsky, tal comportamento turbulento e caótico pode assumir a forma de: a) inflação interativa; b) bolhas especulativas; c) profunda deflação de débitos inter-relacionados. Ver: “Integração financeira e políticas monetárias”, de H. Minsky, Campinas, Economia e Sociedade, nº 3, dez./1994.

[22] Ver: “Riscos e instrumentos da finança contemporânea”, de M. Farhi, revista Princípios, nº 89, abr./mai 2007.

[23] Ver: Macroeconomia financeira. Crises financeiras e regulação monetária, de M. Aglietta, p. 13, São Paulo, Loyola, v. 2, 2004.

[24] A propósito da crise atual, assim anotou Braga: “A crise tem assumido novas formas em razão das mutações em curso. Mudanças no dinheiro e nas finanças, nas corporações que se tornaram simultaneamente produtivas e financeiras, nas decisões de investimento, nas decisões de consumo, nas interações entre juros e câmbio, nas operações dos bancos centrais, nas relações entre Estado e mercado, na natureza das relações entre países centrais e periféricos etc” (“Incertezas globais e teoria econômica”, de Braga, J.C.S., Valor Econômico, 11/1/2008).

Sérgio Barroso – Doutorando em Economia Social e do Trabalho (Unicamp) e diretor de Estudos e Pesquisas da Fundação Maurício Grabois.

QUESTÕES PARA DEBATE

1. De acordo com a elaboração teórica sobre o capital financeiro e o imperialismo, como se manifestam os desdobramentos das contradições do capitalismo já apontados por Marx?
2. Quais as principais singularidades das crises financeiras contemporâneas?

O MUNDO CAPITALISTA EM CRISE SISTÊMICA: HORA DE CUIDARMOS O FUTURO DO BRASIL

Revista *Princípios* N. 98, out/nov, 2008, páginas 11-15

Lecio Morais

A atual crise financeira ressaltou o papel essencial do Estado na economia, a despeito do que prega o neoliberalismo. No Brasil, para verdadeira proteção da economia, o Estado deve alterar as regras excessivamente liberais do setor financeiro, contendo a descontrolada movimentação do capital.

A crise americana do subprime transformou-se no último mês de setembro em uma crise sistêmica do capitalismo mundial. Uma crise sistêmica é aquela capaz de em sua fase aguda paralisar momentaneamente os circuitos financeiros, impedindo temporariamente a acumulação de capital, seguindo-se um período mais ou menos longo em que há uma forte redução na acumulação e ocorre uma destruição de capitais que, embora de modo diferenciado, atinge generalizadamente todos os setores econômicos.

O sistema financeiro dos EUA, União Europeia e Grã-Bretanha ainda se mantém funcionando graças ao forte financiamento de seus respectivos Bancos Centrais e a uma estatização parcial. As demais economias nacionais rapidamente vão sentindo os efeitos da crise; nenhuma delas pode se considerar livre de perdas ou

mesmo da ameaça de um colapso econômico. Mesmo que o inédito e gigantesco plano de resgate americano de US\$ 700 bilhões venha evitar a marcha ruinosa das finanças americanas, as consequências da crise sistêmica serão severas, embora variáveis de país para país. É o preço que ciclicamente a humanidade paga ao capitalismo e, em especial, agora, ao recente processo de globalização que dominou o mundo sob a hegemonia político-econômica americana. Nem o capitalismo nem a hegemonia americana acabarão nesta crise, porém não serão mais os mesmos.

O bilionário plano de resgate financeiro americano de 700 bilhões muito provavelmente não funcionará. A crise de liquidez evoluiu rapidamente para uma crise de solvência da maior parte do sistema financeiro americano e europeu. A solução, agora, está na capitalização, ou seja, na estatização das principais instituições financeiras. O que custará mais política e ideologicamente. De toda forma, quero tratar neste artigo de questões mais específicas da crise, admitindo a hipótese de que a fase aguda da crise sistêmica seja revertida.

A primeira questão é a negação do paradigma neoliberal da racionalidade superior do mercado. A ideia de que o mercado “auto-regulado” é capaz de organizar a vida social criando e distribuindo adequadamente a riqueza ficou irremediavelmente comprometida, perdendo, de uma vez por todas, sua condição de verdade auto-evidente e incontestável.

A segunda questão é como a crise pode atingir o Brasil e de que maneira a queda do paradigma neoliberal sobre a auto-regulação dos mercados pode ajudar a defender nossa economia. A súbita e significativa desvalorização do real frente ao dólar, invertendo a tendência dos últimos anos, e as iniciativas já tomadas pelo Banco Central mostram que a primeira onda de impacto da crise americana chegou às nossas praias.

A queda do principal paradigma neoliberal

Já virou lugar comum a afirmação de que a ação do FED e do Tesouro americano nesta crise pôs fim ao ideário neoliberal. O mais comum dos argumentos a justificar a afirmação é o fato de os EUA e outros Estados do centro capitalista estarem a salvar instituições financeiras privadas com dinheiro público. Embora correto, o argumento é insuficiente para entendermos o tamanho do prejuízo que a crise vem impondo ao arcabouço teórico do neoliberalismo. Na verdade, a interferência do Estado no mercado, estabelecendo regras ou mesmo utilizando dinheiro público para cobrir prejuízo privados, é ação justificável pela teoria neoliberal.

O neoliberalismo revigorou o conceito de livre mercado do liberalismo clássico ao admitir a crítica marxista e keynesiana de que os mecanismos de mercado não são perfeitos e que, se entregues às suas próprias forças, tenderão à desorganização e ao desastre. Mas, ao mesmo tempo, o neoliberalismo afirmou que os mercados são imperfeitos apenas por faltar aos agentes um acesso igual às informações, a chamada “assimetria informacional”. Se o mercado puder contar com instituições (regras) que minimizem tal assimetria, permitindo sua auto-regulação, continuará a ser superior em eficiência e estabilidade ao Estado.

Essa assimetria informacional decorre de situações complexas em que certos agentes dominam melhor que outros detalhes operacionais ou mesmo por conta de processos de monopolização, limitando a racionalidade com que os agentes decidem. Isso ocasiona mais erros e prejudica a livre concorrência, levando à perda de eficiência, à instabilidade e à crise. Porém, segundo os neoliberais, a tentativa de correção dessa imperfeição por parte do Estado mediante regras impositivas, “rígidas”, apenas aumenta as distorções.

Desse modo, ao Estado caberia apenas organizar mecanismos que eliminem a assimetria informacional, utilizando os incentivos próprios do mercado, a auto-regulação, garantindo sua racionalidade “intrínseca”. Mesmo que os agentes individualmente cometam erros de avaliação, tais erros não são cometidos sempre na mesma direção e terão uma distribuição aleatória, fazendo com que se anulem mutuamente e a soma das consequências resulte igualmente nula. Ou seja, o mercado sempre faz a opção mais racional e correta. Já o Estado, sujeito às paixões políticas, não.

A própria especulação é defendida como uma forma espontânea de o capitalismo antecipar tendências e eventos futuros. É uma função necessária ao mercado que evita surpresas desestabilizadoras e previne perdas. Da mesma maneira, regras inibidoras do livre trânsito de bens e, principalmente, de capitais, bem como os obstáculos ao livre câmbio de moedas, deveriam ser suprimidos. Evidentemente, a melhor regulamentação disponível, a mais adequada, seria aquela praticada pelos mercados mais maduros, as instituições (regras e organizações) existentes especialmente nos países de tradição anglo-saxônica (EUA e Reino Unido), herdeiros dos valores liberais. Daí a insistência das políticas neoliberais, desde os anos 1980, em replicar em todos os países – por meio de governos e das instituições multilaterais – a mesma fórmula institucional adotada pelos

EUA: agências reguladoras independentes (a começar pelos bancos centrais), liberdade de movimento de capitais, baixas tarifas de importação, isenção tributária das exportações, equilíbrio fiscal, e as chamadas “boas práticas” financeiras e contábeis.

Embora a globalização comercial tenha avançado pouco – devido às barreiras tarifárias e não-tarifárias e aos subsídios impostos pelos países centrais – a globalização que mais importava – a do livre trânsito de capitais – praticamente imperou no mundo.

Mas esse paradigma neoliberal permite, em certos casos, operações públicas de “salvamentos” de empresas. Eles podem ocorrer em decorrência de fatores externos ao mercado, ameaçando seu funcionamento normal, como choque exógeno, guerra civil e outras comoções políticas, ou ainda quando os mercados não estejam “adequadamente regulados”. Essas exceções justificavam iniciativas como a do PROER, no governo FHC, por exemplo, ou a criação de um fundo para adquirir títulos “podres” do mercado imobiliário americano, em 1989.

A diferença desta crise é que ela acontece em um mercado cuja regulação serviu de modelo para todo o mundo, que ela não se deu a partir de fatores externos e que sem o salvamento estatal teria (ou terá) desorganizado o sistema capitalista. Mesmo sendo a economia americana a mais poderosa e “adequadamente regulada”, ela não foi capaz de superar as flutuações econômico-financeiras de modo estável e continuado. Sem a intervenção direta do Estado, o mercado tendeu ao colapso. E isso aconteceu sem que houvesse qualquer choque externo, tendo se originado da flutuação cíclica de expansão e retração da atividade econômica e da ação especulativa, considerada como essencial ao bom funcionamento do mercado.

Afora os EUA, não existe outro modelo possível de mercado que sirva de paradigma, exceto na fantasia teórica. A crise desmascarou a utopia neoliberal do mercado eficiente e estável, que precisa do Estado apenas como um auxiliar secundário para funcionar à perfeição. Essa é a fratura exposta no ideário teórico e ideológico do neoliberalismo legitimador do capitalismo da “globalização financeira”.

Negado esse princípio básico, o neoliberalismo e a sua cartilha de políticas econômicas têm pouco a oferecer ao mundo. Fica especialmente em xeque a livre movimentação de capitais e a rejeição de regulamentação do mercado que derive do poder de império do Estado. Acabou-se a aura “científica” da superioridade absoluta do mercado. Como corolário, sai bastante desgastado outro conceito caro ao princípio da superioridade do mercado: de que os agentes agem guiados por “expectativas racionais”. O que implica uma perda de legitimidade na ação do capitalista como organizador da produção da riqueza e da vida social.

Mas a quebra desse paradigma, sublinhe-se, não significa a derrota da ideologia capitalista. Nem mesmo garante que as idéias neoliberais deixarão de influenciar o mundo no futuro imediato. Por um lado, a idéia e a legitimidade do mercado como instituição social ainda gozam e continuarão gozando de grande apoio social, pelo menos quanto a sua suposta superioridade, agora relativa, frente ao Estado, que pode ser a base de um novo constructo ideológico que sirva de nova teoria a uma provável retomada capitalista pós-crise. Por outro, a experiência histórica mostra que idéias estabelecidas são muito resistentes à contestação empírica; elas tendem a persistir por certo período, mesmo quando já se mostram inadequadas.

No entanto, uma coisa é certa: após essa crise, o capitalismo não se apresentará da mesma maneira. Há agora a necessidade de reduzir o poder do capital na sociedade. A realidade da ruptura ideológica no neoliberalismo abrirá, daqui por diante, um grande espaço para a discussão de novas políticas públicas e econômicas com base em pressupostos até hoje estigmatizados por ele, como a reafirmação da soberania nacional, instrumento legítimo de defesa de um Estado frente ao poder econômico do mais forte. Também a hegemonia americana terá sofrido um forte revés, ao mostrar ao mundo uma fragilidade em um de seus pilares fundamentais, sendo a evidente culpada – tanto política como ideologicamente – de impor às nações perdas generalizadas e um período de instabilidade com consequências políticas e econômicas ainda imprevisíveis.

Brasil: as três frentes do choque externo

A volta da desvalorização do real, a acentuada queda da Bolsa de São Paulo, as recentes intervenções do Banco Central e outras medidas tomadas pelo governo são uma demonstração inequívoca de que a crise sistêmica começa a afetar a economia brasileira. Apesar de o Brasil estar em melhores condições do que a maioria dos países para enfrentar a crise, o processo de contaminação, por pertencermos ao sistema capitalista mundial, é inevitável. Em especial, deve-se levar em consideração que a recessão internacional, pela dimensão já

assumida – e mesmo que não sobrevenha nenhum desastre maior –, deverá perdurar por dois ou até mais anos, após encerrada a fase mais aguda que vivemos.

Autoridades e analistas apontam dois canais de transmissão da crise: as exportações e o crédito externo. A esses dois canais deve-se acrescentar um terceiro, a conta de capital, associada aos mercados financeiro e de câmbio, a que denomino mais apropriadamente como frentes de choque. As três frentes são interligadas e formam o que se pode considerar a vulnerabilidade externa da economia. A conta de capital difere das outras duas frentes de choque por decorrer diretamente da regulação de abertura dos mercados financeiro e cambial que veio sendo adotada desde os anos 1990 sob a direção do paradigma neoliberal do livre mercado.

A exportação. As perdas comerciais mais expressivas decorrerão do comportamento dos preços de commodities e também da disponibilidade de linhas de crédito comercial externo e de crédito interno, principalmente o crédito agrícola. É de se esperar uma queda paulatina tanto na quantidade como no valor das exportações por um período considerável de tempo, impactando as contas externas e reduzindo o crescimento do PIB, especialmente no setor agrícola e mineral. As perdas na renda interna devem ser compensadas parcialmente pela desvalorização do real frente ao dólar, desde que não seja anulada por um novo processo inflacionário.

O crédito externo. A redução do crédito externo deve ser considerável e deve ocorrer nas linhas comerciais, nas operações de repasse aos bancos nacionais e também no financiamento de investimentos – tanto os investimentos diretos como os no fornecimento de bens de capitais estrangeiros para grandes projetos de infra-estrutura. Ao contrário das exportações, nesta frente a redução tende a ser brusca e já começou.

O governo Lula mostra-se empenhado em garantir a oferta de crédito externo e interno, mas é impossível suprir toda a perda que sobrevirá. A oferta de crédito externa é obviamente insubstituível, exceto parcialmente pelo mecanismo de mercados de câmbio local, como o que foi criado com a Argentina, sem intermediação do dólar. Esses mercados podem ser rapidamente expandidos a todo o MERCOSUL e a outros países sul-americanos. As reservas podem até suprir parte desse crédito, mas de forma limitada e provisória. Resta ao governo a capacidade de pelo menos poder hierarquizar as prioridades nacionais.

As perdas decorrentes da redução do crédito poderão ainda ser ampliadas em caso de um surto inflacionário e reduzirão o crescimento do PIB por meio da queda significativa dos investimentos de 2009 em diante.

Os mercados mobiliário e cambial. A terceira frente de choque – que não vem sendo referida por autoridades e analistas da mídia – é a dos mercados mobiliário e cambial. Ao contrário das duas outras frentes, que resultam mais da abertura comercial, a dos mercados financeiro e cambial decorre diretamente das reformas liberalizantes da globalização financeira, inspiradas no paradigma da superioridade dos mercados livres e auto-regulamentados. A reforma desses dois mercados, iniciada no governo Collor e concluída em 2005, mantém o câmbio flutuante, permitindo a mais completa liberdade para o fluxo de capitais entre o Brasil e o mundo, inclusive para os capitais de brasileiros residentes que podem ser transferidos para o estrangeiro, subordinando-se apenas à satisfação das obrigações fiscais.

As duas primeiras frentes prejudicam a acumulação de capitais no Brasil, a terceira permite a transferência de capitais aqui acumulados para o centro do sistema capitalista.

Os estrangeiros acumularam um enorme patrimônio em ações e títulos desde 2003. Essas aplicações têm grande liquidez, apesar de poderem se desvalorizar também rapidamente. A saída de aplicações de estrangeiros em ações da Bovespa – cerca de US\$ 19 bilhões entre abril e setembro – para cobrir perdas em Nova Iorque e em outros centros financeiros ilustra a situação.

Mas a transferência registrada ainda representa uma pequena parcela do patrimônio em ativos financeiros que os investidores estrangeiros acumularam no país desde 2003. Em março de 2008, último dado disponível, eles detinham o equivalente a US\$ 154 bilhões em ações na Bovespa e US\$ 56 bilhões em títulos de renda fixa. Ao final de setembro, estimam-se esses estoques em cerca de US\$ 90 bilhões e US\$ 40 bilhões, respectivamente (1). Um patrimônio mobiliário ainda muito elevado para o tamanho de nossa economia e de nosso mercado financeiro, sendo superior, inclusive, a dois terços de nossas reservas internacionais (2). Caso os ativos financeiros continuem a ser liquidados e remetidos neste ritmo, as reservas em divisas se reduzirão mais rapidamente do que indicam as perdas decorrentes das duas outras frentes de choque.

Por outro lado, a forte desvalorização do real em setembro decorreu, por exemplo, não da saída de divisas, mas o saldo cambial continuou liquidamente positivo no mês. Ela foi determinada por aplicações especulativas na Bolsa de Mercadorias & Futuros de São Paulo (BM & F), comandada por investidores estrangeiros que, desde agosto, fecharam contratos de mais de sete bilhões de dólares em posições de compra de

dólar no mercado futuro (o que equivale a uma aposta na alta do dólar). Ao elevarem a cotação futura do dólar, “puxaram” a cotação à vista, desvalorizando nossa moeda sem precisar sequer comprar ou vender. Esse tipo de operação foi em grande parte responsável também pela valorização do real desde 2004.

A abertura da conta de capitais e a regulamentação do mercado financeiro, seguindo o padrão americano, permitem esse tipo de operação, fazendo com que nossa moeda fique vulnerável a movimentos especulativos, gerando perdas financeiras, pressão inflacionária, incerteza e instabilidade aos investimentos produtivos.

Conclusão

As perdas com as exportações e com o crédito externo serão inevitáveis, embora possam ser minoradas. O governo já vem adotando medidas nesta direção, e outras podem ainda ser tomadas, especialmente a redução da taxa de juros. Porém, onde o Estado pode defender o país de modo mais efetivo é alterando as regras excessivamente liberais dos mercados cambial e financeiro, em especial as de negociação de contratos de futuro. De imediato, estar-se-á evitando a drenagem das reservas de US\$ 208 bilhões que podem contrabalançar as perdas com exportações e crédito externo. É hora de proteger nossa economia e as melhorias recentes no padrão de vida do povo, limitando a irrestrita liberdade de movimento do capital.

Para tanto, torna-se necessário que o governo e as forças que o apoiam comecem a criar as condições políticas que permitam adotar essas mudanças. Logo chegará a hora em que o governo Lula terá de conclamar toda a Nação a apoiar essa ação defensiva que minimizará as perdas do presente e poderá garantir um futuro viável para o Brasil no novo mundo que surgirá do rescaldo desta crise sistêmica.

A quebra no paradigma da supremacia absoluta do mercado sobre o Estado pode ser um facilitador das restrições que o Brasil venha a fazer à movimentação de capitais. Mesmo porque, é de se esperar que países do mundo inteiro estarão reformando seus mercados na mesma direção, buscando, como nós, protegerem-se da grande borrasca que se inicia.

Notas

- (1) Os valores em dólares são calculados ao câmbio de cada mês. A forte desvalorização do real em setembro é responsável pela maior parte da redução do valor dos dois ativos.
- (2) Para uma discussão sobre a vulnerabilidade externa e o crescimento dos ativos financeiros de estrangeiros no Brasil, ver MORAIS, Lecio. “Vulnerabilidade externa e investimento estrangeiro: sentados sobre uma bolha especulativa 2008” (Artigo). http://www.desempregozero.org.br/artigos/vulnerabilidade_Lecio.pdf

Lecio Moraes – Economista, mestre em Ciência Política e assessor na Câmara dos Deputados.

QUESTÕES PARA DEBATE

1. Em que consiste a “quebra do paradigma neoliberal” no contexto da atual crise do capitalismo?
2. Considerando-se a evolução da crise e seus reflexos no Brasil, como se situam, hoje, as frentes de “vulnerabilidade externa da economia”, expostas neste artigo de 2008?

TEMA 04
O SOCIALISMO COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
[Núcleo: SOCIALISMO]

**O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A NOVA LUTA PELO
SOCIALISMO**

Revista *Princípios* N. 93, dez/jan, 2007-2008, páginas 6-15

Por Renato Rabelo

O Partido Comunista do Brasil e o Instituto Maurício Grabois – no âmbito das comemorações dos 90 anos da Revolução de Outubro – realizaram nos dias 19 e 20 de novembro, na cidade de São Paulo, o Seminário Capitalismo Contemporâneo e a Nova Luta pelo Socialismo, do qual participaram intelectuais e lideranças políticas do Brasil e do exterior. Princípios publica o pronunciamento de Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB, feito no encerramento desse evento, quando dialoga com as principais ideias e opiniões que afloraram nos debates, tais como: o mundo em transição, a hegemonia dos EUA posta em xeque, a financeirização como sistema de poder, a nova luta pelo socialismo. Ideias que, segundo ele, demandam uma agenda de pesquisas e estudos.

Este seminário, em sua primeira parte, realizou um esforço para tentar indicar as particularidades do capitalismo contemporâneo. Objetivo esse muito importante, na atualidade, para que um partido político possa definir sua estratégia e sua tática. Não podemos ficar simplesmente nas generalidades, naquilo que já conhecemos do capitalismo. Precisamos captar, penetrar naquilo que define essa singularidade atual. Valorizo o esforço teórico e político realizado pelos conferencistas, pelos participantes do Seminário, em busca dessas particularidades.

O Seminário também empreendeu uma reflexão para melhor compreender a realidade e a geopolítica do mundo atual. Que mundo temos diante de nós? Que política prevalece? Que sistema de poder mundial vigora? Consideramos essencial, para responder a tais indagações, a discussão travada na primeira parte do Seminário, no seu primeiro dia. O PCdoB não é grupo de diletantes. Toda essa discussão serve à definição da política partidária. Esse foi o esforço realizado.

Desde o último Congresso do PCdoB, procuramos investigar qual seria a particularidade do capitalismo contemporâneo. Por isso, um dos propósitos desse evento é aprofundarmos uma compreensão mais justa sobre essa questão. Neste particular, destaca-se o tema relativo à financeirização. O Seminário deu algumas contribuições para que possamos persistir no aprofundamento das reflexões e pesquisas. Porque o grande problema não é constatar que estamos diante de uma finança mundializada – de um mercado da riqueza como se diz – ou até mesmo afirmarmos que há uma dominância financeira. Até aí não vejo particularidade, não vislumbro nisso uma singularidade.

A financeirização, como sistema de poder

Quando se afirma que o rentismo, que também não é novo, passou a ser “institucionalizado”, começamos a examinar uma peculiaridade do tempo presente. Alguns aqui se referiram ao período de John Maynard Keynes (1883-1946) e em tom de humor dizemos que ele iria se revolver em sua sepultura ao ouvir falar desse rentismo, que consiste na forma de vasta especulação institucionalizada.

O cerne da questão é saber se a financeirização está no centro das relações econômicas e sociais. Isso é verdadeiro? Dado significativo está expresso pela forma de concentração e universalização das finanças contemporâneas, que mobiliza volumes enormes de ativos financeiros por meio dos instrumentos ditos derivativos, constituindo-se estes, em meios privilegiados de especulação, onde o capital especulativo, parasitário, tem função primordial. Ou melhor, se procurarmos aprofundar mais a questão, surge a pergunta: o capital portador de juros, tal como foi denominado por Karl Marx (1818-1883), está no centro das relações econômicas e sociais hoje no mundo? Como se sabe, a mais-valia auferida não é só parte do lucro do capital,

mas também a parte dos juros. E essa parte dos juros passa a ter um crescimento maior de valor, passando a estar no centro das relações econômicas e sociais. Há maior exigência de aumentar a mais-valia, para haver mais remuneração para a esfera financeira, prevalecendo o “viés” financeiro, retirando assim recursos para o reinvestimento na produção.

Mais explicitamente, como discorreu na sua exposição o economista e professor Luiz Gonzaga Belluzzo, a financeirização passa a ser um sistema de poder e controle, porque por trás estão setores poderosos, da classe dominante capitalista que passam a ter em suas mãos grandes meios de alavancagem, através da mobilização de gigantescos volumes de ativos financeiros. Então, passa a ser uma relação de poder no centro do sistema. As próprias empresas produtivas passam a ficar presas à lógica financeira, à mercê da criação de grandes departamentos financeiros, e os Bancos Centrais em última instância se tornam dependentes do poder da riqueza “financeirizada”. É um padrão sistêmico que impõe sua lógica a tudo, na distribuição de renda, na própria definição da política salarial e dos direitos trabalhistas.

Estas são as questões que devemos aprofundar em nossa apreciação, em nosso debate, para podermos realmente localizar essas particularidades do capitalismo atual, porque isso tem relação com o poder, com a fração da burguesia detentora de maior poder. E tal situação pode ter consequência no ajuste da nossa visão teórica e estratégica. Sabemos que a ação política do Partido torna-se cada vez mais eficaz se concentrarmos bem o nosso alvo no inimigo mais poderoso e, desta forma, neutralizar parte de forças retrógradas importantes e ganhar um número muito maior de forças para o lado do progresso social. Ou seja, é preciso sempre ter nítido qual o alvo a ser alvejado, que pressupõe compreender essa particularidade atual. Qual fração das classes dominantes hoje tem mais poder? Contra ela é que temos de canalizar nosso combate, nossa ação. Assim, nossa luta se torna mais eficaz. Essa história de ampliar o alvo, buscando muitos inimigos, não é da experiência exitosa, dos comunistas. Evidentemente, os alvos podem variar, conforme as fases da luta política.

Mas, saber concentrar o alvo de ataque no tempo certo é fundamental para o êxito da nossa tática política.

Na dinâmica do capitalismo contemporâneo outro componente abordado foi o papel da moeda. Dentre as diversas problematizações apresentadas, essa me parece importante. A moeda não é algo restrito à economia – mas, antes de tudo é uma questão política. Desse modo, a força do dólar não pode ser avaliada pelo lastro material. Alguns conferencistas se referiram a isso. Aliás, nem há mais lastro físico, digamos assim, há uma desmaterialização da moeda, isso é um “aperfeiçoamento” do capitalismo. O lastro físico é uma condição do passado do sistema. Hoje não é mais necessário esse mecanismo.

Mas de onde vem, então, a força do dólar? Vem exatamente da força da hegemonia política, econômica, militar, dessa força hegemônica de uma determinada potência econômica. E quando o dólar começa a enfraquecer é um sintoma importante do nível dessa hegemonia. O “termômetro” começa a indicar febre.

Mesmo de comentaristas econômicos de extração neoliberal pode-se ouvir que “realmente há um enfraquecimento do dólar e isso tem impacto na hegemonia exercida pelos Estados Unidos”. Esse debate foi realizado no Seminário. É uma realidade em si controversa. Como o imperialismo norte-americano, diante de uma situação assim descrita, mantém a sua hegemonia? Evidentemente, ele procura se fortalecer para consolidar a sua hegemonia. Mas nas circunstâncias atuais isso se torna difícil. Porque antes, naquele período aqui citado, quando Paul Volcker era o presidente do Federal Reserve Bank, o Banco Central dos EUA, eles podiam aumentar os juros e fazer o que quisessem.

Atualmente, isso é impraticável. E é como disse bem aqui o professor Luiz G. Belluzzo: é preciso chamar a China para conversar. Estamos numa situação diferente ou não? A China tem um grande poder econômico, tem reservas num volume extraordinário. E os Estados Unidos são os maiores devedores. Então, como eles vão tratar essa questão de forma unilateral, como faziam antes? Como vão resolver esse impasse? Eles não têm mais condições de utilizar os mesmos métodos do passado.

Portanto, acredito que temas como esse, e outros, têm uma implicação estratégica e tática muito importante. E temos de considerá-los e estudá-los adiante. Como também verificar os reflexos destes fenômenos – como eu dizia –, porque no caso da moeda é uma espécie de sintoma das dificuldades, ou da crise, dessa hegemonia, que de fato hoje é uma hegemonia colocada em xeque, pelos menos. Porque os EUA não conseguem fazer o que faziam antes e não podem impor totalmente a sua agenda.

O caso do Irã é típico. Até mesmo a questão da Venezuela. Aplicar a política que a Venezuela faz hoje, com soberania, com independência, aqui na América Latina? E, de certa forma, enfrentar o imperialismo norte-americano. Os EUA terem de engolir isso, mesmo com todas as tentativas de provocação, mesmo com toda a

mídia do lado deles... Portanto, estamos diante de uma realidade diferente, uma realidade nova em desenvolvimento.

Um mundo em transição

Tais fatos são indícios de que vivemos uma realidade e um mundo em transição, diagnóstico assinalado por vários conferencistas, sendo que essa transição não é pacífica. Não somos ingênuos. Reafirmo: caminhamos, sim, para uma transição no mundo atual, mas não uma transição pacífica. A não ser que tivéssemos a ilusão de que não existisse mais o capitalismo. Ao contrário: ele prevalece, predomina. Trata-se, então, de uma transição conflitiva, prenhe de tensões. Isso é importante para que nos armemos do ponto de vista político e ideológico, e até mesmo quem sabe de outros meios, a depender, evidentemente, da evolução da situação.

Essa aferição é relevante porque no início da década de 1990, havia aquela euforia liberal a proclamar, inclusive, o fim da história. Esse triunfalismo das forças conservadoras se dissipou num tempo curtíssimo da história, em pouco mais de dez anos.

Recordemo-nos daquele período da chamada poeira da Queda do Muro, o momento em que muitos de nós aqui lutamos por manter a identidade comunista. Naquela quadra, quantos capitularam? É ilustrativo recuperar tais imagens porque no presente vivemos uma situação distinta – de retomada. Vivemos um reinício de lutas importantes. As esperanças começam a brotar, num tempo histórico curtíssimo. Porque dez, quinze, anos para a história é um período muito efêmero.

Ao nos aproximarmos do giro da primeira da primeira década do Século XXI, o mundo se caracteriza, sim, pelas desigualdades, pela instabilidade, pela insegurança, pela guerra. Nessas circunstâncias é que temos de analisar essa transição na qual há esse crescimento – inédito – nos países do chamado terceiro mundo, nos países em vias de desenvolvimento buscando alternativas inovadoras. Ou seja, criando pólos dinâmicos que são importantes no enfrentamento dessa concentração exacerbada de riqueza e poder no mundo atual. Então, em contraposição a isso, é inevitável que surja essa contraposição, um movimento anti-hegemonista.

Esse movimento eclode na periferia, nos países que compõem essa constelação de países em vias de desenvolvimento. Nesse universo joga um papel importantíssimo a China. Temos de levar em conta, portanto, que há uma tendência, sim, a uma realidade multipolar que leva a novas tensões, a novas disputas.

Podemos dizer que esse fenômeno é inevitável: diante da monopolização do poder e da riqueza, sempre haverá uma contraposição a isso, uma luta contra-hegemônica. Na visão correta de Lênin, um desenvolvimento desigual de capitalismo. Então, o fato mais importante, a singularidade, é que esses pólos dinâmicos começam a surgir, se desenvolver, nessa área dos países emergentes. Portanto, essa é uma tendência, um tema que devemos considerar.

Ascenso da luta progressista na América do Sul

Essa análise repercute na nossa visão sobre a luta pelo socialismo nas condições atuais. Temos destacado que ela se realiza do ponto de vista revolucionário ainda num período histórico de defensiva estratégica. Mas a partir de meados da década passada já há um florescer de batalhas e um crescimento progressivo da luta antiimperialista. E esse cenário hoje na América Latina, considerando mais especificamente a América do Sul, tem uma importância muito grande nessa retomada das lutas dos povos, nesse revigoração da luta progressista. Trata-se de um alento para os povos e para o campo das forças revolucionárias.

Para mim, o que se passa agora, também, na América Latina, sobretudo, aqui, na América do Sul, tem uma importância muito grande nessa nossa compreensão de acumulação de forças. Essa experiência que se desenvolve na Venezuela é relevante na formação de um pensamento revolucionário atual, com as particularidades próprias de um país como a Venezuela. No contexto atual é uma experiência que tem peso por ser uma experiência avançada. Como sabemos a construção da teoria revolucionária não surge simplesmente porque um indivíduo quer, porque um partido quer. A teoria revolucionária é produto de um tempo determinado, historicamente situado, e de uma experiência política avançada e até mesmo do início de uma experiência revolucionária. Porque a teoria surge da prática, é o óbvio. Não vai surgir abstratamente, porque se assim for, será uma teoria formal. Desse modo, essa experiência da América Latina, essa experiência da América do Sul, é muito importante. Estamos diante da sistematização de idéias a partir de uma experiência nova e de um pensamento revolucionário liberto.

É um começo, ainda disperso, é verdade, mas é assim que a teoria revolucionária se desenvolve. Porque sem teoria revolucionária – já dizia Vladimir I. Lênin – não pode haver movimento revolucionário. E é

exatamente esse movimento que enriquece a nossa teoria. Por isso a experiência da América do Sul é para nós relevante. Hoje, derrotar a política do imperialismo, derrotar sua política econômica, sua política financeira tem um sentido tático e estratégico.

Reformas democráticas e a luta pelo socialismo

A luta por reformas democráticas, atualmente, tem uma importância política essencial para o PCdoB. Pelo entendimento nosso, no Brasil o processo de acumulação de forças, de construção de novas forças avançadas no contexto do governo Lula, passa necessariamente pela luta por reformas democráticas. E essa luta por reformas democráticas se faz em três vertentes – temos insistido nisso, o partido tem procurado desenvolver essa idéia –:

1) a participação em governos democráticos, no próprio governo da República, que abre possibilidades democráticas nesse sentido.

Nós participamos do governo da República, uma participação ainda pequena, limitada. Mas em alguns aspectos de grande responsabilidade. De governos estaduais democráticos, e de prefeituras democráticas, numa tentativa de ampliarmos a influência política do PCdoB.

2) A outra vertente, que não se separa dessa, mas para nós fundamental, é a presença e atuação no movimento social, essa fusão do partido com o movimento de massas, essa ligação estreita com o movimento de massa. Porque aqui é que está a força-motriz. E se essa força-motriz não é organizada, não é posta em movimento não haverá transformações de fundo.

3) Por fim, a vertente da luta teórica, da luta de idéias, da luta ideológica. Porque aqui também é importante para nós construirmos a alternativa, embasarmos a alternativa à dominância neoliberal.

Então, por intermédio dessas três vertentes articuladas e inseparáveis se realiza a construção do nosso partido e se processa sua acumulação de forças. Na atualidade, tudo tendo em vista colocarmos como centro a luta por reformas democráticas. Trata-se de uma decisão recente do PCdoB que definiu seis reformas democráticas para fazer avançar o processo de construção da democracia no país e elevar o patamar das conquistas no segundo mandato do presidente Lula. Essa diretriz tem um valor político grande, para não ficarmos na defensiva, e assim termos um instrumento político para combater reformas de cunho neoliberal às vezes propostas de forma enviesada, algumas das quais conseguimos inclusive contrapor e derrotar. Mas temos de ter as nossas propostas de reformas democráticas, nas condições concretas do Brasil. Essa, então, é uma outra iniciativa para nós importante – sempre sob a visão da acumulação de forças.

Por isso, a luta pelo socialismo hoje passa por um engajamento cada vez maior do nosso partido, na luta antiimperialista, na luta pela soberania do país, na luta por uma democracia mais ampla, na luta pelos direitos dos trabalhadores e do nosso povo. Essa conduta eleva o seu prestígio junto ao povo, aos trabalhadores. Não podemos inventar batalhas. Temos de levar em conta o nível da batalha em andamento. Mas se levarmos essas lutas a conseqüências maiores estaremos dando passos enormes no sentido de nossos objetivos estratégicos. Essa é a compreensão do PCdoB. Esse é nosso entendimento da realidade atual.

Portanto, a luta pelo socialismo ganha força, ganha expressão nas lutas dos dia a dia. A luta pela paz, por exemplo, contra a guerra de agressão imperialista tem uma conotação importante. Nessa jornada dos povos por soberania, desenvolvimento, democracia e a paz – esse conjunto de lutas, com essas bandeiras – podemos acumular forças gigantescas no sentido dessa nova luta pelo socialismo. Assim nós compreendemos a fase atual.

A Revolução de Outubro

Gostaria, neste encerramento, de referir-me a esse pano-de-fundo da realização do nosso Seminário: a comemoração da Revolução de Outubro na Rússia, já discutida e debatida. A contribuição acerca do legado e de lições da experiência soviética apresentada na primeira sessão do último dia de nosso evento, agora se somou às relevantes análises e informações a nós apresentadas nesta sessão derradeira pelos estimados convidados que relataram as experiências concretas de China, Vietnã, Cuba e a experiência recente da Venezuela. Países que sempre foram um fator de grande estímulo para nós. E fontes, evidentemente, de referências significativas.

Sublinho uma vez mais que para nós, comunistas, a revolução socialista de 1917 é o mais significativo acontecimento na evolução social e política da humanidade. Esse extraordinário evento plasmou uma nova situação política no mundo, influenciando política e ideologicamente os grandes movimentos transformadores do Século XX. Como disse o camarada Luis Fernandes, nós somos filhos desse processo extraordinário, revolucionário que abriu praticamente o século passado. O Partido Comunista é exatamente filho de toda essa

criatividade extraordinária do proletariado, daquelas tendências mais avançadas que batalharam pelo êxito da revolução.

Para nós, não se trata somente de evocar esse grande acontecimento histórico como fato do passado de glorioso significado. Tampouco nos compete sustentar dogmas, e de afirmar fundamentalismos revolucionários. O PCdoB e os comunistas de hoje não são fundamentalistas. Longe disso, aprenderam! Mas os ideais dessa revolução continuam a nos inspirar porque eles continuam atuais. Mais do que atuais, eles reafirmam nossa convicção transformadora. Essa Revolução é um importante manancial – um vasto manancial – de experiência revolucionária do qual precisamos extrair ensinamentos dessa primeira tentativa de construção real da sociedade socialista. Como isso já foi bem exposto, não vou aqui salientá-lo descriptivamente mais uma vez as extraordinárias conquistas da revolução de outubro. Que pôde transformar a União Soviética – de países atrasados – numa grande potência política, econômica e militar. E que abriu uma nova etapa de grandes conquistas de direitos sociais, políticos e econômicos. Ela influenciou até mesmo no alcance do sufrágio universal na própria Europa, que se dizia civilizada – e nos Estados Unidos. E contribuiu decisivamente para o fim da opressão colonial e estimulou a luta contra a segregação racial e foi a força principal na vitória contra a maior ameaça da burguesia imperialista no mundo: a Alemanha nazista.

Análise da URSS requer domínio das circunstâncias históricas

Nosso Seminário concentrou-se em compreender as contradições objetivas que levaram ao desenvolvimento desse empreendimento revolucionário, as características e singularidades da época e de que modo prevaleceu o regime que se impôs na União Soviética. Isso procuramos debater e analisar por esse método correto, marxista.

O período stalinista – sempre o mais estigmatizado, digamos assim, o mais controverso da experiência revolucionária soviética – não pode ser compreendido (aliás, quem levanta essa questão me parece bem posta é o professor Domenico Losurdo), sem levarmos em conta uma espécie de mistura entre autoritarismo e um exaltante progresso e promoção social nele presentes. Na realidade, o regime soviético teve de enfrentar uma permanente situação de exceção. Isso também já foi por demais salientado. De 1917 a 1953 – considerando esse período até a morte de Stalin – é caracterizado por pelo menos de quatro a cinco guerras e por duas revoluções. Circunstância corretamente sublinhada.

O historiador Eric Hobsbawm descreve que depois da Primeira Guerra de 1914 há trinta anos de guerras, revoluções, instabilidades, crises profundas. E o professor Losurdo, comparando com os acontecimentos nos Estados Unidos após Pearl Harbour, acentua que Franklin D. Roosevelt, presidente dos EUA, abandona nos campos de concentração cidadãos americanos de origem japonesa, inclusive mulheres e crianças, sem nada provado, simplesmente porque eram de origem japonesa. Roosevelt chega à presidência num período como esse – estou colocando períodos semelhantes –, sob a onda da grande crise, imediatamente é investido de amplos poderes, eleito por quatro mandatos consecutivos. E se não morresse no quarto era capaz que continuasse.

Portanto, a análise de um processo tão complexo e pleno de conflitos e contradições torna-se incompreensível e corre o risco de falsas conclusões quando tratada fora do contexto histórico concreto. Evidentemente, quando se compara com os processos revolucionários em geral – aliás, vários debatedores falaram sobre isso e me parece uma questão importante – há um deslocamento, uma defasagem digamos assim, entre o projeto subjetivo, o que proclama a ideologia e seus objetivos maiores, e o outro, resultado objetivo do empreendimento revolucionário. Isso é evidente em todo processo revolucionário, não os cansarei aqui com o exemplo da Revolução Francesa, também radical.

Ou como deduz – e aqui é importante nessa compreensão da teoria da guerra – Carl von Clausewitz, segundo o qual “o objetivo estratégico perseguido não se pode ver quase nada”. Ou seja, esse objetivo estratégico que perseguimos não se pode ver quase nada porque é um tempo futuro.

Diferente da tática, que se pode ver quase tudo, porque é o tempo presente. Então, para o objetivo estratégico temos de fazer grande força para nos aproximarmos dele. O exemplo da Revolução Russa é bem ilustrativo. Depois das duas revoluções, Lênin viria a dizer “não foi exatamente o que prevíamos”. É que a realidade tem seus caprichos e a vida é muito criativa.

Essas imposições do processo real, concreto, me parece são determinantes à compreensão dos processos revolucionários. Eu poderia dizer – numa tirada –, que não há verdade fora de um tempo determinado. Por isso, essa história do ecologicamente correto, politicamente correto é um grande idealismo, uma visão completamente falsa. Não existe essa política fora da realidade. Não tem verdade fora de um tempo determinado.

A necessidade imperativa da industrialização rápida

Em relação à polêmica sobre a considerada segunda revolução na URSS a partir de 1929 quando se inicia o processo de coletivização forçada da agricultura e da aceleração industrial, quando se afirma terem sido usados para isso métodos de terror, muitos historiadores renomados, não-comunistas, concluem que a União Soviética só foi capaz de vencer a agressão hitleriana em função dessa ação de comando centralizado que impôs rapidez na industrialização, avanço na agricultura e formação de quadros com capacitação técnica e científica. Em suma, o crescimento acelerado, era uma questão de guerra, uma questão de vida ou morte para o poder soviético. Ou como afirmava o próprio Josef Stalin diante das constantes sabotagens e ameaças dos inimigos, a União Soviética estava cercada de capitalismo por todos os lados, e, sobretudo diante da iminência da Segunda Guerra, desde então prevista, tornava-se crucial para a existência do Estado soviético a rapidez da industrialização e da modernização da agricultura do país.

Nessa fase o modo abrupto dessa jornada modernizadora pode ser justificado pela iminência da guerra. O que pode ser questionado é da necessidade da forma de procedimento adotada, imposta por condições históricas determinadas. Ou seja, o comando ultracentralizado, a realidade que acabou prevalecendo de um partido-estado desvinculado da mobilização de massas, do impulso das massas, desse papel criador das massas, também bastante salientado aqui no nosso debate, sobretudo – aí a questão que me parece importante – no pós-guerra, quando a URSS já tinha alcançado um Estado mais consolidado, resultando por essa fixação de posição no definhamento da democracia popular.

Ademais, alguns autores marxistas insistem que a violência estatal, essa burocratização estatal que acabou prevalecendo – sobretudo se considerarmos isso no segundo pós-guerra, – se juntou a uma forma de opressão nacional, chegando ao nível de teorização, principalmente no período de Breschnev, com a formulação da conhecida soberania limitada para os países que compunham o campo socialista, transformando-se numa ideologia chauvinista. Aliás, a dissolução do campo socialista teve começo com a rejeição inicialmente difusa do que se denominou de exportação do socialismo, e de certa forma pela sublevação à imposição dessa soberania limitada.

Por outro lado, se a industrialização acelerada, de comando centralizado revelou-se acertada e necessária para o pré-guerra, tal modelo era inadequado na década de 1950, no pós-guerra, quando se exigia sua passagem para uma nova fase, uma fase inclusive intensiva de industrialização. Essa passagem não houve e em consequência a economia se ressentiu da falta de um dinamismo próprio para tal aceleração, prevalecendo, como vimos em nosso debate, uma tendência à estagnação econômica, comparativamente a fases anteriores – daí o impacto –, com o período que se abria de intensificação tecnológica e forte crescimento do capitalismo, no segundo pós-guerra, que dava esse contraste. Um contraste muito grande. Enquanto o capitalismo atingia um auge de grande crescimento e de inovação tecnológica, quando se exigia mais isso da URSS, numa fase, portanto, de intensificação industrial, o mecanismo para isso não foi alcançado. Não houve renovação e nem inovação necessárias para isso.

A tendência à estagnação econômica

O regime soviético, portanto, após a segunda guerra, e pós-Stalin, no período dirigido por Nikita Kruschev (1894-1971), apesar dos imensos avanços e conquistas históricos alcançados – portanto, esse é um período que consideramos chave – foi incapaz de delinear as reformas e iniciar a renovação econômica e política necessárias para a nova etapa. (É o que faz o Vietnã hoje, exposto muito bem aqui pelo professor da Academia Nacional de Política e Administração de Ho Chi Minh, Nguyen Viet Thao, esse processo de renovação, levando em conta as condições do Vietnã para a etapa que atravessa).

Mas na prática o que aconteceu, se considerarmos, inclusive, como ponto referencial o XX Congresso, realizado em 1956? Também levantado aqui pelo professor João Quartim de Moraes. Na realidade, passou a se excomungar o passado. O professor Quartim disse muito bem, provocando uma fratura moral, rebaixando exatamente o ímpeto daquelas grandes conquistas. Isso o que aconteceu com o XX Congresso. E como disse o camarada vietnamita, países e partidos que excomungam seu passado detonam seu futuro. Sem encontrar o caminho da inovação econômica, através de novos mecanismos de impulso à produtividade, da renovação política e da atualização e do desenvolvimento teórico – não se concentrando em retirar ensinamentos precisos na realidade, disse muito bem Ângelo Alves, camarada da Comissão Política do Partido Comunista Português (PCP) – o marxismo-leninismo se restringiu à finalidade de se justificar uma doutrina de Estado. Enquanto o

marxismo-leninismo, a teoria e seu método, deveriam contribuir para se encontrar novos caminhos com base nos ensinamentos retirados.

E nesse momento era uma questão fundamental, para as novas exigências históricas de construção da nova etapa da sociedade socialista. Em vez disso parou, congelou. É a antidualética, o antimaterialismo, que acabou prevalecendo. Parece-me uma questão importante, porque no plano político o socialismo tem de dar ampla vazão à soberania popular. E isso estava longe de ocorrer, no caso da URSS essa soberania popular foi se tornando apenas um chavão. Ou seja, essa soberania popular em que o povo com sua força, sua criatividade, participa, faz parte do processo transformador. Essa é a grande questão. No caso concreto, parece que houve, digamos assim, um retrocesso, uma volta para trás. Uma recaída, como se diz. Era uma doutrina de Estado para justificar tudo. O que resulta numa visão antidualética, fora do processo.

Como impulsionar a elevação da produtividade econômica?

Na construção da economia de uma sociedade socialista nos deparamos sempre com uma contradição: a mudança da base material, a mudança das relações de produção, num processo de transição marcado pela heterogeneidade, uma vez que nessa transição do capitalismo ao socialismo há a convivência – sobretudo se o país é mais atrasado – num longo período, com múltiplos agentes e elementos econômicos e formas diferenciadas de propriedade. Aqui aparece uma questão para nós importante: mesmo com essas mudanças estruturais e econômicas, a mudança da consciência social não é automática. Então, haverá um paradoxo entre aquilo que queremos construir na base e uma consciência ainda muito presa ao passado, com os valores de séculos, séculos, de capitalismo, de mercado, de mercadoria – como disse muito bem o professor Quartim.

Então, qual é o fator estimulador? No capitalismo o fator estimulador é a anarquia, a concorrência, o lucro máximo. E para nós comunistas, na construção do socialismo? Precisamos ter uma ideologia mais avançada, e isso é importante, educar ideologicamente. Tudo isso é correto. Elevar sempre essa consciência da solidariedade, do coletivo. Mas isso só não basta. Acaba sendo uma luta ideológica abstrata. Qual o fator estimulador concretamente? Porque, nessas fases iniciais não chegamos a ter uma consciência social avançada que compreenda de forma madura essa solidariedade. Não há ainda no conjunto da sociedade essa qualidade de consciência social. Essa luta que faz hoje o PC de Cuba, uma luta heróica. Mas tem um fator material importante em Cuba, na minha compreensão: é o cerco, a defesa da nação, a defesa das conquistas. E esse cerco impõe a mobilização constante do povo. E tem que se defender. Assim é que se defendem do cerco.

Na URSS, diante da ameaça da Segunda Guerra, houve uma grande mobilização. Morreram mais de 27 milhões de pessoas. Ou seja, essa capacidade de luta, de defesa das conquistas. Mas, depois do pós-guerra, veio a rotina? Qual foi o fator estimulador no plano material? A URSS não tinha, com tudo isso, uma consciência social já avançada. Uma consciência social com essa visão solidária da nova sociedade. Alguns companheiros que foram estudar na URSS por volta da década de 1950 diziam que lá se formara uma camada intermediária, uma espécie de pequena burguesia, nessas novas condições, com uma visão individualista muito forte. Então não havia uma consciência social ainda tão avançada.

Disso avulta a seguinte questão: qual fator vai emular a construção da nova sociedade no plano material e no plano da superestrutura? Porque essa consciência tem de ir se formando, se desenvolvendo. Por isso, levar em conta que haverá uma fase importante ainda, de existência do mercado, passa a ser quase inevitável. A não ser que as experiências socialistas comecem a acontecer no centro do capitalismo, como pensava Marx. Talvez a transição seja mais rápida, e até a formação de uma consciência social mais avançada. Mesmo assim, isso não seria automático.

A nova luta pelo socialismo

Portanto, todas essas questões, lições e esses ensinamentos demandam um aprofundamento. Porque a riqueza dessas experiências é muito fecunda.

Mas o fim do socialismo na URSS e nos países do Leste europeu deu início – na última década – do final do século passado a um ciclo político conservador, e contrário até mesmo a qualquer vestígio revolucionário. Essa ofensiva capitalista imperialista atingiu todos os terrenos. Foi uma grande investida política ideológica na qual o imperialismo utilizou seus arsenais de política econômica, neoliberal, domínio cultural, monopólio dos meios de comunicação, militarização, guerras etc. O gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, alcançado nos marcos do atual sistema ao invés de diminuir as desigualdades entre ricos e pobres aumentou, ao invés de incluir a população pobre no curso do desenvolvimento gerou mais marginalização, ao invés de permitir

maior utilização do trabalho vivo conteve-o, ao invés de ampliar os direitos sociais e trabalhistas limita-os e revoga-os.

Ou seja, é uma prova cabal de que nos marcos desse sistema por mais que as forças produtivas cresçam as contradições se tornam mais profundas e intensas. Nos marcos do atual sistema não comporta mais esse nível de desenvolvimento das forças produtivas que ao mesmo tempo diminua as desigualdades e incorpore a população marginalizada. Aprofundam-se, portanto, as assimetrias geradas pelo capitalismo no sistema atual, com maior concentração de riqueza e poder. A prova é que o sistema capitalista é cada vez mais incapaz de assegurar a soberania nacional, a democratização ampla e o progresso social.

Dialeticamente, à ofensiva das forças contra-revolucionárias gera um amplo movimento de resistência antiimperialista dos povos e nações. Apesar da investida e do ambiente conservador não estarem superados, há um renascer de lutas, desde meados da década passada. Reinicia-se, do nosso ponto de vista, objetiva e subjetivamente, um novo período de acumulação estratégica de forças e a retomada da luta revolucionária nas novas condições do século atual. Essa situação é que exige diferentes desafios. Nós denominamos essa fase, essa situação presente, como nova luta pelo socialismo. A necessidade histórica pelo socialismo é mais forte no mundo. O socialismo começa, está na infância, como disse muito bem o histórico dirigente do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal. Eu tenho dito, na forma de agitação, que os ideólogos do capitalismo são geriatrias e os ideólogos do socialismo são pediatras. E é exatamente isso, porque na cena da história se iniciam as experiências socialistas.

Estas, têm como característica a singularidade de cada país, apresentando-se nesse período histórico o socialismo como algo híbrido nessa fase de transição. Com múltiplos componentes econômicos e várias formas de propriedade.

Na transição é permanente a luta entre o novo e o velho, entre a velha sociedade e a nova sociedade. Fica cada vez mais nítido que a transição pode ser mais tortuosa e difícil quanto mais atrasado for o país e quanto mais adverso for o cenário mundial em que está inserido. Essa é uma importante lição retirada da experiência passada.

Portanto, não temos dúvida, cada país conduzido por forças revolucionárias, forças amantes do socialismo – em fusão com o seu povo, com os trabalhadores – descortinará novo caminho para edificar a sociedade socialista. Essa é a nossa convicção. Não temos dúvidas também em estreitar sempre mais as relações com base no princípio do internacionalismo proletário, nas condições atuais, do PCdoB com os partidos-irmãos, e apoiar aqueles partidos que, no poder, mantêm a perspectiva socialista.

Esse é um esforço permanente que temos a fazer. Esse intercâmbio de idéias, com base no respeito mútuo, a troca de informações, tudo isso é uma exigência da fase que atravessamos. Essas reuniões que realizamos, compondo, reunindo as forças comunistas atuais, têm um grande significado para o PCdoB. No bojo dessa troca de opiniões e idéias, no intercâmbio de cooperação entre partidos comunistas e revolucionários podemos construir a alternativa do processo revolucionário atual.

A presença neste Seminário dos partidos-irmãos, compondo as mesas de debate nos trouxe informações valiosas sobre a experiência de cada país. Também as múltiplas e constantes viagens que temos feito, no sentido da troca de informações e intercâmbio de idéias, de melhor compreensão do que se passa em diferentes sociedades permitem aos comunistas brasileiros formar um cabedal importante, com base na realidade própria de nosso país, que possa nos orientar no rumo da luta revolucionária que temos de travar. Assim nos preparamos na realidade atual para reavivar a nossa esperança e tornar realidade o nosso grande ideal socialista.

* **Renato Rabelo** – Presidente Nacional do PCdoB [quando da publicação deste artigo].

QUESTÃO PARA DEBATE

O que significa afirmar que vivemos num mundo em transição não pacífica e quais as implicações disto para a luta anti-imperialista e a nova luta pelo socialismo?

A CENTRALIDADE DA QUESTÃO NACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO BRASILEIRO*

Luis Fernandes

A atualização que o PCdoB fará em seu Programa Socialista tratará, fundamentalmente, dos caminhos para o socialismo no Brasil, que partem da constatação da centralidade da questão nacional para o desenvolvimento do país e para a luta do povo brasileiro. Por isso, precisamos desvendar o Brasil, o que implica fazer uma análise concreta da realidade concreta, conforme os preceitos de Vladimir Lênin. Porém, os resultados de tal análise dependerão do enfoque adotado para empreendê-la. Exponho, a seguir, algumas formulações que, espero, possam contribuir para essa reflexão.

Falsa dicotomia entre classe e questão nacional

Uma primeira questão teórica que temos de enfrentar e deslindar é a falsa contraposição entre a questão de classe e a questão nacional, feita em nome de uma suposta ortodoxia marxista. Essa falsa dicotomia tem, na verdade, origem na subestimação ou negação da luta anti-imperialista em setores de esquerda influenciados por certas concepções de Trotsky, que acabaram sendo absorvidas e reproduzidas por parte do marxismo acadêmico. Estas mesmas concepções têm servido para setores conservadores, críticos da agenda transformadora, apontarem o suposto fracasso do marxismo, já que, segundo eles, as grandes mobilizações políticas no mundo desde o século XIX teriam se dado em torno de bandeiras nacionalistas e não classistas, o que contrariaria a tese da luta de classes como motor da História.

Trata-se de uma falsa contraposição porque, na verdade, Marx nunca opôs a questão nacional à de classe. Sua grande contribuição neste terreno – uma das maiores que legou para o pensamento social – é, precisamente, a interpretação de classe da questão nacional, o que é completamente diferente. Basta ler mais atentamente ou lembrar a densa narrativa histórica na abertura do Manifesto do Partido Comunista. Normalmente, a leitura dessas passagens destaca apenas a temática da formação do mercado mundial.

Mas, Marx aponta, de igual modo, como uma das dimensões da “dialética da modernidade” capitalista a formação de Estados nacionais unificados, advindos do novo equilíbrio de classes gerado na sociedade europeia sob o impacto dos novos fluxos globais de comércio e riqueza no mercado mundial. O pretensão antagonismo entre uma visão “de classe” e uma visão “nacional” é, portanto, falsa e empobrecedora. O próprio Marx foi, ao seu tempo, defensor ardoroso de causas de libertação nacional que considerava progressistas, como as da Irlanda e da Polônia.

Evidentemente, do ponto de vista da teoria marxista, a contradição fundamental da sociedade capitalista moderna é o antagonismo entre capital e trabalho, que expressa, por sua vez, a contradição intrínseca entre a natureza social do trabalho e natureza privada da propriedade no capitalismo. Mas isto não quer dizer que a contradição entre capital e trabalho se apresente sempre como a contradição principal da sociedade capitalista. A contradição fundamental entre capital e trabalho se entrelaça com outras múltiplas contradições. A determinação de qual destas se apresenta como principal – isto é, como dimensão em torno da qual se processa a disputa pela hegemonia do poder político – depende do processo histórico e da correlação de forças em cada sociedade nacional e no mundo em cada período. Não é uma questão de referência teórica a priori. Na verdade, apesar de propulsora fundamental do desenvolvimento na sociedade capitalista moderna, foram raros os contextos em que a contradição entre capital e trabalho se apresentou como principal.

Teoria do imperialismo

A segunda contribuição teórica fundamental para se desvendar a centralidade da questão nacional no mundo hoje são as reflexões de Lênin sobre as consequências do advento do imperialismo. Certamente, sua teoria do imperialismo tem de ser atualizada porque foi escrita há um século, mas as consequências para a formulação estratégica que ele extraiu do advento do imperialismo mantêm-se inteiramente atuais.

* In: Seminário Desvendar o Brasil, suas singularidades, contradições e potencialidades. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009, p. 23-32.

Em suas formulações, Lênin indicava que, no contexto da etapa de desenvolvimento do capitalismo que ele batizou de imperialismo, o movimento revolucionário mundial teria se desdobrado em duas grandes correntes. A primeira é a do movimento operário clássico, oriundo dos grandes movimentos reivindicatórios que marcaram o início do capitalismo no século XIX, ocorridas no leito da contradição entre capital e trabalho. A segunda, a da luta pela emancipação nacional das colônias, semicolônias e países capitalistas dependentes, que passou a adquirir importância central no enfrentamento com o imperialismo.

Essa formulação possibilitou ao campo socialista tornar-se o principal baluarte de apoio aos processos de descolonização no mundo no século XX. Os movimentos de emancipação e autodeterminação nacional puderam contar com o apoio político, diplomático e militar dos países socialistas devido, precisamente, ao seu conteúdo objetivamente anti-imperialista.

Porém, muitos pretensos socialistas radicais – alguns dos quais contam com nossa simpatia, como Rosa Luxemburgo – se opunham à defesa feita por Lênin e o partido bolchevique do direito à autodeterminação dos povos como parte inerente à luta anti-imperialista no contexto criado pelo advento do imperialismo. Portanto, a questão nacional tem centralidade no enfrentamento do imperialismo e esta é uma matriz teórica que temos de incorporar em nossa reflexão e discussão sobre os caminhos para o socialismo no Brasil. Formação econômico-social nacional.

A terceira contribuição teórica do marxismo para abordar a centralidade da questão nacional é o conceito de formação econômico-social. Para Marx, na origem, este conceito se referia, mais amplamente, à interação entre o modo de produção e reprodução da vida social e a subjetividade característica de determinada sociedade – ou, para usar uma imagem já um tanto desgastada, a célebre relação entre base e superestrutura. A combinação singular de um complexo de variados modos de produção em determinada sociedade nacional com uma subjetividade distintiva característica dessa mesma sociedade é um conceito que, a partir da teoria do imperialismo de Lênin, é desdobrado para conceber o conceito de formação econômico-social nacional.

Entre os elementos constitutivos dessa formação, como mencionado, está o complexo articulado de distintos modos de produção em determinada sociedade, estruturado em torno de um modo de produção dominante. Associada a isso está uma subjetividade singular que se forma e consolida no espaço que abarca esse complexo de relações de produção, expressa em noções de identidade, língua, e sensibilidade próprias. Trata-se, portanto, de elementos de continuidade na identidade e no autorreconhecimento de populações, que emergem de determinados padrões de interação social territorialmente delimitados. Na modernidade gerada pela ascensão e consolidação do capitalismo, esta territorialidade assume feição tanto econômica – a constituição de mercados nacionais unificados – quanto política – a instituição do monopólio coercitivo e administrativo do Estado sobre aquele território, condição do próprio direito à autodeterminação. Esses elementos trazem importantes contribuições para o pensamento social e político, iluminando dimensões cruciais sobre as relações que se estabelecem entre os povos no contexto de sociedades pré-capitalistas, capitalistas, e socialistas. Aliás, na própria União Soviética travou-se um intenso debate em torno dessa questão. A concepção prevalente se concebia e apresentava como adversária da política de opressão nacional do império czarista e defensora do florescimento das múltiplas nacionalidades que passaram a compor a URSS, mantendo a questão nacional no centro da agenda de emancipação social. A sobrevivência e viabilidade de antigas nações oprimidas foram vinculadas ao próprio processo de construção socialista.

Os conceitos que acabamos de ver nos colocam o desafio de desvendar o processo histórico de formação e desenvolvimento da formação econômico-social brasileira para, a partir do que há de progressista no seu legado, constituir as bases de um caminho de transformação social de cunho democrático e popular, articulado com a centralidade da questão nacional e abrindo caminho para a transformação socialista da nossa sociedade.

Formação social-econômica brasileira

No caso do Brasil, essa compreensão nos remete às singularidades que marcam a formação sócio-econômica brasileira, resultado, na origem, das particularidades que marcaram a colonização portuguesa na América. Entre estas, se destaca o dilema de ocupar e colonizar terras gigantescas – e de incorporá-las aos novos circuitos globais de comércio – a partir de uma base populacional diminuta na metrópole. As formas encontradas para enfrentar este dilema estão na origem do tipo de ocupação colonial praticada no Brasil, que acabou assumindo o formato de uma dominação territorial privatista, senhorial. Não foi a transplantação direta da máquina de Estado da metrópole para a colônia. A prática generalizada da poligamia patriarcal compunha a

própria estratégia de ocupação e dominação de novos territórios conquistados. Esses aspectos peculiares de nossa formação econômico-social brasileira propiciaram um legado tão contraditório quanto controverso. Sobre as bases da embrutecedora violência escravocrata forjou-se na Colônia, igualmente, uma subjetividade e sensibilidade própria, fundindo elementos das culturas dominadas – indígena e africana – com a cultura portuguesa dominante, ela mesma fruto de uma singular fusão de elementos europeus e norte-africanos na península ibérica. Portugal, por sinal, foi o primeiro Estado nacional unificado a constituir-se no mundo moderno.

Esse legado contraditório formou as bases de uma cultura e identidade nacional que sobreviveu às ordens colonial e escravocrata e formou a base de uma subjetividade própria da nossa formação econômico-social. Ao se pensar em alternativas de transformação do Brasil tendo por centro a questão nacional, é preciso valorizarmos a singular combinação de sincretismo cultural e miscigenação racial que marca a sociedade brasileira como base de uma agenda verdadeiramente progressista e emancipatória no nosso país. Essa matriz deve estar na base da construção de um projeto nacional de desenvolvimento que abra caminho para a transformação socialista do nosso país.

Construção da autodeterminação

O processo de construção política da nossa autodeterminação foi extremamente acidentado e atribulado. É bem possível que não tivéssemos conseguido manter o território da América colonial Portuguesa reunido em um único Estado nacional unificado se não ocorressem as invasões napoleônicas na Península Ibérica e a transposição da capital desse império Colonial para o Rio de Janeiro no início do século XIX. Este “acidente histórico” deixou como legado duradouro a vasta extensão territorial da nossa formação econômico-social. Por outro lado, originou um legado de dominação aristocrática no aparelho de Estado em formação, que se traduziu em posições túbias na defesa da questão nacional. É essa tibieza que caracteriza o posicionamento das classes dominantes brasileiras até hoje. Basta ver, como exemplo mais recente, a raiva incontida com que boa parte da elite brasileira recebe não só o governo Lula, mas as suas conquistas no terreno da política externa por afirmar o Brasil de forma autônoma e não subalterna no mundo, ganhando projeção justamente pela defesa da centralidade da questão nacional na sua política externa.

A projeção internacional de Lula reside no fato de o presidente se apresentar como defensor dos direitos dos povos em desenvolvimento contra as assimetrias do sistema internacional. Na sua essência, este posicionamento reconhece o direito ao desenvolvimento como parte integrante e inalienável do direito dos povos à autodeterminação. Os mecanismos e ações de cerceamento desse direito, portanto, devem ser combatidos, compondo uma agenda externa de conteúdo, objetivamente, anti-imperialista.

A questão nacional e a superação do capitalismo

A atual crise de sobreacumulação e de superprodução relativa no mundo revela a continuidade e o agravamento da contradição fundamental do capitalismo, entre a natureza social do trabalho e a natureza privada da apropriação. A particularidade da crise em curso está na sua emergência nos canais e mecanismos de enriquecimento especulativo, constituídos a partir dos movimentos de reconfiguração da hegemonia americana nos anos 1970 e 1980, visando a instrumentalizar unilateralmente o poder estrutural do dólar nos mercados financeiros e monetários internacionais.

A crise mundial coloca na ordem do dia, com cada vez mais força, a necessidade da superação do capitalismo e da transição para o socialismo. No entanto, a crise irrompe num período ainda de defensiva histórica para luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, cujo principal fator foi a derrota e o desmantelamento do sistema socialista mundial que havia se constituído no século XX em torno da URSS. Isso alterou profundamente a correlação de forças no sistema internacional, de forma desfavorável para a luta dos povos e dos trabalhadores.

O dilema que se apresenta para as forças socialistas no mundo hoje é precisamente este: se a necessidade histórica do socialismo se afirma e se intensifica cada vez mais, como evidenciado na profundidade e abrangência inauditas da atual crise, a correlação de forças gerada no mundo pelo colapso do mundo socialista torna essa perspectiva irrealizável em curto ou mesmo médio prazo. Por isso, impõe-se uma política de acumulação de forças baseada na viabilização de projetos nacionais de desenvolvimento que tenham um conteúdo objetivamente anti-imperialista, retomando aqui a reflexão de Lênin que colocava a luta pela emancipação nacional contra o imperialismo como uma das vertentes fundamentais da agenda transformadora no

mundo. Com o colapso do mundo socialista, ela se torna a principal vertente de luta, na correlação de forças existentes hoje no mundo. Essa é a chave para a atualização do nosso programa, mantendo a perspectiva de um processo de acumulação de forças relativamente longo para superar o capitalismo.

Foco na questão nacional

O papel dos comunistas, nessa perspectiva, é trazer a questão nacional para o centro da sua ação, e ser consistente e coerente com essa compreensão nos seus posicionamentos em relação aos variados temas que se apresentam no curso da vida política.

Há hoje necessidade de consolidar a integração da sociedade brasileira, ampliar e consolidar a base de um relacionamento democrático, valorizar a herança de nosso processo histórico que gerou um elevado grau de miscigenação e sincretismo cultural e que compôs uma subjetividade com traços progressistas que podem servir de base para uma alternativa de transformação no Brasil. Nosso desafio, portanto, é enraizar essa alternativa nas particularidades da nossa formação econômico social e viabilizar uma agenda de mudança estruturada em torno de um projeto nacional de desenvolvimento que realize o potencial progressista do nosso legado histórico.

Analisando a história do PCdoB, percebe-se que sempre que ele retirou do centro a questão nacional sofreu a pior das derrotas que um partido pode sofrer: a de se tornar politicamente irrelevante. Ao não assimilar a centralidade da questão nacional, o Partido se ausentou da batalha da Revolução de 1930, deixando de influenciar em processo político determinante do desenvolvimento do Brasil. Da mesma forma, na década de 1950, às vésperas do suicídio de Getúlio Vargas, os comunistas não conseguiram compreender o papel por este desempenhado no enfrentamento político com setores pró-imperialistas no Brasil, acusando-o de ser um títere dos interesses dos Estados Unidos. Foi um erro político gravíssimo, que expressava a incompreensão da centralidade da questão nacional na construção de uma alternativa de desenvolvimento para o Brasil, apesar de contarmos, já em 1930, com a existência da URSS e, nos anos 1950, com a existência do campo socialista – ou seja, um contexto em que, ao contrário de hoje, o movimento comunista não estava na defensiva no mundo. A não assimilação da centralidade da questão nacional nos posicionamentos do Partido gerou isolamento e irrelevância.

No episódio da morte do Getúlio, nem propriamente irrelevância, porque no calor da comoção nacional gerado por seu suicídio, o povo reagiu indignado à inconsistência política dos comunistas atacando as suas sedes e empastelando os seus órgãos de imprensa.

Por sua vez, nos períodos em que os comunistas brasileiros souberam trazer a questão nacional para o centro da sua ação política conseguiram disputar a hegemonia da sociedade brasileira e ganhar relevância. Foi o caso, por exemplo, da experiência da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, da participação nas Assembleias Constituintes de 1946 e 1988 – quando o Partido colocou importantes questões nacionais no centro dos debates –, da liderança da campanha “O petróleo é nosso” nos anos 1950 e do próprio apoio e participação no governo Lula neste início de século XXI. Trata-se de um legado a que não podemos nem devemos renunciar. Pelo contrário, ele indica o caminho crucial de acumulação de forças que os comunistas têm de trilhar. Mas para isso é preciso que tenham clareza da centralidade da questão nacional no enfrentamento do imperialismo como via para acumular forças e abrir caminho para a transformação socialista do Brasil.

Luis Fernandes – Professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ e UFRJ e presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

QUESTÕES PARA DEBATE

1. O que significa colocar o foco na questão nacional e qual a sua importância para a análise da realidade brasileira e para a elaboração do pensamento programático do PCdoB?
2. Cite (e comente) fatores implicados no fim das experiências socialistas do século XX e suas consequências para o movimento revolucionário no plano mundial.

TEMA 05
CONCEPÇÃO, HISTÓRIA E LUTAS DO PARTIDO COMUNISTA
[Núcleo: PARTIDO]

**FORÇA DECISIVA DA REVOLUÇÃO E DA CONSTRUÇÃO DO
SOCIALISMO**

Revista *Princípios* N. 40, fev/mar/abr, 1996, páginas 4-7.

João Amazonas*

*Que questões precisam ser respondidas hoje para atualizar a teoria do Partido como
organização de vanguarda revolucionária?*

A derrota do socialismo na União Soviética e nos países do Leste europeu vem sendo, pouco a pouco, examinada com profundidade. Os aspectos teóricos e políticos aparecem com mais frequência na avaliação dos erros cometidos. Não se tem dado, porém, maior atenção aos desvios da concepção marxista do Partido, que ocorreram em vários países. Segundo os clássicos, o Partido é a força decisiva da revolução e da construção do socialismo.

Marx iniciou sua grande obra teórica publicando o Manifesto do Partido Comunista, em 1848, que até hoje serve de orientação ao movimento revolucionário. Nesse documento ele conclamava os operários a se organizarem como classe, tendo por objetivo liquidar a dominação burguesa e construir o poder proletário.

Engels considerava como “condição necessária da passagem ao novo regime social não só a existência das premissas materiais da sociedade futura, mas também dos homens e das mulheres, que serão os únicos a possuir força e vontade inabalável e de energia revolucionária”.

Tanto Marx como Engels entendiam que o Partido, armado de princípios revolucionários, devia ser o intérprete e o condutor das mudanças. Não bastava a simples existência do Partido. Era preciso que reunisse as qualidades indispensáveis ao cumprimento de sua missão histórica. Por isso, criticavam o ecletismo do Programa Operário da Alemanha. Nele predominavam teses errôneas de Lassalle, combatidas pelo marxismo. Marx e Engels aconselhavam os dirigentes comunistas alemães em termos incisivos: “Pactuai acordos para alcançar objetivos práticos do movimento, mas não trafiqueis com os princípios, não realizeis ‘concessões’ teóricas”.

Foi Lênin quem, pela primeira vez, desenvolveu a teoria do Partido como organização dirigente da classe operária e como instrumento insubstituível à vitória da revolução social. Elaborou seus fundamentos nos planos ideológicos, organizativo, tático e de ação de massas. Sustentou a idéia do Partido de princípios, marxista, que atua em todas as lutas dos trabalhadores e do povo, mantendo sempre sua feição revolucionária. O Partido devia ser organização de vanguarda, uma vez que somente uma parte da sociedade, e mesmo da classe operária, tem condições de compreender em profundidade o processo da transformação histórica.

A unidade das fileiras partidárias foi acentuada por Lênin, unidade de vontade e de ação dos combatentes proletários. Repudiava a falsa unidade entre os revolucionários e oportunistas. O Partido não é uma organização de frente única onde cabem diversas correntes em pugna por objetivos limitados. Ele viveu, no início do século, a experiência da luta durante muitos anos, na Rússia, pela formação do Partido operário. Então agrupavam-se na mesma organização várias correntes de esquerda, destacadamente os mencheviques e os bolcheviques, o que levava na prática, à existência de duas linhas, duas táticas, duas condutas políticas.

Em 1912, na Conferência de Praga, Lênin rompeu definitivamente com os mencheviques, corrente oportunista pequeno-burguesa, e criou um partido independente, bolchevique, que assumiu a direção do movimento revolucionário. Graças a essa decisão, tornou-se possível a vitória da Revolução de Outubro. Esse Partido, de um heroísmo sem precedentes, enfrentou a intervenção armada na Rússia dos 14 (catorze) Estados, resolveu o problema da fome que imperava no país, derrotou grupos de “esquerda” e de direita que tentaram desviar o proletariado e seus aliados do caminho correto. Organizou a coletivização da agricultura e, mais tarde, a frente do povo soviético, venceu a Alemanha nazista. Superando enormes dificuldades, dirigiu a construção do socialismo.

Eis por que é difícil compreender como foi possível, sem maior resistência, a derrota da causa operária na união Soviética e nos países do Leste europeu. Que foi feito do Partido bolchevique criado por Lênin? Que sucedeu com a orientação geral dos fundadores do marxismo sobre o Partido?

O PCUS degenerou ao se desligar das massas populares e cair na rotina e no formalismo

Indubitavelmente, o PCUS degenerou. A derrota do socialismo começou precisamente com a degeneração dessa organização de vanguarda. Ainda no tempo de Stalin já apareciam sérios indícios. Os PCUS burocratizava-se, desligava-se da classe operária e das amplas massas populares, caía na rotina e no formalismo, estimulava a fé supersticiosa nos dirigentes, em especial na pessoa de Stalin, e membros do Birô político. Muitos quadros ligados à direção faziam “carreira” política no Partido visando a interesses pessoais. Depois da morte de Stalin, cuja liderança incontestável assegurava a unidade das fileiras partidárias, os fenômenos da degenerescência apareceram nitidamente e se acentuaram. A indicação de Kruschev para o lugar de Stalin foi o estopim da degradação. Tipo aventureiro e oportunista, não tinha condições político-ideológicas de assumir esse posto. Em curto prazo, atuou como inimigo do socialismo. Já em 1956, no XX congresso do PCUS, apresentou um relatório “secreto” contra Stalin e o Partido. Seu ajuste de contas com Béria, à margem de um processo normal de apuração de faltas, criminosas ou não, e depois do golpe de Estado de 1957, diante da qual a direção superior do Partido capitulou vergonhosamente, são fatos indicativos do grau de degenerescência que medrava no PCUS. Daí por diante, sob o domínio do revisionismo contemporâneo, o Partido degingolou totalmente.

A decadência ocorreu também nos países do Leste europeu. Na Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia, o Partido perdeu suas características revolucionárias, seguiu a orientação soviética ou adotou caminhos “próprios”, nacionalistas-burgueses. Também na Albânia, depois da morte de Enver Hoxha, o PTA rendeu-se, entregou o poder, sem luta, aos inimigos do socialismo.

A maioria dos partidos comunistas se afastou do leninismo e perdeu sua independência ideológica

A degenerescência alcançou Partidos Comunistas de vários países do mundo capitalista. É o caso do Partido Comunista da Espanha, sob a direção de Santiago Carrillo. Esse Partido Comunista antes chefiado por José Dias, dera exemplo de grande bravura e combatividade na guerra antifascista. Durante o longo período da ditadura de Franco, o partido perdeu muitos de seus quadros, acomodou-se e acabou adotando as posições direitistas e eurocomunistas. É o caso também do Partido Comunista da Itália que, sob a direção de Palmiro Togliatti, afundou no charco do oportunismo, transformou-se num partido social-democrata de centro-direita. E é igualmente o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), dirigido por Luís Carlos Prestes, que assumiu a linha kruschevista. A maioria dos Partidos Comunistas, durante o período do revisionismo na União Soviética, afastou-se do leninismo; tornaram-se partidos de reforma, aliados da burguesia, do imperialismo. Poucos resistiram e mantiveram sua independência organizativa, política e ideológica. Vários extinguíram-se ou reduziram-se a pequenos grupos inofensivos social-democratas.

O fenômeno desagregador não é, porém, insólito. Já os Partidos da II Internacional, às vésperas da Primeira Grande Guerra, abandonaram o caminho revolucionário e aderiram à burguesia imperialista. Tomaram o rumo da social-democracia. Apenas o que era dirigido por Lênin resistiu. Figuras expressivas do movimento operário internacional, como Kautsky e Plekhanov, passaram ao campo dos inimigos do socialismo.

Constata-se, assim, que a degenerescência do Partido tem ocorrido em diferentes períodos, e manifestou-se tanto antes como depois de vitoriosa a Revolução. Sempre que isso aconteceu, o movimento proletário mundial sofreu duros golpes, retrocedeu. Contudo, a idéia do Partido revolucionário manteve-se viva.

Há um século e meio, a classe operária empenha-se em forjar o seu Partido de vanguarda. A história dessa luta é também a história da luta pelo socialismo. Socialismo e Partido são inseparáveis. Apareceram juntos e caminharam juntos no histórico cenário dos entrecosques de classe. É impossível mudar o regime econômico social sem ter como suporte fundamental uma organização de vanguarda. Se o Partido entra em crise ideológica e política, isso se reflete na batalha pelo socialismo.

Impõe-se, assim, examinar as causas determinantes do fenômeno degenerativo que se repete desde há muito, e adotar as medidas capazes de preveni-lo. Mesmo porque o socialismo somente renascerá com a força necessária para se impor como sistema dominante no mundo se houver Partidos de perfil marxista identificados com princípios baseados na ciência social orientando e dirigindo a luta por uma sociedade “nova e melhor”.

Desde logo, pode-se afirmar que os êxitos e insucessos do proletariado revolucionário estão relacionados com a questão da luta de classes em constante acirramento. Marx assinalava que “a história de todas as sociedades (...) é a história da luta de classes. Na época da burguesia toda a sociedade vai dividindo-se cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado”. Essa “luta de classes é a força-motriz dos acontecimentos”. Destacava ainda que no enfrentamento com a burguesia “só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”.

Os fracassos têm origem nas posições de conciliação de classes e na ilusão da adaptação burguesa

O Partido deve ter presente em sua atividade essa orientação básica. Para vencer, é preciso situar-se ideológica e politicamente no campo do proletariado, não apenas na fase da Revolução, mas durante todo o período de transição até a passagem ao comunismo, abrindo caminhos novos à transformação da sociedade.

Os fracassos originam-se, em última instância, das ilusões pequeno-burguesas de que se pode triunfar nos marcos do regime capitalista, ou realizar as mudanças históricas adaptando-se às normas e ao estilo de vida burgueses. A conciliação com a burguesia é o fundamento da política social-democrata que envolve desde Kautsky a Togliatti e Santiago Carrillo até Krushev, o defensor dos “três pacíficos”, de teor descaradamente oportunista: o caminho pacífico, a competição pacífica e a coexistência pacífica.

Certamente, a luta de classes não pode ser enfrentada de maneira mecânica, sectária. O proletariado luta em todos os terrenos, utilizando as contradições existentes no campo adversário, defendendo as conquistas sociais, as liberdades democráticas, avançando passo a passo na estrada que conduz à Revolução e ao socialismo.

Além disso, há que considerar possíveis distorções na aplicação do correto princípio de partido de vanguarda. Lênin traçou sabiamente a feição do partido desse tipo. Não era suficiente ser destacamento de vanguarda, baseado na doutrina marxista; tinha de ser, ao mesmo tempo, um destacamento de classe, uma parte da classe, intimamente a ela vinculado. Enfatizava que o Partido não teria condições de dirigir a classe se não estivesse ligado às massas. Esse entrosamento da parte com o todo é que permite a perfeita sintonia na atividade político-social, visando a alcançar os objetivos programáticos.

Disciplina partidária e centro único de direção são requisitos para que o partido se fortaleça

Embora defendendo formalmente tais princípios, os partidos no poder podem deles afastar-se sempre que minorizem o conceito abrangente de partido de vanguarda, tornem-se auto-suficientes, uma organização à parte que tudo sabe e tudo pode, sobrepondo-se às massas. É provável que o PCUS e outros Partidos comunistas governantes nos últimos tempos tenham assim procedido. Ao invés de um destacamento da classe, estreitamente a ela vinculados, inspirados na lutas de classes, mas de forma independente, fechada em si mesma. A cabeça separada do corpo degenera inevitavelmente.

O liberalismo é outro fator prejudicial à atividade do Partido revolucionário. É uma tendência burguesa que se contrapõe às atitudes de classe do proletariado. Seus seguidores dão à democracia valor universal, absoluto, sem considerar seus condicionamentos de classe. Atuam nas fileiras comunistas procurando atenuar as contradições do sistema capitalista. Opõem-se ao centro único de direção, ao centralismo democrático, que reputam uma aberração burocrática. Renegam a disciplina do Partido – as resoluções coletivas não teriam caráter obrigatório para todos os militantes. Só formalmente aceitam o centro único e a disciplina; na prática, comportam-se como liberais social-democratas. Não aplicam decisões que julgam inconvenientes, tratam de amenizá-las ou distorcê-las. É evidente que sem centro único marxista e sem disciplina igual para todos o Partido define, perde sua combatividade, fragiliza-se. O liberalismo é um caminho aberto à degenerescência do Partido do proletariado revolucionário.

A educação permanente e constante trabalho ideológico nas fileiras fazem bons militantes

Da experiência vivida ressalta ainda o fato de que a degenerescência tem começado geralmente nos órgãos dirigentes superiores do Partido. Onde faltam vigilância de classe e um nível razoável e conhecimentos teóricos nas bases partidárias, podem ocorrer desvios de consequências ruins, por parte das direções. Lênin dizia que para saber se “um Partido é, ou não, autêntico Partido político operário, depende também de quem o

dirige e do conteúdo de sua ação, de sua tática política”. Dada a complexidade que assume a luta contra a burguesia, maiores devem ser as exigências aos dirigentes comunistas de fidelidade à causa do proletariado. Quem dirige não pode vacilar entre o caminho revolucionário e o caminho oportunista, sobretudo nas épocas de crises agudas. Tem de pôr em prática o centralismo democrático, apoiar-se na sabedoria coletiva. Não pode alterar em profundidade a orientação adotada sem ampla discussão nas fileiras partidárias, jamais sobrepor-se arbitrariamente ao conjunto da militância. Atitudes irresponsáveis ou negligentes em assuntos sérios do Partido e da causa que defende são inadmissíveis.

Mas o coletivo partidário somente desempenha a função que lhe cabe nas decisões fundamentais quando, teórica e politicamente, está à altura das circunstâncias. Isso exige a educação permanente dos comunistas, o constante trabalho ideológico nas fileiras da organização de vanguarda. Engels demandava dos militantes socialistas alto grau de consciência, vontade férrea e energia revolucionária. Comunista sem essa energia e vontade de vencer, pobre de conhecimentos teóricos, ajuda muito pouco à causa do socialismo. Essas qualidades não nascem com o indivíduo, são forjadas na luta, adquiridas também nos centros de preparação de quadros, nas escolas do Partido. Lênin afirmava que “não pode haver um forte Partido socialista sem uma teoria revolucionária que agrupe a todos os socialistas”. Vale lembrar que no Manifesto do Partido Comunista, de Marx, aparecem juntos, interligados, a teoria e o Partido em ação.

No partido reside o fator determinante dos sucessos e fracassos da revolução e da edificação socialista

O fortalecimento da composição orgânica do Partido é outro tema que passa à ordem-do-dia. Para garantir força de combate e espírito de sacrifício na luta de classes, é indispensável atrair às fileiras partidárias os que mais sofrem com a exploração capitalista e latifundiária – os operários e os camponeses. E conquistar também a grande massa dos excluídos, dos que vivem na pobreza e passam duras privações. O Partido Comunista abriga em seu seio elementos de diferentes setores sociais. É bom que isso aconteça, mas é essencialmente operário (e popular) por sua ideologia e objetivos socialistas. As ilusões de classe geralmente nos escalões da pequeno-burguesia e na área denominada aristocracia proletária. Ao adquirir consciência política, quem luta melhor e mais abrangentemente pelo socialismo são os que nada podem esperar do regime capitalista, perverso e em decomposição.

Tais as observações que julgamos importantes para defender o Partido da degenerescência e consolidá-lo como organização de vanguarda do tipo leninista.

Cuidar do Partido sempre foi preocupação constante dos revolucionários proletários. Nos dias de hoje, essa preocupação deve ser ainda maior porque, na avaliação da luta secular pelo socialismo, evidencia-se que no Partido reside o fator determinante dos sucessos ou dos fracassos da Revolução e da edificação socialista. Cuidar do Partido para podermos dizer como dizia Lênin do Partido bolchevique: “Nele temos fé, nele vemos a inteligência, a honra e a consciência da nossa época”.

João Amazonas – Presidente Nacional do PCdoB [quando da publicação deste artigo]

MILITÂNCIA MAIS ESTÁVEL EM ORGANIZAÇÕES DEFINIDAS DESDE A BASE

Walter Sorrentino

O presente artigo propõe retomar o debate desse tema. Ele é estratégico para nós, por isso não comporta simplificações, pelo que o artigo é relativamente longo. Conto com a paciência de todos. Para além da importância do tema em si mesmo, acresce que será possível fazê-lo de modo interativo, em tempo real. A nova página do 12º Congresso permitirá que se comente a matéria, e esses comentários serão automaticamente

exibidos. É, portanto, um ato inaugural. Será muito importante a colaboração dos leitores para isso. E será bom também para a mobilização do 12º Congresso.

*Ritmo líquido se infiltrando
no adversário, grosso, de dentro,
impondo-lhe o que ele deseja,
mandando nele, apodrecendo-o.*

*Ritmo morno, de andar na areia,
de água doente de alagados,
entorpecendo e então atando
o mais irrequieto adversário”.*

*Ritmo quente, águas de aluvião,
Arrastando, tomando de assalto
Cidadelas e casamatas.*

Vencendo, por persistência e determinação.

(Adaptado de João Cabral de Mello Neto)

Dar-me asas, atando-me os pés, é o mesmo que condenar-me à prisão.

(Machado de Assis)

Na guerra primeiro elabore os planos que assegurarão a vitória e só então conduza teu exercito à batalha, pois quem não inicia pela construção da estratégia, dependendo apenas da sorte e da força bruta, jamais terá a vitória assegurada.

(A Arte da Guerra)

A mobilização do 12º Congresso recoloca um tema permanente da vida partidária: a questão da militância organizada. É nesses momentos que se retoma a estruturação de bases e outras organizações do partido; entretanto, sabe-se que em grande parte dos casos elas se esfumam posteriormente, nos mil e um condicionamentos da vida. Nas organizações políticas revolucionárias em nosso país, incluído o PCdoB, sempre foi muito difícil dar um caráter mais persistente ao trabalho de base, mesmo nas fases de ascenso do movimento social e sindical. Mas experiências muito importantes existiram e existem, onde o PCdoB alcançou, também devido a isso, um papel principal de dirigente político de lutas do povo e redutos eleitorais.

A singularidade atual da edificação do PCdoB é seu vigor político, fileiras em expansão, com concepções e práticas renovadas de partido. Isso possibilita superar o problema em maior grau, no rumo de uma militância mais estável e estruturada em variados graus e formas de organicidade definidas desde a base, como modo maduro da vida partidária.

Novo debate coletivo

Nos três últimos Congressos (1997, 2001 e 2005), bem como na 9ª Conferência (2004), no 1º e 2º Encontro Nacional sobre Questões de Partido (2004 e 2005), formulou-se uma linha de organização para interrelacionar, na atuação das organizações militantes, a direção política, a intervenção na luta social e a estruturação partidária. Formou-se no 1º Encontro um “decálogo” (Extrato 1º Encontro) e no 2º Encontro a prioridade às relações de trabalho como critério organizacional (Extrato 2º Encontro), ainda hoje válidos. O Estatuto aprovado em 2005 consolidou uma cultura política de ampla flexibilidade de formas e tipos de organizações, segundo o que melhor permita a participação ativa dos membros do partido na elaboração e ação política. De certo modo – positivo – o Estatuto está adiante da prática prevalecente.

O tema da militância mais extensa, porém estável retornou ao debate nos Encontros Nacionais de Organização desde dezembro de 2007. O argumento central era o da necessidade de firmar liames mais desenvolvidos dos militantes entre si, entre as direções e a base, e entre a militância e o povo. Vale a pena revisitar o artigo, porque nele se demonstra consciência dos problemas, contextualizados na realidade do PCdoB (Liames com a militância são essenciais).

Todas essas abordagens vêm produzindo algum resultado. Motivaram campanhas de valorização da militância e, em 2007 concluiu-se, significativamente, a centralidade de firmar o papel de largo contingente de quadros intermediários e de base para impulsionar o esforço. Mas o debate alcança pouca repercussão, todavia, e há muitas lacunas e insuficiências no concernente a alcançar uma militância a um só tempo mais estável e ampla. Não obstante, o PCdoB está entre os partidos mais organizados do país, sob qualquer critério – malgrado as insuficiências e nossa própria insatisfação –, exceto o da extensão.

Ação militante abnegada há, sem o que não se teria alcançado os êxitos dos últimos anos. Mas é muito fluida a atuação das organizações desde a base, o que leva a uma pequena estrutura militante mais perene, uma ampla margem flutuante com participação sazonal ou pouco regular, um entorno disperso. Muitas vezes, o esforço predominante ainda é fazer funcionar adequadamente os próprios comitês municipais. Nas batalhas que dominam a cena política, as eleições, uma aparente contradição: um auge de mobilização militante, com um ativismo político dispersivo. Agrega-se a isso o que se pode chamar de “crise de crescimento”, aportando dezenas de milhares de novos membros: na última década, o PCdoB multiplicou por três o número de membros e avançou para dois mil municípios.

Tudo isso cria defasagens entre os propósitos da orientação política e a força para implementá-la junto aos trabalhadores e ao povo.

O questionamento de concepções teóricas e ideológicas sobre o tema é residual. Todos parecem compreender que militância é a forma de forjar convicções e compromissos na vida partidária coletiva, onde se assume um contrato de direitos e deveres motivados por disciplina livremente aceita, num processo de construção dialética da consciência. Mas há falta de clareza política da vantagem de laços militantes mais estáveis como um elo central da vida partidária.

O que se verifica é uma prática de duplo caráter. Uma é de pouca atualidade política: concepções anacrônicas, que se apegam a moldes de pensamento estratégico que prevaleceram no passado, como epígonos de presumido bolchevismo.

Organizativamente, leva a reuniões de pequenos círculos, sempre com os mesmos, e rebaixa o esforço propriamente organizativo, com base em apelos ideológicos que não alcançam nem mesmo parcela estreita de militantes. Baseia-se numa mentalidade que transforma costumes datados em normas e, estas, muitas vezes, em cláusulas pétreas. Tendem a identificar a noção de militância com sacrifícios, uma concepção estreita ou muito estrita de militância que esteriliza o terreno para uma participação mais ampla de membros do partido na vida coletiva.

Outra é, a rigor, despolitizada, porque desconsidera desafios de fundo. Pratica concepções frouxas, vale dizer, liberais no espírito militante, procrastinando esforços por estruturar a militância desde a base, abrindo mão deles diante das primeiras dificuldades; é uma mentalidade de “tropa solta”, que rebaixa a consciência e tende a tratar os militantes como apêndices. Leva a ocupar o terreno com ervas daninhas em lugar de uma militância organizada mais extensa, porque, onde atuam, tais concepções têm potencial desestruturante sobre o conjunto.

As duas práticas são esquemáticas e ideologizadas: para uma os meios são mais importantes que os fins políticos; noutra supostamente os fins prescindem dos meios. O resultado, por diferentes caminhos, são liames militantes frouxos e pouco persistentes, ou que alcançam parcela restrita da militância.

No contexto de uma estruturação como partido comunista de massas e da centralidade atual da luta institucional-eleitoral, aumenta a pressão pelo liberalismo nos compromissos. Corretamente, o PCdoB não esconde essas pressões, nem se omite quanto a medidas destinadas a enfrentá-las. Mas ambas são práticas políticas atrasadas, de um pensamento estratégico que leva a derivações organizativas desligadas das necessidades da própria ação política.

Compreende-se que o tema é tão perene na vida partidária quanto insuperado até hoje. É preciso tirar o debate do impasse em que vive. Superar visões esquemáticas, ideologizações mistificantes, mentalidades. Principalmente, superar a defasagem político-organizativa que isso representa para o projeto político do PCdoB na atualidade.

Condicionamentos

Por que é tão difícil organizar politicamente bases militantes? É importante que não se compreenda isso como um ideal pelo qual a vida tivesse que se regular, nem apenas como falta de ideais. É preciso ir além, considerando duas premissas básicas para superar tal defasagem. Uma é a de que as defasagens são sempre dinâmicas; supera-se uma, criam-se outras. A questão é se se está em progresso ou em involução. A escala atingida hoje pelo PCdoB permite enfrentar o desafio proposto com novas possibilidades. Verdadeiramente, a escala é absolutamente central para abordá-lo por novo ângulo, pois permite falar de alcançar organicidade que não seja à base de pequenos círculos gremiais, que não dariam conta das exigências políticas.

A outra premissa é que se persegue esse objetivo em meio a condicionamentos de ordem política, social e cultural, em contextos determinados. Não se pode desconsiderar o enorme peso deles na constituição de uma

militância política transformadora. Hoje a “política” sofre permanente campanha de desmoralização, e os partidos são arrastados para uma suposta geléia geral, onde todos os “gatos seriam pardos”. A própria bandeira da ética e moralidade é utilizada para esvaziar o poder político real das instituições, em favor de poderes financeiros, corporativos e midiáticos, infensos a qualquer controle social democrático. Há eleições a cada dois anos, o que exige esforço hercúleo para vencer contra a força do dinheiro e do poder.

No caso do Brasil, elas se dão em votações nominais (a legenda é secundária), com financiamento inteiramente privado, donde os mandatos pessoais alcançados são quase instituições singulares que se autogovernam. Contrapor-se a isso tudo, com um partido de maior organicidade desde a base seria um poderoso antídoto, por isso mesmo difícil de alcançar. É de se perceber, por exemplo, que uma medida puramente político-institucional como a instituição de voto em lista e financiamento público seria grande alavanca para o fortalecimento de organizações como o PCdoB, permitindo amoldar mais e melhor sua estrutura organizativa.

O país, por outro lado, tem uma história política marcada por ondas mudancistas, forjando grandes frentes políticas e sociais heterogêneas, com acentos movimentistas, hoje marcadamente eleitorais. Isso, segundo óticas distintas, aparenta contradizer a necessidade de esforços persistentes por formar e ativar bases político-partidárias: para quê mesmo? Parece que a própria vida política, em seus fluxos ascendentes, se encarregaria de resolver a questão – o que é parte importante da verdade, mas desconsidera o trabalho “molecular” prolongado para se chegar a esses fluxos. Há, ainda, as dimensões do país, a indicar que só com um partido muito grande se pode colocar na ordem do dia, efetivamente, a questão de organizar bases que incidam realmente no processo político. Deveriam ser vastas bases, para superar a atomização.

Os condicionamentos são pesados igualmente na esfera da vida e lutas sociais. Vive-se hoje uma dispersão de causas de todo tipo, que mobiliza a consciência humanista, reformista e até anticapitalista de contingentes variados. Mas só lentamente elas vão se ligando a projetos políticos transformadores exequíveis e não meramente “possibilistas”, que unam amplas forças e as mobilizem para um novo projeto nacional de desenvolvimento. Entra aí o déficit do fator consciência das classes fundamentais.

A orientação política de movimentismo fragmenta essa perspectiva. A esquerda, é certo, crescentemente vai falando para a ampla maioria do povo – coisa inédita, a partir de Lula – mas de modo inorgânico; o movimento social organizado – adubo do trabalho de base – atinge apenas um terço da população. Avulta hoje o papel das igrejas; o individualismo é estimulado à exaustão; as redes sociais de proteção são precárias. Florescem a auto-ajuda, as filosofias folclóricas e exóticas, a dessolidarização e dessociabilização nas periferias dos grandes centros urbanos, a violência gratuita, as instituições criminosas ocupando os vazios do poder público. Percebe-se o quanto isso é hostil à noção de militância política, o quanto é difícil constituir uma força revolucionária de contracorrente à dominação do capital e mercantilização da vida social.

Não obstante, o Brasil, chegado à sua encruzilhada histórica – afirmar-se ou ter destino incerto enquanto nação –, está diante de novas perspectivas. Se é certo que não se está em plena fase de ofensiva política, é certo igualmente que cresce a politização do povo, na experiência inédita vivida na América do Sul. Nova geração de trabalhadores, intelectuais, jovens e mulheres, que vão fazendo sua própria experiência política. Fica mais claro que o Brasil necessita de uma esquerda determinada, socialista, de caráter unificado e com protagonismo político, visando a unir as forças populares para um novo projeto nacional. A questão de constituir uma militância ampla e estável, de líderes comunistas dos trabalhadores e do povo, é parte desse movimento concreto. Há espaço político para o PCdoB, é preciso ocupá-lo.

Dar asas à política sem atar-lhe os pés

O PCdoB elaborou linhas de acumulação de forças que realçam que a questão da organização política como parte irrecusável da acumulação de forças, na perspectiva estratégica. A questão central para o debate proposto é que, para uma militância extensa e mais estável, no caso do PCdoB, será mais frutífera uma abordagem radicalmente político-organizativa. Em que sentido? No de que organizações partidárias de qualquer tipo se organizam para a consecução de objetivos políticos, sem o que se estará no terreno da ficção. E no sentido de que a boa política precisa chegar ao povo, pô-lo em movimento – aí é submetida ao teste da vida real, se está atrasada ou é artificial para o nível posto da luta e da correlação política de forças.

O sentido político da questão tem caráter estratégico, porque a acumulação de forças tem em vista alcançar hegemonia política, cultural e moral na sociedade. É um movimento prolongado, conscientizando e unindo os trabalhadores e o povo em torno de objetivos concretos, não apenas mas também nas lutas eleitorais.

Neste 12º Congresso, com o Projeto de Programa Socialista e o de uma Política de Quadros Comunistas para a Contemporaneidade, torna-se mais tangível aquilo pelo que luta o PCdoB, um caminho brasileiro ao socialismo no curso da luta por um terceiro ciclo histórico de afirmação da nação. Pressupõe o partido como destacado integrante de um bloco político de forças avançadas de caráter nacional, popular e democrático, combinando reformas estruturais e rupturas, numa processualidade que compreende também movimentos de transformações mais aceleradas advindas da luta política e eleitoral. A hegemonia é o centro da estratégia e define o que se exige da organização política –que seja um líquido capaz de penetrar cada poro da sociedade, tomando a forma concreta das exigências de cada situação, fazer-se presente em todas e cada uma das formas de vivências, resistências e lutas sociais, numa disputa política persistente, no Estado e na sociedade, no rumo de seu projeto socialista.

Também tem sentido tático, mais concreto e imediato. Organizando politicamente a militância se ganha força política, seja nas instituições, no movimento social, intelectual ou nas eleições. Conquistas em qualquer um desses terrenos são suadas, exigem liderança que só se conquista com esforços prolongados, custam mesmo muito esforço financeiro. No nível posto da luta política no país, não se altera facilmente a correlação de forças eleitoral ou no seio das grandes entidades de massa sem um período de tempo mais ou menos largo, com preparação e persistência, vasto trabalho de base, apoio social e fortes aliados.

Quanto ao sentido organizativo, ocorre que sem a participação de um corpo extenso de homens e mulheres conscientes, unidos em torno de uma orientação política, perde-se energia na luta, ou deixa-se de transformar o potencial em movimento real. Ou seja: se dá asas à ação política. E outra face da moeda é que com isso se pode ganhar características diferenciais entre a esquerda brasileira, as de um partido onde todos têm vez e voz, elaboram e decidem a orientação desde a base, um partido onde acima das lealdades e afinidades pessoais está o projeto político unitário. Enfim, um partido de militância e não de “correligionários”, ou apêndices de mandatários. Isso é inexequível sem uma estrutura organizativa capilarizada que possibilite, ao menos isso, incorporar a todos na ação política. Como dizem militantes nossos: “quando se está organizado a sorte ajuda”; “não se junta água com peneira”.

É necessário desideologizar, em boa medida, o tema da militância e do trabalho de base, deslocando-o precipuamente para a esfera da necessidade política e para o terreno de opções organizativas concretas, ou seja, caminhos, métodos, logísticas e planejamento. Ligar decididamente isso à consecução do papel estratégico do Partido. Compreender que, para alcançar hegemonia, se necessita de uma militância extensa e presente em todos os terrenos da vida social, política e cultural, no Estado e na sociedade em geral. E se necessita, igualmente, ter uma visão mais larga de militância, não restringindo seu caráter apenas ao ativismo político-social, como também – e de forma crescentemente importante – o de uma militância pela ideia de um novo projeto nacional. Pode-se compreender a diversidade de formas e meios de levar os membros do partido à condição de militantes, variando de acordo com as circunstâncias da atuação deles, penetrando as instituições mais influentes da sociedade. E é claro que a ideologia, base das convicções e motivações, estará presente, como amálgama dessa vontade coletiva.

Na abordagem radicalmente político-organizativa, uma visão avançada é conceber o desafio proposto como um vasto movimento para conferir organicidade, em variados graus e diversas formas, a uma corrente de opinião de massas com a política do PCdoB, estruturada como vasta rede politicamente ativa na sociedade, que chegue às forças avançadas e à maioria do povo. Essa é a perspectiva que emana do Programa em debate e da Política de Quadros contemporânea.

Em que pese o sentido eminentemente partidista da matéria, é preciso insistir que essa é uma tarefa democrática de ordem geral para a sociedade brasileira. Juntamente com uma reforma política democrática que fortaleça os partidos políticos, vai ser um impulso vigoroso por unir o povo brasileiro para um grande salto no fortalecimento da nação.

Direção política

Tal enfoque, em níveis mais concretos de determinação, torna necessária uma visão orgânica e sistêmica do conjunto do trabalho de direção, fazendo a devida mediação política entre as questões de concepção sobre a militância comunista e os resultados almejados, entre as exigências políticas e as possibilidades reais no nível posto da luta.

Faz falta em primeiro lugar um modo de direção política que induza a esses resultados. As próprias diretivas políticas da mobilização precisam pressupor – e indicar – uma pauta e agenda definidas para a vida de organizações de todo tipo. Mais claramente: as próprias diretivas políticas precisam demonstrar a necessidade de estruturação militante desde a base – ou elas são necessidades sentidas do processo político ou se tornam emblemas ociosos. Se na ação política não faz diferença ter ou não organizações de base, elas não vão ser constituídas – seria idealismo. Se basta o ativismo político geral de pequena parcela de membros do partido nas grandes batalhas, não haverá organizações partidárias mais definidas e duradouras, prevalecerá a dispersão orgânica.

Hoje, no partido, isso se volta mais propriamente aos comitês, mal ou bem. De fato, é necessário, nos casos de baixos graus de estruturação; mas é insuficiente, porque isso deveria ser apenas um meio para fazer chegar à militância e bases essa pauta e agenda, passíveis de serem ajustadas à sua realidade.

Um exemplo útil são as campanhas eleitorais: elas representam hoje a principal batalha política concentrada pelo poder. Se a vida de base não intervém nelas organizadamente, na verdade sinaliza-se serem desnecessárias. Já se falou, acima, da contradição que isso envolve – a mobilização que então se realiza parece um “defeito”, porquanto é dispersa. Mas há o outro lado da questão: é nelas que os liames ficam mais ativos, entre os militantes e entre eles e as direções, com pauta e agenda bem definidas. Outro exemplo foi a proposta de campanha pelas reformas estruturais democráticas (proposta pelo Comitê Central em março de 2007): promoveu-se seu lançamento em todo o país, mas pouco se organizou uma campanha propriamente dita, desde a base, capaz de str-la ao debate do povo.

Mais uma vez, a chave parece ser: na luta política precisa-se estar vinculado aos trabalhadores e ao povo de forma sistemática, desenvolver as relações sociais locais em ligação com a luta política nacional, com mais campanhas mobilizadoras de todo tipo, com pautas e agendas dinâmicas. Isso é o que pode permitir a persistência das organizações partidárias.

Será muito relevante também forjar identidade bem definida do PCdoB na sociedade, seja a partir da atuação institucional-eleitoral, das lideranças de todo tipo, da presença nos movimentos sociais, na cultura, nas artes, na academia, com bandeiras ligadas ao novo projeto nacional, além de forte trabalho de comunicação e publicidade. Por isso também se insiste que, na agenda e pauta das organizações partidárias, precisam estar presentes campanhas próprias regulares com a identidade do partido. Alcançando falar para todos os trabalhadores e todo o povo, com identidade partidária bem difundida na sociedade, o trabalho de base será, de certo modo, a “sucursal” dessa identidade em cada local. Quem é “pessoal” do PCdoB? Não é o que aparece apenas em época de pedir votos; é o que faz parte da “comunidade”, parceiro na luta e na festa, apoio nas horas mais difíceis para manter as conquistas alcançadas, que está se mobilizando para novas conquistas; é o que está batalhando por um novo projeto nacional no plano das ideias. Há razão, portanto, para dizer que esse é um problema puramente político e de direção política.

Direção organizativa – organicidade em movimento

O foco de direção organizativa decorre daí: construir permanentemente uma pauta e agenda para a militância desde as bases, com um projeto político que a aglutine em cada situação dinamicamente, com debate político regular, apoio de quadros e controle de sua ação. Necessita-se de uma mudança de rumo da direção organizativa, com o apoio na direção política. Primeiro, para assegurar a governabilidade partidária por intermédio da política de quadros atualizada; segundo, para operar o partido por intermédio de estruturas auxiliares que visem a valorizar a organicidade desde a base.

A política de quadros atualizada possibilita chegar a uma infinidade de situações novas, particularmente no tocante a aglutinar um sem número de membros do partido mais diretamente ligados à luta de ideias, e com isso encontrar novas definições da condição militante nesse segmento. A proposição de coletivos, inscrita no Estatuto, ainda não é utilizada em todo seu potencial, mas é também uma forma de organicidade.

No que concerne ao tema de organizações de base, há duas chaves. A principal são os quadros intermediários e de base. A conclusão não é original, mas nova na escala: é necessário vasto contingente de quadros intermediários como modo de operar a vida interna – os pivôs de articulação da vida militante do PCdoB. E, igualmente, fixar o papel de quadros de base – afirmou-se, com razão, que eles são uma espécie de “elo perdido” na concepção e prática do PCdoB. Sem ambos, seria imaginar que o “rabo possa balançar o cão” e que estruturar a vida militante se daria por geração espontânea.

Trata-se, portanto, de opções organizativas determinadas. Ou seja, uma estrutura de quadros intermediários responsáveis diretamente por um conjunto de organizações partidárias, sob o comando dos quais são postos diversos quadros de base, num sistema de pivôs sucessivos, para aglutinar o contingente de militantes e filiados em cada região, pautando sua ação dinamicamente. Pode-se constituir fóruns desses quadros de base e intermediários, com debate político, formação, apoio, acompanhamento regular e sistematização de experiência; o mesmo quanto a fóruns de secretários de organização de base e de comitês auxiliares no âmbito dos municípios ou em macro-regiões.

A segunda chave é compreender que alcançar organicidade desde a base não é um processo estático e fixo, ou segundo uma fórmula única. Está sujeita a leis de movimentos por ondas sucessivas, tendo em conta as características da ação política a cada situação. Deve-se deixar de lado uma visão estreita de organizações partidárias como pequenos círculos, reuniões pouco dinâmicas, sem pauta determinada; operar assim a vida partidária emperra-a. É uma falácia o argumento segundo o qual campanhas desorganizam o partido – na verdade, desorganizam uma visão estática.

Ambas as chaves denotam trabalho cotidiano e metódico para fazer as mediações necessárias. A militância deve ter tarefas para o tempo de paz – campanhas políticas regulares, comemorações partidárias, solidariedade internacionalista, arrecadação de fundos, distribuição de materiais, cursos, debates congressuais etc. – e para o tempo de guerra – eleições, greves e lutas reivindicatórias, eleições dos movimentos sociais, mobilizações nacionais etc. Os comunistas são mais afeitos ao tempo de guerra. É mesmo de se discutir até que ponto se pode ir em tempos de “calmaria”. Mas, melhor que discutir é agir. O que faz falta é um trabalho verdadeiramente organizativo, com ciência e método, ao longo de alguns anos, para alcançar resultados mais consistentes em valorizar a militância, cultivá-la, estimulá-la por todos os meios, dar-lhe maior organicidade de ação política.

Rede, estilos, métodos

Nesse tipo de abordagem organizativa, fica melhor definido o trabalho de organização em sua especificidade própria e na resolutividade requerida. Organização é política, mas também um determinado fazer administrativo como suporte à ação política. Enfim, é um trabalho com especificidade adaptada a cada área, setor ou segmento da sociedade.

Fala-se hoje muito em redes, como tema organizativo, com razão. A lógica de redes pode ser combinada com a organização política, até melhor que a lógica puramente “verticalista” mais própria dos partidos. A organicidade pretendida se compatibiliza com isso. As redes permitem mobilizar com rapidez um contingente mais ou menos largo da sociedade. A questão, mais uma vez será: uma pauta e agenda política, e coordenação para puxar a rede pelos nós, que são precisamente os quadros intermediários e de base. Neste particular, ênfase deve ser posta na possibilidade de organizar a ação militante a partir de relações não presenciais. Se de fato se tem uma pauta política e agenda, a internet é uma ferramenta poderosa para mobilizar e manter informada a militância. Revoluções silenciosas estão sendo processadas nesse terreno. Particularmente, as redes são importantes em segmentos que lidam mais diretamente com informação e conhecimento, como os profissionais liberais, acadêmicos e professores, na área da cultura, arte e ciência em geral, na juventude em geral. Redes que podem se articular em torno das ideias programáticas do PCdoB, combinadas com eventos presenciais mais amplos nos momentos de definição de rumos.

Outro tema, este muito especial para os comunistas, é o de bases partidárias em setores e categorias, de trabalhadores em geral. As características organizativas, aqui, diferem positivamente, já que se busca aglutinar pessoas já organizadas pelo regime de produção e pela atividade sindical; e negativamente, dado o regime de falta de liberdade no chão das empresas e local de trabalho. Carecem, portanto, de esforço mais especializado e perseverante. Exatamente esse tipo de organização precisa ser mais definida e duradoura. Por que? Porque se relaciona com a base social definidora do caráter do PCdoB, o proletariado contemporâneo, que longe de estar em extinção, se ampliou e segue com o potencial de se constituir como a classe principal na luta contra o capital. É a ele que a política do partido precisa produzir maior aderência e representação e infundir maior consciência política. A linha atual de estruturação propõe priorizar, entre os critérios de organizar a militância, as relações de trabalho, nem que para isso se necessite reuni-los em local de moradia ou em plenárias reunindo categorias e setores diversos.

Também são temas organizativos concretos as questões de estilo e método de trabalho militante – e não são secundárias. As organizações partidárias de todo tipo precisam se instituir como “parte da paisagem” natural da vida social nos locais onde atuem, abrindo as suas portas para o debate dos filiados e apoiadores, agindo com a identidade do PCdoB, relacionando-se amplamente com as forças de todo tipo atuantes no mesmo meio. Onde isso ocorre – há experiências antigas e vitoriosas – constituem-se redutos políticos e eleitorais vitais para a luta de longo prazo. Onde isso se enfraqueceu, a vida mostra quanto tempo se demora a retomar posições. Onde se é um alienígena no meio em que se atua, nada progride.

Sobre métodos também há muito a fazer. As características do povo brasileiro são muito flexíveis e dinâmicas, avessas a muito formalismo ou mandonismo. É gente empreendedora, com uma mente ágil e de muita plasticidade. Mas o povo gosta de reuniões onde as principais lideranças estão presentes, atualizando o debate político, dando-lhes o exemplo moral. Assim devem ser as reuniões partidárias: empreendedoras e ágeis, com discussão e deliberações de ação realistas, motivadas; ativas com a participação de lideranças partidárias; reuniões que muitas vezes são festas também. Reuniões longas, com muitas abstrações, sem clareza do por que estão sendo realizadas, tendem a se esgotar no próprio evento, mobilizarão sempre os mesmos, sem ampliar a organização.

Para tudo isso, o trabalho de organização em geral deve ser mais reforçado, como pilar destacado da estruturação militante. Precisa-se nessa frente de direção de gente madura, experiente e com autoridade, e apetrechá-la com recursos humanos e técnicos apropriados; indispensável também é haver uma estrutura de secretários em todos os escalões, até a base. Só assim se pode extrair consequências das justas e sadias preocupações da base com as insuficiências existentes, por um lado, e para fazer responder aos desafios do crescimento atual, sem travá-lo. É o caso de pensar em priorizar essa frente no próximo período de gestão.

Movimento coordenado em todas as frentes

Resumo concentrado da sinfonia: pauta política, agenda e quadros intermediários e de base para o apoio – essas as exigências de direção política e organizativa para a organicidade desde a base. Subsidiariamente, invoca-se: 1) não desconsiderar as diversas formas e meios para ligar militantes ao projeto partidário não apenas mediante ativismo político-social como também em torno de ideias, essencialmente as da luta por um novo projeto nacional; 2) características versáteis do papel e funcionamento dessas organizações, inclusive no sentido de utilizar ferramentas modernas de informação, coordenação e mobilização, como parte da paisagem do meio em que atuam, constituindo redes organizativas dinâmicas na coordenação do movimento; no mais das vezes, plenárias de militantes e filiados darão conta disso, ou reuniões de coletivos, com a condição de que sejam sistemáticas, bem focadas e tenham pivôs coordenadores para atuar no passo de se constituírem de forma mais madura as organizações; 3) formas de “movimentismo” na vida das bases não é um mal; ao contrário, em campanhas de todo tipo se pode ativar mais e melhor a militância desde a base, porque elas não são necessariamente perenes, mas constituídas em dinâmicas próprias às exigências políticas, que são cambiantes. Por isso, mais campanhas, mais movimento das bases, mais utilização da internet – essa a perspectiva para estabelecer liames mais fortes entre os militantes; 4) movimentos como o proposto serão impensáveis sem o concurso dos quadros mais prestigiados do partido, líderes comunistas de expressão pública, os líderes internos e de massa, os dirigentes; se eles não participam do esforço de firmar a militância de base, não a respeita e cultiva seu trabalho, não se dirige a ela regularmente, ou se se põem acima do partido e de sua vida coletiva, dificilmente se vencerá.

O que importa é essa direção geral, fazer convergir os esforços de todos os setores de direção para esses objetivos. Será realista, com isso, chegar a uma estrutura militante mais larga e em ação política organizada desde a base, capaz de polarizar regularmente uma margem mais ampla de filiados e incorporá-los à ação política. Enfim, amoldar mais a vida partidária, dar-lhe caráter mais maduro e menos amorfo. Aí têm grande importância o trabalho de formação, de comunicação e da Carteira Militante. O mesmo pode ser dito das frentes de massa, numa via de duas mãos, estruturando para intervir na sociedade e intervir visando a estruturar mais o partido, sempre ligando os temas específicos ao projeto político geral do PCdoB. O exemplo de A Classe Operária é primoroso quanto a fornecer um tipo de trabalho regular e permanente para as bases na distribuição gratuita e sistemática. A internet tem sido poderosa ferramenta de unificação da orientação política em tempo real, com o acréscimo da exigência de fazer chegar seu conteúdo à militância de base. O trabalho de

formação capacita os quadros intermediários e de base, bem como os militantes desde seu ingresso ao partido. A CNM expressa o compromisso de eleger e ser eleito na representação partidária.

A linha de estruturação e organização não tem pontos “cegos” quanto a isso. O que importa é desentranhar visões e atender às particularidades do processo político brasileiro. Se o movimento proposto ficar restrito a um discurso organizativo, tende a acentuar uma dicotomia com as demais áreas envolvidas que o levará ao insucesso. Pode-se esperar que, com o esforço sistêmico a partir das direções, sem dúvida ele vai motivar a recíproca da atitude dos militantes no esforço por auto-organizar-se e cumprir preceitos da vida partidária. Tem sido uma experiência real: a militância cresce – e sinaliza exigências às direções – quando é tratada com o respeito devido, valorizada e desafiada.

Pensar grande, atuar de modo focado e concreto

Pode-se chegar a um PCdoB de várias centenas de milhares de membros no bojo de uma terceira vitória do povo nas eleições de 2010. Como se imagina conduzir um partido dessa magnitude? Como se imagina dar lugar a todos na luta? Concretamente hoje, por exemplo, pergunta-se: é agir de modo consequente preparar condições para a disputa eleitoral de prefeituras em 2012 em importantes capitais de Estados, sem agregar à construção das indispensáveis condições políticas e materiais o componente bases militantes? Como se sabe, numerosas capitais têm um PCdoB completamente aquém do possível em termos organizativos.

A condição para crescer é ter a política no comando, a organização materializando a força, a consciência soldando compromissos. A condição para crescer é saber crescer – sem se dividir, sem se dispersar, sem se desencaminhar. Sem organicidade desde a base não haverá lugar para todos no PCdoB com uma política uma, e isso trará o seu próprio desenvolvimento, transparecendo a ideia de uma organização que tem “donos” imutáveis e práticas atrasadas.

É o caso de pensar política e organizativamente grande, e começar de modo focado e concreto, retomando nas novas condições essa luta por militância ampla e mais estável, com maior organicidade. Ela sempre acompanhou a estruturação do PCdoB. Não se vence tal batalha de um golpe só, ao mesmo tempo e em todo lugar. Objetivos podem ser traçados com realismo em cada município e estado. Um rumo promissor será conduzir uma extensa campanha política e ideológica, organizativa e prática, num movimento de todo o partido, do alto até a base, durante alguns anos: planificar um movimento político-organizativo de maior organicidade desde a base, estrutura-las e conferir-lhes papéis persistentes, valorizar a militância. É possível hoje pensar as coisas nesse rumo fora do horizonte do imediato, como também a médio e longo prazo.

O desafio proposto é a opção política mais eficaz ao projeto programático, por isso mesmo mais difícil de alcançar. É preciso mais eficácia na ação política – Lênin sempre insistia na eficácia e no espírito prático – e adaptar-se à realidade, porque a vida política do país vai impondo isso. Isso parte da premissa de que a matéria prima está dada: homens e mulheres que já se tornaram membros do PCdoB, ato elevado e consciente. Pode-se e deve-se partir dessa consciência dada, que os trouxe ao PCdoB, para organizá-la na ação política concreta. Que a ideologização não atribuam a eles as insuficiências do trabalho que se realiza no sentido de amoldar mais a vida partidária, conferir-lhe maior maturidade.

O PCdoB vai formando uma tradição própria e renovada de edificação de partido nos últimos 12 anos, cujas raízes remontam ao 9º Congresso: recusa a um molde único de organização, no caso o codificado pelo bolchevismo no âmbito da 3ª. Internacional. Tem a seu favor a compreensão de pôr a política no posto de comando da própria edificação, um modo politizado de lidar com a vida interna, algo mais de domínio da dialética entre as possibilidades e necessidades, entre o que é e o que devia ser, entre o curto e o médio prazo, entre vontade e condições objetivas. Isso é um patrimônio que se vai acumulando.

É preciso atentar para um problema frequente de qualquer movimento. Uma consciência elevada, assentada em premissas justas e realistas, impulsiona a superação de uma realidade dada. Esta, modificada pela ação, progressivamente vai exigindo novos enfoques – a consciência anterior fica defasada. O que se quer dizer? Que se deve atentar para mudanças de patamares, que superam as proposições anteriores. O PCdoB mudou de patamar estes anos, desafia-nos a novas aquisições de consciência, numa evolução dialética. Que o esquematismo não nos impeça de ver novas possibilidades na realidade e cambiar formulações. Pode-se vencer pelas ideias, pode-se dirigir pelas ideias; quando justas e maduras enquanto necessidade objetiva, apossam-se da consciência e se tornam força material.

O PCdoB superou muitos rubicões em sua trajetória e sempre foi movido a desafios. Todos envolveram luta prolongada. Nada de antemão faz supor que não se possa enfrentar também esse, de constituir uma militância estável e organizações partidárias mais definidas. Precisa-se alcançar maior clareza da necessidade; ter visão crítica e autocrítica já é um grande passo. Está lançado o desafio para os próximos anos: no plano organizativo, agir pela política de quadros e pela constituição de uma ativa e dinâmica vida organizada desde a base, com o apoio da direção política e de todo o esforço de direção. É o modo de formar largo contingente de comunistas revolucionários nas condições contemporâneas. Parafraseando João Amazonas, num sentido autenticamente político, pode-se dizer que o socialismo pelo qual se luta é uma tarefa que começa aqui e agora, mediante a construção de um forte partido comunista e a luta pela hegemonia; e a força dele são seus quadros e militantes conscientes, unidos e organizados desde a base na ação política concreta.

LINHAS DE INDUÇÃO DA POLÍTICA DE QUADROS

Por Carlos Augusto Diógenes (Patinhas)

O 12º Congresso do Partido debateu e aprovou dois documentos estruturantes da política partidária: o Programa Socialista e a Política de Quadros. O Programa aponta o rumo socialista como objetivo estratégico e o caminho para conquistá-lo, a luta pela implementação de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND), impulsionado por reformas estruturantes democráticas.

A política de quadros está a serviço desse projeto estratégico. Visa a construção de um partido comunista de quadros e de massa, apto para a disputa da hegemonia na sociedade num processo de acumulação de forças nas frentes institucionais, dos movimentos sociais e luta de ideias.

O item 5 do documento Política de Quadros Comunistas para a Contemporaneidade, aprovado no 12º Congresso, afirma:

“O PCdoB percorre uma trajetória exitosa em grande medida devido à atenção conferida à política de quadros. Durante a ditadura militar, forjou quadros notáveis, atuantes nos tormentosos condicionamentos das lutas de classes. O que é hoje o PCdoB se deve a essas gerações de incontáveis mártires e heróis do povo brasileiro, alguns dos quais atuam como destacados dirigentes partidários até o presente.”

Esse mesmo item define as prioridades da política de quadros para o atual momento. Como primeiro objetivo, “preparar conscientemente e com ousadia nova geração de quadros dirigentes do partido na esfera nacional”; segundo objetivo, “avançar a formação de extenso contingente de quadros intermediários e de base, fixá-los nos seus papéis, visando pôr em funcionamento a vida partidária por intermédio deles”. Como terceiro objetivo, “avançar em políticas de quadros com respeito à juventude, mulheres, trabalhadores e quadros mais diretamente atuantes na luta de ideias, bem como em funções técnicas de assessoria e consultoria do trabalho partidário, mandatos, órgão do governo, entre outros.”

No período do 12º ao 13º Congresso (2009-2013) iniciou-se um processo de assimilação do significado da política de quadros e de implantação dos Departamentos de Quadros (DQs). Amadureceu a compreensão de formação consciente de uma nova geração dirigente no Partido. Nas últimas conferências estaduais e na plenária final do 13º Congresso, dezenas de quadros foram eleitos pela primeira vez para Comitês Estaduais (CEs) e Comitê Central (CC). Houve renovação em funções importantes nos CEs, inclusive na presidência em vários estados. Trabalha-se a substituição na presidência nacional numa Conferência em 2015. Processou-se desde o início o cadastramento de quadros nas esferas nacional e estadual.

O 13º Congresso, ao avaliar o ciclo político iniciado em 2003 com Lula, constata que vivemos no momento uma fase de transição entre o neoliberalismo, que tem elementos fortes na política macroeconômica, e um projeto nacional de desenvolvimento. A ofensiva sistemática realizada pelo sistema de oposição composto

pelos setores financeiros, partidos de direita amparados pelo monopólio dos grandes meios de comunicação coloca esta transição numa encruzilhada. Ou avança nas mudanças no rumo de reformas democráticas ou recua para o neoliberalismo da década de 90.

A resolução política aprovada na plenária final do 13º Congresso, que tem como consigna “*Batalhar pelas reformas estruturais, fortalecer o Partido, assegurar a quarta vitória do povo*”, orienta no capítulo intitulado “*Perspectivas e tarefas atuais da edificação partidária*” no sentido de preparar o Partido para grandes embates políticos. Afirma:

“o 13º Congresso está seguro de que a Política de Quadros é a chave para as vitórias partidárias e deve se transformar no centro da direção organizativa do Partido.” Mais na frente afirma: “a garantia maior da perspectiva política, ideológica e organizativa partidária, do caráter e missão do PCdoB, é a coluna de quadros compromissada e coesa com a causa partidária.”

O acúmulo obtido na política de quadros do 12º ao 13º Congresso e a evolução da conjuntura política brasileira, colocam a necessidade de um salto na operatividade na política de quadros nos planos nacional e em todos os estados. Destaco como linhas indutoras para esse salto:

1. Assimilação nas direções do conteúdo e significado da política de quadros elaborada para o atual momento histórico. Debates nas Comissões Políticas Estaduais (CPEs) e Comissões Políticas nas capitais e maiores municípios são importantes para o avanço na compreensão de o Partido construir no processo de luta uma coluna de quadros revolucionários indo do CC, passando pelos CEs, CMs até as OBs.
2. Avanço na elaboração de políticas específicas para quadros com atuação nas diversas frentes do movimento social, levando em conta as características e as particularidades de cada frente.
3. Composição do Departamento Nacional de Quadros (DNQ) e Departamentos Estaduais de Quadros (DEQs) nos maiores estados com quadros experientes e respeitados na militância. Sugerimos que deles participem companheiros(as) das secretarias sindical, juventude, mulheres, movimentos sociais, ciência e tecnologia, cultura, de preferência o próprio secretário. A presença das secretarias com atuação de massa dá nova qualidade aos DEQs e introduz a pauta da formação e perspectiva dos quadros que atuam nessas frentes enquanto comunistas.
4. Em estados com menor nível de acumulação, o Comitê Estadual deve designar um responsável pelo DEQ que, integrado com a Secretaria de Organização, acompanhe a evolução e alocação dos quadros e busque a atualização do cadastro da Rede Vermelha (RV) e Rede de Quadros (RQ).
5. Na política de alocação de quadros em novas funções, devemos ter como norte a consolidação do trabalho em áreas já existentes bem como a ocupação de novos espaços em áreas estratégicas (grandes empresas, universidades, bancos, repartições públicas, bairros populosos etc.)
6. Os DEQs devem trabalhar desde já na perspectiva de constituir nas conferências de 2015 núcleos mais sólidos e com maior unidade política e ideológica nos CEs e CMs, especialmente nas capitais e maiores cidades.
7. “Mais vida militante para um Partido do tamanho das nossas ideias”, consigna do 7º Encontro Nacional sobre Questões de Partido (2011), passa pela constituição e formação de quadros dirigentes nas OBs. Objetivamente, as bases precisam estar no centro do radar dos DEQs e ser preocupação constante dos CMs e CAs nas capitais. O PCdoB é o único partido no país que assenta sua estrutura na organização de base militante (desde 1922). Não é só um partido de “correligionários” e sim de revolucionários que lutam pela construção de uma nova sociedade. A formação de um amplo e combativo, movimento político de massas, em luta pelas reformas estruturais democráticas no país, precisa da presença e do impulso das OBs dos comunistas, constituindo-se cada uma delas, sob a direção de seus quadros, em redutos políticos de massa e eleitoral do PCdoB. A resolução do 8º Encontro ao tratar do “inovador impulso organizativo” para fortalecer os CMs, especialmente os dos maiores municípios, e ativação das bases, afirma que “Serão instituídos Fóruns de Quadros de Base nas capitais, experiência que pode estar madura em outros grandes municípios, para uma nova fase na ativação dos organismos diretamente

ligados ao povo, propiciando troca de experiências, formulação de lutas e potencialização de suas ações. Ele estabelecerá um funcionamento regular e sistemático, para firmar pautas e agendas de atividades, controlá-las e oferecer apoio das direções ao trabalho de base, por meio dos comitês auxiliares e do próprio comitê da capital. Em suas instituições, será indispensável fixar os ‘pivôs’ das bases”, seus principais quadros dirigentes. Os Fóruns de Quadros de Base ao lado dos Fóruns dos Movimentos Sociais, também em estruturação em todos os estados, buscam colocar o Partido numa ação ofensiva política e de massas nas capitais e grandes cidades. Setores mais amplos da sociedade vão compreendendo que o PCdoB é indispensável para mudanças estruturais no país. Podemos afirmar que OBs vivas e atuantes são indispensáveis para se alcançar um PCdoB mais forte e influente na sociedade.

8. De grande significação para a interiorização do Partido é a estruturação dos Fóruns de Macrorregião. Os núcleos coordenadores desses fóruns, compostos por membros do CE e dirigentes municipais da região, buscam no dia a dia impulsionar os CMs e a integração partidária. Os quadros dirigentes desses núcleos coordenadores precisam entrar no radar de preocupação dos DEQs, especialmente nos estados com maior nível de acumulação partidária.

9. Cuidar em estabelecer maior interface dos DeQs com as secretarias de organização, formação, comunicação e finanças. A execução de projetos concretos impõe o empenho em ação conjunta de duas ou mais secretarias. Atualmente, a Secretaria Nacional de Organização, a Secretaria Nacional de Formação e Propaganda e a Escola Nacional João Amazonas lançaram um projeto ousado e fundamental de massificação do Curso do Programa Socialista (CPS) para quadros de base, CMs e CAs visando formar direções intermediárias e de base com consciência do significado e da atualidade do nosso Programa Socialista. Para o seu êxito é necessário um trabalho articulado nos estados entre as secretarias correspondentes.

Carlos Augusto Diógenes (Patinhas) – Membro do Comitê Estadual do PCdoB-CE, e do Comitê Central, desde o 8º Congresso; Coordenador do Departamento Nacional de Quadros.

QUESTÕES PARA DEBATE

1. Quais elementos da teoria do Partido Comunista como organização de vanguarda revolucionária devem ser resgatados para que ele se firme como força decisiva na luta pelo socialismo?
2. Cite (e comente): as orientações político-organizativas do PCdoB para superação dos problemas atuais da organização de bases militantes; o papel da Política de Quadros na construção de um *“Partido do tamanho das nossas ideias”*.

1. Emancipação da Mulher

A "CONTROVÉRSIA" FEMINISMO X MARXISMO

Revista *Princípios*. N. 18, jun/jul/ago, 1990, páginas 44- 49.

Loreta Valadares*

As teorias feministas provocam uma grande confusão a respeito da visão marxista sobre a condição da mulher. Vez por outra aparecem os que opõem a "questão específica" à teoria do materialismo dialético. Em contrapartida, negam também o papel específico da mulher na luta pelo socialismo. Loreta trata aqui de enfrentar esta pretensa controvérsia.

Não se trata de ironia nem de pretensão. A verdade é que não dá mais para ignorar a profícua produção teórica que analisa a condição da mulher, seu subjugoamento e opressão ao longo da história, sua resistência e luta, sua situação atual e perspectivas. Estes trabalhos, particularmente nos últimos quinze anos (com destaque para a década de 1970), forjaram uma concepção, uma teoria ou doutrina que se afirma como feminismo, com diversas matizes, de acordo com a origem, posição filosófica e política, ou ideologia das mulheres cientistas e grupos feministas que vêm pesquisando a relação mulher/sociedade. Nos diversos campos em que esta investigação é feita – sociologia, história, economia, antropologia, psicanálise – há um denominador comum: a crítica ao marxismo. Não importa sob que ângulo a investigação feminista é realizada, o marxismo é sempre citado, seja para dar o "ponto de vista feminista" sobre o marxismo, seja para reelaborar um marxismo "sob o ponto de vista feminista", como quer Schulamith Firestone ao afirmar a necessidade de "ampliar o materialismo histórico para incluir o que é estritamente marxista" (1) (grifo da autora), criando, assim, uma espécie de "materialismo histórico feminista". Outras correntes, reportando-se a uma visão estritamente biológica sobre o processo de dominação de um sexo pelo outro, defendem um tipo de "feminismo puro", isento de qualquer contágio teórico com o marxismo, porque, dizem, este reduz a luta de sexos à luta de classes, não levando em conta, portanto, a questão decisiva para a libertação da mulher: a re-apropriação de seu próprio corpo e dos meios de reprodução, pois a essência de sua dominação reside no fator biológico de sua condição de reprodutora.

As críticas à pretensa "insuficiência" do marxismo sobre a questão da mulher se faz presente em quase todas as análises sobre sua situação de dependência e inferioridade na sociedade, bem como sobre as origens de sua opressão. Evidentemente, as diversas teorias feministas não param somente na crítica à interpretação do marxismo sobre o processo de transformação da sociedade, mas, sobretudo, investem contra o caminho revolucionário apontado pelo marxismo para a luta de emancipação da mulher. Não obstante, as diversas contribuições teóricas nos terrenos da história e da sociologia, das pesquisas científicas no terreno da antropologia e até mesmo a tentativa de Juliet Mitchell que "empreende o grande esforço de resgatar a psicanálise como doutrina geral libertadora" (2) porque acredita ser "possível aprofundar o estudo do inconsciente do ponto de vista do materialismo dialético" (3), a verdade é que as teorias feministas têm provocado uma grande confusão teórica a respeito da concepção materialista histórica sobre a condição da mulher. Isto acaba por negar o marxismo como ciências e o socialismo como etapa de transição da sociedade capitalista para comunista (4). Consequentemente, nega-se também o papel específico da mulher na luta pelo socialismo por considerar que este não "resolve a questão específica" da mulher. Apresentam-se soluções (ou saídas) alternativas, no mínimo, utópicas, no sentido exato do conceito: prenunciam a luta feminista como fator determinante para o "advento de uma nova era" (5), sem indicar os meios concretos para a consecução de tal fim. Quando muito, tais indicadores reduzem-se (aí sim pode-se falar em redução) a fatores estritamente biológicos ou estão vinculados a uma visão existencialista (personalista) de mundo (6).

Não é mais possível permitir, sem contestação, esta visão eclética sobre o marxismo, não apenas quanto ao papel da mulher na sociedade, mas quanto à sua condição de ciência da sociedade. É o caráter científico do marxismo que vem sendo questionado. É preciso enfrentar a pretendida controvérsia entre o feminismo e o

marxismo, resgatando, deste último, sua inequívoca (e pioneira) contribuição científica sobre as raízes da opressão da mulher e retomar a perspectiva revolucionária sobre a luta de emancipação da mulher.

Este breve ensaio não pretende analisar exaustivamente (até por limitação de referencial bibliográfico) as diferentes concepções feministas, mas apenas sistematizar as principais críticas feitas ao marxismo e buscar respondê-las, ainda que de forma inicial, sob a ótica do materialismo histórico, da economia política marxista e do socialismo científico.

Fica evidente a preocupação de separar o marxismo do feminismo

Antes de procedermos a esta sistematização é necessário assinalar que o questionamento das correntes feministas modernas ao marxismo não se faz apenas quanto a possíveis omissões em programas de partidos comunistas em diferentes conjunturas históricas e diante de revoluções específicas. Estas também são feitas inclusive quanto às importantes e revolucionárias conquistas obtidas pelas mulheres na Revolução Russa de 1917 (7) que, mesmo quando reconhecidas, são consideradas limitadas e, segundo informação sem fonte de referência, de Andrée Michel "chegaram mesmo a ser suprimidas", porque teria "o poder" decidido, "depois de terminada a guerra civil, desenvolver a produtividade" (8). O papel das mulheres na Revolução Russa e as transformações reais nas suas condições obtidas sob o socialismo, bem como a situação da mulher e seu processo de emancipação na Albânia socialista (que nenhuma das correntes feministas procura sequer investigar), serão comentados em outro trabalho. Por ora, cabe dizer que a essência do questionamento ao marxismo diz respeito às bases científicas em que se assenta, atingindo-o, portanto, como ciência, negando-lhe o papel revolucionário causado por seu advento no terreno das ciências sociais e, finalmente, obstruindo seu caráter revelador (enquanto ciência) das leis objetivas que regem o desenvolvimento da sociedade e sua aplicação revolucionária (9) até o fim pelo proletariado – classe mais avançada da sociedade – até acabar com todas as formas de exploração e opressão. Ao retirar a essência revolucionária do marxismo (enquanto ciência e guia para a ação – não um dogma), que é exatamente pôr a descoberto a coincidência objetiva do desenrolar objetivo (a redundância é necessária) da sociedade – com os interesses da classe operária, a única que não aspira perpetuar um regime social caduco – retira-lhe também seu instrumental revolucionário de análise da realidade, sua condição de arma teórica (e prática) na luta contra a exploração e opressão que se quer acabar. Assim, também, subtrai-se do marxismo seu significado na luta de emancipação da mulher. Esta preocupação fica evidenciada na ansiedade das teóricas feministas em "distinguir" o marxismo do feminismo, dando a este uma conotação de ciência que, quando muito, pode utilizar o arcabouço marxista (suas categorias), mas nunca sua essência científica e, muito menos, seu ponto de vista de classe.

Não é necessária uma profunda investigação para demonstrar esta preocupação (ou mágoa). Ela fica transparente na queixa de Claude Alzon: "Jamais se fez, no plano teórico, para as mulheres, o que foi feito para os operários, isto é, distinguir claramente sua exploração (lucro tirado pelos homens do seu trabalho) e sua dominação (tudo o que constitui o poder masculino)" (10).

No entanto, não pode deixar de acrescentar: "É verdade que, para o marxismo, um não anda sem o outro, o poder do opressor sendo destinado a permitir a exploração do oprimido", (11) embora, mais adiante, prossiga criticando a tese de Engels sobre a origem do patriarcado.

O que se quer, então, é uma teoria científica exclusiva para as mulheres? Desligada da dialética do processo de desenvolvimento das leis mais gerais de toda a sociedade? Acima da posição econômico-política ocupada pelas mulheres nas diferentes formações econômico-sociais, independente das relações de exploração e dominação a que são submetidas as classes oprimidas nas diversas etapas históricas? Impermeável à luta de classes e a ela desenvolvendo-se paralelamente sem "contágio"? Isso, ou o que quer Schulamith Firestone, uma espécie de marxismo para as mulheres ao afirmar que "podemos desenvolver uma visão materialista da história, baseada no próprio sexo" (12) pois, "para a revolução feminista, precisamos de uma análise da guerra dos sexos tão completamente quanto para a revolução econômica foi a análise de Marx e Engels sobre o antagonismo de classes" (13) (grifos nossos).

E isto porque, acrescenta, "a doutrina do materialismo histórico, por mais que tenha representado um avanço significativo em relação à análise histórica anterior, não foi a resposta completa, como os fatos posteriores confirmaram" (14).

Que fatos? A autora de *A dialética dos sexos* não indica. E, baseada em sua avaliação do marxismo enquanto ciência, permite-se parafraseá-lo, "completando-o sob a ótica da dialética dos sexos". A esta formulação tem-se chamado de feminismo radical, uma das vertentes do feminismo moderno.

Também Juliet Mitchell, em outro tom, lamenta o que considera a "debilidade original existente na discussão tradicional da questão (a da subordinação da mulher, esclarecimento nosso) nos clássicos. Pois embora os grandes estudos do século passado sublinhassem, todos, a importância do problema, não o "resolveram" teoricamente. As limitações de sua abordagem jamais foram transcendidas posteriormente" (15). Padeceria, assim, o marxismo de um tipo de "estigma de origem", na análise das raízes da opressão da mulher: o de não resolver o problema fora (ou independente) da análise do processo de desenvolvimento e transformação da sociedade, reduzindo-o a soluções "exclusivamente econômicas" e não elaborando uma teoria própria, permanecendo "a libertação das mulheres (...) como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela" (16).

Síntese da concepção emancipacionista

O feminismo emancipacionista – que vem formulando o ponto de vista materialista histórico sobre a questão da opressão à mulher – entende e analisa a especificidade da mulher como fruto da perda da liberdade de produzir e confinamento à esfera privada, com consequentes derrotas no plano político-jurídico (derrota do direito materno, por exemplo), afirmando, portanto, a opressão específica em íntima relação com o processo de surgimento de propriedade privada, transformando a própria mulher em propriedade do homem (Marx, in *A Ideologia Alemã*). Consequentemente, a opressão específica da mulher, sua gênese, seu processo de formação, coincide no tempo (Engels, in *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*) com o aparecimento das classes, com elas se entrelaçando e refletindo seu antagonismo e sua luta ao longo da história, nas diversas etapas e em diferentes formações econômico-sociais. A opressão específica da mulher caminha e se desenvolve "pari passu" com a opressão social, de classes, caracterizando, assim, a mulher como oprimida enquanto ser sexual e ser social (Bebel, in *A Mulher e o Socialismo*), com seus correspondentes reflexos e formas na superestrutura. E assim como na relação base/superestrutura esta incide sobre aquela com relativa independência, também a especificidade da opressão da mulher assume formas próprias no terreno cultural, político, ideológico, sexual, que atuam conjuntamente e se entrelaçam à opressão (exploração) social. Em decorrência deste ponto de vista materialista histórico, livrar-se da opressão específica – emancipar-se – exige a via revolucionária que aponta o caminho do socialismo, único regime que resolve a contradição básica da sociedade de classes capitalista – produção coletiva x apropriação individual transformando esta última em social, ao eliminar a propriedade privada sobre os meios de produção. Deste modo, o socialismo abre as portas à completa emancipação da mulher. Nesta perspectiva, o grande desafio, posto para o feminismo emancipacionista (que também o diferencia de outros feminismos) é a mobilização das massas de milhões de mulheres – principalmente operárias, camponesas, trabalhadoras em geral, estudantes, intelectuais progressistas para abraçar a causa da emancipação da mulher em sua especificidade, mas interligada com a luta revolucionária rumo ao socialismo, único caminho capaz de acabar com toda a exploração e opressão; o que advir com a passagem para a sociedade comunista ("Do reino da necessidade para o reino da liberdade", Engels). Por fim, Simone de Beauvoir, na obra mais densa e sistematizada sobre a mulher, após uma breve análise sobre "o ponto de vista do materialismo histórico" (17), mesmo considerando que a visão de Engels "assinale um progresso (...) ela nos decepciona: os problemas mais importantes são escamoteados". E, mais adiante: "a exposição de Engels permanece, portanto, superficial, e as verdades que descobre parece-nos contingentes. É que é impossível aprofundá-las sem sair fora do materialismo histórico". (18).

Em todos esses arrazoados há uma base comum: a negação do marxismo enquanto ciência por sua "incapacidade" de, fora dele (de seus "limites", como querem), resolver o problema da subordinação das mulheres e de sua emancipação. Daí a necessidade de buscar outros "fundamentos científicos" que seriam aportados pelo feminismo, enquanto "ultrapassagem" teórica sobre a questão da mulher. Eis aí estabelecida a polêmica. Resta saber se ela é verdadeira. O que se quer é que o marxismo se negue a si mesmo e passe a ter outra base filosófica e outra visão (não materialista) da história. O que estas formulações reivindicam é que o materialismo deixe de ser histórico e passe a ser mecânico (como era o velho materialismo dos séculos XVII e XVIII e da primeira metade do século XIX). O que se pretende é que o socialismo volte a ser eclético, saia do terreno da realidade e deixe de ser ciência!! (19).

É falsa a polêmica feminismo X marxismo. Parte de premissas incorretas no terreno das ciências sociais (base teórica quase sempre idealista e método de análise em geral metafísico) e de uma incompreensão básica do materialismo histórico enquanto ciência, portanto, do objeto de sua investigação. Qual é esse objeto? O materialismo histórico é a ciência que estuda as leis mais gerais do desenvolvimento da sociedade em seu

conjunto, em suas inter-relações. Diz respeito às relações mútuas entre todos os aspectos da vida social e não somente de relações e modificações em separado, de aspectos específicos, que são objetos de outras ciências especiais, como antropologia, história, ciência política etc. É claro que existem zonas de encontro entre as diversas ciências sociais, mas há especificidade em seus objetos. O materialismo histórico tem por objeto exatamente as leis gerais do processo histórico. Investiga as questões, por exemplo, sobre o caráter do regime social, sobre como se realiza o processo de desenvolvimento da sociedade, se é sujeito a leis ou se transcorre de forma anárquica, sobre como se efetua a passagem de um regime social a outro: enfim, sobre os nexos e inter-relações do complexo e contraditório curso do desenvolvimento histórico-social. Neste sentido, o materialismo histórico entrelaça-se necessariamente com as questões específicas, fornecendo elementos (indicadores) científicos para seu estudo e investigação.

Em que o materialismo histórico se opõe ao feminismo entendido como concepção sobre a especificidade da opressão da mulher na sociedade? Em nada, exceto que elabora a sua concepção – que pode se chamar de feminismo emancipacionista – investigando a especificidade da opressão da mulher em suas complexas inter-relações com os demais aspectos e leis da dialética do desenvolvimento da sociedade.

São as correntes feministas que se têm colocado em oposição ao materialismo histórico e à sua visão científica e metodológica das questões mais gerais da ciência social, sem cujo esclarecimento se torna impossível a explicação do desenvolvimento da vida social em seu conjunto. Consequentemente, fica-lhes difícil – se não impossível, dentro de sua visão estreita do problema específico – admitir o ponto de vista do materialismo histórico sobre a opressão da mulher e os caminhos de luta para sua emancipação; isto porque buscam a explicação sobre as origens e as formas de opressão da mulher fora das leis objetivas do desenvolvimento social e independente das causas últimas que originam as relações de dominação das sociedades antagônicas. Assim o fazem, com efeito, ao recorrerem exclusivamente à fundamentação biológica ou psicanalítica (ou à junção das duas) para explicar as desigualdades sexuais e definir os caminhos de sua solução. Mesmo as correntes que aliam à biologia e à psicanálise certos aspectos do materialismo histórico, assim o fazem tomando emprestado suas categorias e insistindo em suas "limitações" porque é fora dele, dizem, que se resolvem os problemas teóricos e práticos postos pela opressão dos sexos nas sociedades de classes. Na verdade, são estas correntes que encerram o feminismo em uma redoma ("traçam um círculo à sua volta", como pretende Schulamith Firestone fazer com o marxismo), isolando-o em sua especificidade (que é inegável), e apontando soluções, unilaterais. "Não enxergam o bosque" como diria Engels (20). O resultado é que embora as diversas correntes feministas tenham contribuído em aspectos teóricos sobre a especificidade da opressão da mulher e, enquanto movimento, na tomada de consciência da opressão específica, surge uma formulação teórica eclética que não ultrapassa o horizonte da luta de sexos ou se envolve com o véu do existencialismo. Fatalismo biológico ou idealismo existencialista.

O materialismo histórico, na realidade, é a teoria científica capaz de desvendar a especificidade da opressão da mulher relacionando-a com o processo de exploração e dominação desenvolvido na sociedade de classes, especialmente hoje, na sociedade capitalista. É evidente que são necessárias respostas teóricas e práticas sobre a questão específica. A sociedade moderna, a agudização da luta de classes da sociedade capitalista na era do imperialismo, tanto no campo das ciências sociais como naturais, o avanço tecnológico etc. colocam a necessidade, hoje, de se desenvolver teoricamente a especificidade da opressão da mulher. Por outro lado, também é necessário avançar no terreno da luta, transformando o movimento feminista em poderoso instrumento que envolva milhões de mulheres na luta contra a opressão de sexos e a exploração e dominação de classes. O feminismo emancipacionista pode vir a fazer isto.

Sabemos que a sociedade de classes, patriarcal, impõe a condição de subalternidade à mulher e a opressão de sexos. André Michel fala na "ocultação" (21) feitas pelas ciências sociais quanto à condição da mulher, no que concordamos. A história da mulher, seu papel na sociedade, sua participação no processo de transformação social, seu alijamento do poder político, tudo isso precisa ser desvendado pela ciência social. O materialismo histórico é a teoria científica que fornece os elementos para esse desenvolvimento teórico (e prático) porque é a única que vê como originalidade da questão específica exatamente seu entrelaçamento – e não absorção – à questão da emancipação social.

À luz do que foi dito, quais são, então, as principais críticas (divergências) em relação ao marxismo? A primeira, e mais geral, que permeia todas as correntes feministas, é a de que o marxismo "reduz tudo ao econômico". Assim pensa Simone de Beauvoir quando, ao referir-se à análise de Engels (que ela apresenta de forma esquemática) em *A Origem da Família*, afirma: "Este (o materialismo histórico) não pode fornecer soluções para os problemas que indicamos, porque tais problemas interessam o homem em sua totalidade e não

essa abstração que se denomina homo aeconomicus" (22). De igual modo, Juliet Michell, também analisando a mesma obra de Engels, diz: a "solução" apresentada por ele e por Marx "mantém este tom excessivamente econômico ou entra no domínio da especulação deslocada" (23). Schulamith Firestone, vai mais além: quer "reelaborar" o materialismo histórico porque, no seu entender, "existe um nível da realidade que não deriva diretamente da economia" (24). Porque diz, "apesar de Marx e Engels fundamentarem sua teoria na realidade, era ela apenas uma realidade parcial". E prossegue criticando "a definição estritamente econômica: (grifo nosso) do materialismo histórico, tirado do livro Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, de Engels" (25), quando este designa o materialismo histórico como aquela concepção da história universal que vê no desenvolvimento econômico a causa última de todos os acontecimentos históricos (26).

Eis a crítica das teóricas do feminismo. As afirmações são contundentes: o marxismo reduz tudo ao econômico. Lamentável incompreensão da essência do materialismo histórico, seja por uma visão limitada da sociedade, enquanto objeto de investigação científica, seja por mecanicismo teórico e metodológico. Daí resulta uma interpretação do materialismo histórico (até mesmo da definição de Engels) como uma teoria rígida, aplicável a "qualquer época histórica como uma simples equação de primeiro grau", como o próprio Engels ironiza (27). Na verdade, são as teóricas do feminismo que reduzem à economia o complexo processo de desenvolvimento da sociedade cujas leis são analisadas pelo materialismo histórico. São as demais correntes feministas que entendem o marxismo de forma reduzida, atribuindo-lhe, até, esta ridícula formulação de que a economia é o único fator que rege o desenvolvimento da sociedade. Parece que a metafísica embarça-lhes a visão científica, o que as leva concluir que as categorias "causa última" e "causa única" sejam idênticas!

A problemática tampouco é nova. Ao contrário, é tão antiga quanto o surgimento do marxismo. E nada melhor do que Engels mesmo para responder à questão, o que fez em 1890, em carta a Bloch, em longo e preciso esclarecimento:

"(...) segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Marx, nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos quais nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante" (grifos de Engels) (28).

E prossegue dizendo: "sem cair no ridículo, será muito difícil explicar, com apoio na economia, a existência de todos os pequenos Estados alemães do passado e do presente" (29), para exemplificar.

Ao final, diz: "Se os mais jovens insistem, às vezes, mais do que devem, sobre o aspecto econômico, a culpa em parte temos Marx e eu mesmo. Face aos adversários, éramos forçados a sublinhar este princípio primordial que eles negavam e nem sempre dispúnhamos de tempo, de espaço e oportunidade para dar a importância devida aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações".

E lamenta que, "com muita frequência se pense ter compreendido totalmente uma nova teoria e se possa manejá-la, sem mais nem menos, pelo simples fato de haver-se assimilado – e nem sempre de maneira exata – suas teses fundamentais".

Engels já disse tudo. Quem quer que pense que o marxismo afirma que a opressão de sexos deriva diretamente da economia (e que, portanto, explicada a economia, tudo está explicado e não há necessidade de desenvolvimento teórico em aspectos específicos – a questão da mulher, por exemplo) ou não entendeu o marxismo, ou deliberadamente o rejeita (no que tem todo direito: o que não se pode fazer é atribuir-lhe o que não diz, expondo suas teses parcialmente e assumindo uma atitude científica pedante, previamente "imune" à crítica do marxismo, às possíveis incongruências de suas formulações).

Aí está. O marxismo não ignora a opressão de sexos por "embuti-la" em meio a fatores econômicos que seriam os únicos a determiná-la diretamente. Entende-a, isto sim, entrelaçada com o processo de desenvolvimento da história que, em última instância, é determinado pela produção e a reprodução da vida real. Ao analisar o processo de produção e reprodução da vida real, desde as primeiras obras, Marx e Engels dedicaram explícita atenção às raízes da opressão da mulher e sua relação com a própria origem da exploração e opressão social. Nem uma só vez disseram que a opressão da mulher era coisa secundária, que não necessitava ser analisada e indicadas as formas de luta para a sua superação.

NOTAS

- (1) FIRESTONE, Schulamith, A Dialética dos Sexos. Rio, Labor do Brasil, 1976, p. 16. Com isto, Firestone quer colocar o marxismo dentro de um "círculo" (ou seja, "dentro de seus limites") e, "para além das fronteiras", dar ao materialismo histórico seu "real" alcance: (fora dos limites do marxismo) a dialética dos sexos como a lei objetiva da transformação da sociedade, da qual derivam o modo de produção e a superestrutura!!!
- (2) GUTIÉRREZ, Raquel. O Feminismo é um Humanismo. Rio, Antares, SP, Nobel, 1985, p. 36.
- (3) Ibid, p. 73. A propósito, Mitchell parece ter alguma dúvida. Em sua coletânea Psicanálise da Sexualidade Feminina, Rio, Campus, 1988, p. 1, ao apresentar o trabalho sobre Freud e a distinção sobre os sexos, escrito em 1974, ela diz: "este pequeno trabalho demonstra um aspecto de meu interesse na Psicanálise àquela época – um interesse que não se manteve. Então eu ainda esperava ser possível provar a utilização da Psicanálise como uma ciência incipiente da ideologia do patriarcado – de como vivemos de uma forma masculina ou feminina, em sociedades patriarcais".
- (4) LÊNIN, El Estado y la Revolucion. Buenos Aires, Polêmica, 1973, p. 106, capítulo 2 "La Transición del Capitalismo al Comunismo".
- (5) GUTIÉRREZ, Raquel. op. cit., p. 129.
- (6) MICHEL, André. O feminismo, uma abordagem histórica. Rio, Zahar, 1982.
- (7) Infelizmente hoje, sim, abandonadas pelo retrocesso capitalista provocado pela traição revisionista e a implantação da "Perestroika".
- Nas palavras de seu próprio criador, Gorbachev, deu-se "um resultado paradoxal de nosso desejo sincero e politicamente justificado de tornarmos as mulheres iguais aos homens em tudo" (...) "por isso é que estamos promovendo acirrados debates na imprensa, nas organizações públicas, no trabalho e no lar sobre o que deve ser feito para que as mulheres possam retomar suas missões puramente femininas" (grifo nosso). GORBACHEV, Mikhail. Perestroika, SP, Best Seller, 1987, p. 133 e 134.
- (8) MICHEL, André. op. cit. p. 74.
- (9) Característica fundamental do marxismo é a indissolubilidade entre a teoria e a prática, fonte permanente do seu desenvolvimento e de seu caráter profundamente crítico e criador.
- (10) ALZON, Claude. La femme potiche et la femme bonniche. Paris, Maspero.
- (11) Ibid.
- (12) FIRESTONE, Schulamith, op. cit., p. 16.
- (13) Ibid, p. 12.
- (14) Ibid, p. 14.
- (15) MITCHELL, Juliet. "Mulheres: a Revolução mais Longa", artigo publicado na Revista Civilização Brasileira, nº 14, Rio, 1967, p. 7.
- (16) MITCHELL, Juliet, op. cit., p. 11.
- (17) BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio, Nova Fronteira, 1980, p. 73.
- (18) Ibid, p. 75 e 76.
- (19) Engels, em sua obra Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, diz que "para transformar o socialismo em ciência, fazia-se mister, antes de mais nada, situá-lo no terreno da realidade". E, mais adiante, acrescenta: "dois grandes feitos – a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia – são devidos a Marx". E é graças a eles que o socialismo se transforma numa ciência, que só precisa ser desenvolvida em seus pormenores e inter-relações. Engels, op. cit. SB, Fulgor, 1962, p. 54, 63.
- (20) ENGELS. op. cit., p. 57, ao referir-se ao método metafísico de investigação assim o caracteriza: "(...) esbarra sempre, cedo ou tarde, num obstáculo, vencido o qual se transforma em método unilateral, limitado, abstrato, perdendo-se em contradições insolúveis; absorvido pelos objetos concretos, não chega a alcançar sua concatenação; preocupado com sua existência, não se detém em pensar em sua gênese nem em sua transitoriedade; concentrado em sua imobilidade estática, não observa sua dinâmica; obcecado pelas árvores, nem consegue ver o bosque".
- (21) MICHEL, André. Op. cit., p. 9.
- (22) BEAUVOIR, Simone de. Op. cit., p. 76.
- (23) MITCHELL, Juliet, op. cit., p. 10.
- (24) FIRESTONE, Schulamith, op. cit. P 16-
- (25) Ibid, p. 14.
- (26) ENGELS, op. cit., p. 24.
- (27) ENGELS, "Carta a Bloch", Obras Escolhidas, SP, Alfa-Ômega, vol. 3, p. 285.
- (28) ENGELS, "Carta a Bloch", op. cit., p. 284.
- (29) Ibid, p. 286.

Loreta Valadares – Professora assistente de ciências políticas da UFBA [quando da publicação deste artigo].

EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES – QUESTÃO ESTRATÉGICA

ESTUDOS ESTRATÉGICOS – Maio/2012 – http://www.portaldaorganizacao.org.br/?page_id=1923&did=8

Curadora: Ana Rocha

Os marxistas sempre se preocuparam com a opressão da mulher na sociedade. O mais importante a destacar é que a visão marxista estudou a opressão da mulher num contexto histórico, social e materialmente situado, contribuindo para superar uma abordagem “essencialista” que via na natureza humana a base da dominação e da subordinação.

A 2ª Conferência sobre a Emancipação da Mulher realizada pelo PCdoB mobilizou em dois meses, 15 mil militantes homens e mulheres. Sua plenária final ocorrida em Brasília, nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2012, aprovou importantes resoluções. É um marco na história do PCdoB que reforça a importância desse debate para os marxistas.

Marx destacou as idéias de Fourier, que considerou o grau de emancipação das mulheres como índice do avanço social geral. O casamento, a propriedade e a família foram estudados por Marx, contextualizado-os numa determinada época e lugar. É a situação de subordinação da mulher aí submergia, no contexto de uma análise econômica e de evolução da propriedade.

Foi Engels, após a morte de Marx, que sistematizou essas teses no livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Engels afirmava que a desigualdade dos sexos era um dos primeiros antagonismos dentro da espécie humana: “O primeiro antagonismo de classes coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe, com a do sexo feminino pelo masculino” (1884)

Aí Engels situa a gênese da opressão da mulher afirmando que a herança, que era inicialmente de linha materna, mas com o aumento da riqueza e da propriedade, tornou-se de linha paterna, com o estabelecimento da monogamia e o confinamento da mulher ao domínio privado. A partir dessa premissa é que Engels afirma: “a emancipação das mulheres e sua igualdade com os homens são impossíveis e assim devem permanecer, enquanto as mulheres forem excluídas do trabalho social produtivo e restringidas ao trabalho doméstico, que é privado. A emancipação das mulheres só se torna possível quando elas são capacitadas a tomar parte na produção em uma escala ampla, social, ou quando os serviços domésticos pedem sua atenção apenas numa pequena medida.”

Por sua vez, August Bebel, tentou propor uma visão programática para a superação da opressão da mulher em seu livro *A Mulher e o Socialismo* (1889) onde ele afirma: “Todas as opressões sociais encontram sua raiz na dependência econômica do oprimido em sua relação com o opressor. Desde os tempos mais remotos, a mulher se encontra nessa situação”.

Clara Zetkin foi adiante ao defender a luta pelo direito ao voto das mulheres, apesar da posição contrária da II Internacional. Defendia uma legislação mais humana para as condições de trabalho da mulher na fábrica e uma organização para a operária. Defendia uma visão de classe na luta da mulher, e seu protagonismo no combate às desigualdades.

Como líder da revolução proletária e da construção do socialismo na União Soviética, Lênin viu a luta pela emancipação da mulher como componente da revolução proletária. Após a instauração do poder soviético, ele elaborou pessoalmente leis que favoreceram as mulheres. Tinha o seguinte entendimento: “A tarefa principal do movimento operário feminino consiste na luta pela igualdade econômica e social da mulher e não somente pela igualdade formal. A tarefa principal é incorporar a mulher ao trabalho social produtivo, arrancá-la da escravidão do lar, libertá-la da subordinação – embrutecedora e humilhante – ao eterno ambiente da cozinha e do quarto das crianças. É uma luta prolongada que requer uma radical transformação da técnica social e dos costumes. Porém, esta luta terminará com a plena vitória do comunismo”.

Já Alexandra Kollontai se destacou na crítica ao problema do amor e da mulher na sociedade burguesa. Kollontai enriqueceu a compreensão teórica sobre a situação da mulher. Perseguiu o objetivo político da completa independência legal, no casamento, direito ao aborto, do salário igual para trabalho igual, o apoio do Estado à maternidade e às crianças. Reforçou a dimensão ideológica da opressão da mulher.

Muitas foram as críticas à abordagem marxista sobre a opressão da mulher, sob o argumento de que ela é vinculada apenas a uma abordagem econômica, um apêndice das relações produtivas. Mas Marx e Engels demonstraram entender essa questão como parte de um único processo que envolve a reprodução, a manutenção da vida dos indivíduos, as relações sociais que os mesmos estabelecem e as relações de produção.

Os marxistas, na atualidade, continuam afirmando a contextualização histórica, social e econômica da condição das mulheres na sociedade. E a contribuição de vários autores (as) mostra uma evolução para o melhor entendimento do entrelace da opressão de gênero, classe, raça/cor, entre divisão social e sexual do trabalho, entre cultura e estrutura. De um melhor entendimento dos entraves ideológicos e subjetivos para a emancipação da mulher. Da necessidade de enfrentá-los transversalmente em todos os segmentos da sociedade atual, sem perder de vista a radicalidade da luta pela transformação rumo a outro sistema social, o socialismo.

No seu livro *Balanço Final*, Simone de Beauvoir, faz a seguinte reflexão: “O sistema esmaga os homens e as mulheres, e incita aqueles a oprimirem estas: mas cada homem adota e interioriza isso a seu modo; manterá seus preconceitos, suas pretensões, mesmo que o sistema mude. No passado, achava que a luta de classes devia ter prioridade sobre a luta dos sexos. Hoje considero que as duas devem ser travadas ao mesmo tempo.”

Como afirma o documento da 2ª Conferência do PCdoB sobre a emancipação das mulheres, o poder de mudar passa por saber origens, raízes de opressões e explorações, por construir saberes/poderes por mudanças. Passa por debates ampliados entre homens e mulheres comprometidos com o projeto socialista, rompendo as amarras do imediato. Significa enfrentar a dialética entre tempos, o aqui e o futuro. . . Partimos de uma totalidade como norte, a emancipação humana. Mas visamos ampliar a emancipação política das mulheres aqui e agora, levando em conta os processos micro e macro referenciados como: a condição desigual da vida das mulheres; discriminações e violências e as diferenças de todos os tipos.

Do tempo de Marx aos dias atuais, a sociedade evoluiu, as primeiras experiências socialistas foram derrotadas, outras, estão em curso, o sistema capitalista enfrenta uma de suas maiores crises, com desemprego crescente, aprofundamento das desigualdades sociais por classe, gênero e raça/cor. A inserção da mulher no mundo do trabalho e na vida pública em geral se deu mantendo condições de desigualdade, relacionada com a divisão social e sexual do trabalho e com a manutenção das responsabilidades domésticas para as mulheres. A mulher avançou, mas manteve-se a distância entre mulheres e homens. A mulher atual é provedora e cuidadora. O cuidado e as responsabilidades domésticas ainda são prioritariamente atribuídas às mulheres, prejudicando o desenvolvimento de suas potencialidades em todos os terrenos de sua participação pública, fomentando as desigualdades no mundo do trabalho e na representação política. Enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia, como afirma Helena Hirata.

O capitalismo separou a produção da reprodução, com o objetivo de reduzir o valor da força de trabalho e auferir maiores lucros. E os marxistas sempre entenderam que não se podia separar esses dois vetores da sociedade. O desafio atual é justamente uma nova articulação entre a vida privada e o mundo do trabalho, no sentido de preservar o direito de ambos os sexos de usufruir ambos os mundos sem sacrifícios individuais.

O receituário neoliberal de estado mínimo, de desregulamentação no mundo do trabalho, da mercantilização de políticas universais como de saúde e de educação, para tentar recuperar a taxa de lucro do capitalismo em crise, reforçou ainda mais a sobrecarga do cuidar para as mulheres. A flexibilização e a precarização do trabalho e o desemprego afetaram mais as mulheres. Estas têm menor índice de registro em carteira, o menor índice de contribuição para a previdência e o menor índice de sindicalização. . A precarização das condições de vida, por sua vez, favoreceu a desagregação do núcleo familiar, sobrecarregando ainda mais as mulheres. Segundo o último censo do IBGE, as famílias brasileiras são quase 40% chefiadas por mulheres, enquanto no anterior era de 29%.

A crise que abala sobretudo os países centrais capitalistas como os EUA e a Europa, vem levando os governos conservadores desses países a colocarem em xeque conquistas dos trabalhadores quanto a emprego, salários, aposentadoria e políticas públicas de saúde e educação. Tentam impor o receituário neoliberal para preservar seus lucros. Já o cenário da América Latina, onde governos populares resistiram a esse receituário, fortaleceram o papel do estado e tentam reverter a mercantilização dos serviços públicos. Abre-se um cenário de possíveis avanços para as mulheres.

Como afirma a carta “O Brasil para as brasileiras” aprovada na 2ª Conferência do PCdoB sobre a emancipação da mulher, “o país vive um momento histórico com perspectiva de acelerar o caminho para o novo projeto de desenvolvimento que contemple as mulheres e promova políticas de Estado visando a superação das desigualdades sociais e de gênero; avance na superação da sub-representação feminina promovendo a

participação das mulheres nos espaços públicos de poder; estenda a política de creche para todo o país, a exemplo do Programa Brasil Carinhoso, contribuindo decisivamente para a autonomia e para que as mulheres possam se liberar para a luta pela superação dos padrões atuais de atribuições de gênero na sociedade; consolide a política de combate à violência sobre as mulheres, expressa na atualidade na conquista da Lei Maria da Penha; implemente o fortalecimento do SUS, em especial da política de atenção integral à saúde da mulher e da garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos; promova uma educação de qualidade, inclusiva e não discriminatória; conquiste a equidade de gênero no trabalho, implemente a Política de Trabalho Decente e a jornada de trabalho de 6 horas de trabalho para que mulheres e homens possam desfrutar do ambiente doméstico, do tempo da vida social, familiar e pessoal.” E conclama as brasileiras e os brasileiros a lutarem pelo desenvolvimento e avanço democrático do país, a trilharem o caminho de luta pelo socialismo com equidade de gênero, rumo a uma sociedade justa, livre e igualitária.

Esta a plataforma atual de luta das mulheres. Ela fortalece a nova luta pelo socialismo, onde o caminho é o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, que tem como centro o investimento no setor produtivo da economia, a soberania nacional e o aprofundamento democrático, e o rumo é a transição ao socialismo, a partir da ruptura com o sistema capitalista e a instauração de um novo poder dos trabalhadores.

É nesse sentido que os marxistas vão aprofundando sua compreensão da importância de lutar desde já pelos direitos das mulheres, nos limites do capitalismo. Mas constatam que a situação atual de crise e de persistência das desigualdades sociais, por classe, gênero e raça/cor (termo aqui usado para se referir a uma construção política relacionada ao racismo na sociedade brasileira e não como classificação biológica) evidenciam a incapacidade do sistema capitalista de enfrentar estruturalmente essas desigualdades. Por isso mesmo a plataforma de luta de hoje se articula com um programa de construção do socialismo, sensível a gênero, raça/cor, geração e outras demarcações que produzem discriminações e desigualdades sociais várias.

O amadurecimento também se dá quanto à visão de que a transformação social almejada, se referencia na importância do investimento para que as mulheres sejam sujeitos do processo de transformação, conjugando emancipação política, políticas de ação afirmativa e mudanças pontuais nas relações de gênero, com auto-identificação com o projeto de emancipação das mulheres, que envolve a emancipação humana, numa sociedade sem classes, nem exploração.

Em contraposição a um feminismo de corte liberal que se referencia numa mulher genérica, os pressupostos marxistas apontam a necessária referência a uma mulher identificada com a classe e raça/ cor. Apontam para o entendimento de que o conceito de gênero que surgiu com um enfoque culturalista, reduzido a expressar posição, apenas à performática e ao discurso, aos condicionantes culturais que codificam o que seria masculinidade e feminilidade, é insuficiente por abstrair a estrutura econômica e social. Embora tenha trazido o importante aspecto relacional do gênero, é insuficiente ao entendimento do significado histórico-social da opressão de gênero e portando desprovido de uma perspectiva estruturante de enfrentamento das desigualdades.

Os desafios da conquista dos direitos políticos nos marcos do capitalismo; da superação da sub-representação feminina na sociedade, que se relaciona ao aprofundamento da democracia, à acumulação de forças para a transição ao socialismo, exigem o impulsionamento da equidade de gênero em consonância com o caminho para o fim da opressão de classe.

Se em algum momento o movimento progressista deu acento ao objetivo de trazer as mulheres para a luta, subestimando as questões privadas e os bloqueios e aspirações individuais, não se pode cair hoje na armadilha da ideologia neoliberal do indivíduo acima de tudo, desconsiderando o projeto coletivo de transformação. Evoluímos. Como imprimir um novo dinamismo a essa evolução, eis a questão.

Evoluir ainda mais passa por uma melhor clareza dos interesses do capitalismo em crise quanto às mulheres, pelo combate à ideologia neoliberal que pretende reforçar um papel conservador para as mulheres, sobrecarregando-as com as responsabilidades do cuidar. Por acompanhar a evolução das mudanças no mundo do trabalho e da família, das relações sociais, afetivas e sexuais. De melhor vincular a atual luta por direitos a um programa de transformação social. De dar passos mais efetivos para uma análise crítica das experiências socialistas derrotadas e das que estão em curso quanto às conquistas emancipadoras das mulheres.

Apresentação dos Textos

1 – Fourier e a emancipação das mulheres: Marx, Karl e Engels, Friedrich, Manifesto do Partido Comunista, Obras, t. VI, p. 541-543 – Edição Alemã

Nos primórdios do capitalismo, os ideólogos burgueses procuraram justificar “cientificamente” a inferioridade da mulher com base em suas particularidades biológicas, em suas funções reprodutoras da espécie humana e por sua “inclinação natural” em se ocupar da casa e da educação dos filhos. Em contrapartida, muitos pensadores progressistas pré-marxistas assumiram o combate a essas idéias reacionárias e defenderam a valorização social da mulher. Dentre eles os enciclopedistas franceses, na luta contra o feudalismo, e, mais tarde, os socialistas utópicos. Dentre eles, Charles Fourier. Este texto dá a dimensão da contribuição desse filósofo francês.

2 – Engels, Friedrich: Origem da família, da propriedade privada e do Estado, p. 56-58. Ring Verlag, Zurich (ed. alemã)

Neste livro é onde Engels situa a gênese da opressão da mulher a seu confinamento ao espaço privado, que coincide com a acumulação da propriedade e a necessidade de garantir a herança. Neste texto do livro ele explica como o casamento monogâmico foi uma derrota para as mulheres. A situação jurídica da mulher e as condições da sua libertação (ver texto da apostila, item 9, pág. 53,54,55)

3 – Por ocasião do dia internacional da operária: Lênin, V. I - publicado no dia 8 de março de 1920 no Pravda (número extraordinário) T. 40. p. 192-193

Neste texto, Lênin tenta demonstrar que a sociedade capitalista é incapaz de garantir até mesmo os direitos formais às mulheres, em contrapartida o poder soviético deu passos fundamentais para abolir a desigualdade jurídica, assegurando sua plena igualdade perante a lei.

4 – Bebel, August, La Mujer y El Socialismo – Akal Editor, 1977, Madrid, Espanha. Introdução (pág. 39 a 46)

Neste livro, Bebel analisa a evolução da situação da mulher na sociedade e apresenta um verdadeiro programa para a mulher no socialismo. Nesta introdução ele expõe a visão marxista sobre a opressão da mulher, situando-a como uma questão social, ao mesmo tempo em que a conquista de direitos nos marcos capitalistas não é suficiente para a garantia do fim das desigualdades entre homens e mulheres.

5 – Mitchell, Juliet. Mulheres: a Revolução Mais Longa, Revista Civilização Brasileira, ano III, nº4, julho de 1967, Rio de Janeiro.

A autora faz uma análise crítica ao marxismo quanto à prevalência da questão econômica. Dá contribuições ao repassar as diversas contribuições ao feminismo. Tem uma posição progressista ao apontar a necessidade de transformações estruturais para a emancipação da mulher. Por estruturas a ser consideradas ela aponta: 1- a produção; 2- a reprodução (o papel do surgimento dos anticoncepcionais); 3- socialização (composição da força de trabalho, o tamanho da família, a estrutura da educação) 4- A sexualidade. Juliet Mitchel foi leitura obrigatória no feminismo dos anos 70.

6 – Beauvoir, Simone de. Balanço Final, Ed. Nova Fronteira, 4ª Edição, Rio de Janeiro, a partir do original publicado em 1972.

Pode surpreender que em vez do Segundo Sexo, uma verdadeira bíblia dos anos 60, esteja apontando este texto. Não há dúvida que o Segundo Sexo é uma leitura obrigatória pelo aporte que deu ao apontar a importância da carga cultural e ideológica para o entendimento da opressão da mulher. Não é à toa que este livro tornou-se referência do movimento feminista contemporâneo. Mas a opção por este texto do Balanço Final, é porque ele condensa em primeiro lugar a afirmação de que o movimento de mulheres sozinho, guetizado, não vai transformar a realidade; segundo, porque chama à indignação com a realidade da mulher; terceiro, porque afirma a importância da ruptura das estruturas capitalistas de exploração, mas destaca a necessidade da luta desde já contra as brutais discriminações às mulheres, e quarto, porque se afirma feminista sem abandonar sua militância por um mundo melhor. É um texto curto de um volumoso livro, mas cheio de conteúdos.

7 – Moraes, Maria Lygia Quartim de Moraes. Marxismo e Feminismo : afinidades e diferenças, revista Crítica Marxista, nº 11, Editorial Boitempo, 2000, SP.

A importância deste texto se situa na resenha que faz das polêmicas do feminismo com uma reafirmação dos pressupostos marxistas para o entendimento da questão da mulher. Faz um apanhado do feminismo brasileiro e aponta os limites da categoria analítica dos estudos de gênero.

8 – Sorrentino, Sara. A Classe Operária e a questão de gênero, Revista Princípios Edição 26 – 1992. P. 42.

Este artigo reafirma como o marxismo colocou por terra a tese da base natural, fatalista, da opressão da mulher, e aponta as pistas para se entender a relação entre classe e gênero. Discorre sobre o embricamento entre a produção, a reprodução e a família. E mostra como o capitalismo separou a produção da reprodução visando seus interesses ao afirmar: “Assim como a humanidade chegou a uma situação de contradição antagônica entre a produção social e a apropriação privada dos meios de produção, também a reprodução – que deixou de ser coletiva, como nas sociedades primitivas, para se tornar um assunto gerido segundo os interesses da classe dominante e da manutenção da vida – deixa de ser problema coletivo, passando a ser uma questão privada. Ao assumirem o controle econômico, político e ideológico da sociedade, as classes impõem também o seu modelo de produção e reprodução da vida, segundo seus interesses e necessidades”.

9 – Valadares, Loreta. “A Controvérsia” feminismo x marxismo. Revista Princípios, nº 18, 1990, p. 44, Editora Anita Garibaldi, SP

Este artigo de Loreta virou uma referência até hoje pela sistematização que fez sobre o conteúdo da corrente emancipacionista. Isso depois de passar em revista diversas visões equivocadas sobre o marxismo, na época em destaque a de Shulamith Firestone, que com seu livro *Dialética dos Sexos*, se propõe a escrever uma teoria substituindo a luta de classes pela luta de sexos, numa total negação do marxismo enquanto ciência. Responde à crítica, sobretudo de Simone de Beauvoir e de Juliet Mitchell de que o marxismo reduz tudo ao econômico. E apresenta como principal resposta a essa crítica o texto de Engels de 1890, em sua carta a Bloch. Como apêndice a esse texto faz uma síntese do significado da corrente emancipacionista.

10 – Moraes, Jô, Pós-fácio do livro *As Faces do Feminismo*, de Loreta Valadares, Editora Anita Garibaldi, 2007. p. 119-128.

Neste pós-fácio a autora reafirma pressupostos do marxismo, a partir de artigos escritos por Loreta Valadares. Com destaque para o conceito de emancipação.

11 – Araújo, Clara – *Marxismo e Feminismo – tensões e encontro de utopias atuais*- Revista *Presença da Mulher* – encarte teórico. p. 1 a 15. 2000.

Em longo e extenso artigo, publicado depois de forma reduzida no encarte da revista *Crítica Marxista* nº11, Clara procura debater em que medida a teoria marxista, assim como as experiências práticas levadas a cabo neste século, contribuíram para a compreensão da natureza das relações sociais de gênero e do lugar das mulheres na sociedade e quais foram os seus limites. Aí ela afirma que coube ao marxismo o mérito de desenvolver a primeira análise mais sistemática sobre a opressão de gênero, desnaturalizando a condição de subordinação das mulheres e situando sua gênese num processo histórico e social. Fala também das alternativas do feminismo contemporâneo. Faz uma análise crítica da visão liberal cuja pauta continua sendo apenas a igualdade de oportunidades e direitos, da teoria do patriarcado que pretende considerar o problema da relação entre o homem e a mulher, em si, e não apenas em relação ao capital ou outras forças econômicas. Aponta que do ponto de vista de teorias gerais, o marxismo pode ser considerado como a perspectiva, que considerou de forma mais ampla a dimensão política da subordinação da mulher.

12 – Castro, Mary Garcia, *Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais*, Revista *Crítica Marxista*, nº11, Editorial Boitempo, 2000, SP.

Neste Texto a autora faz a crítica ao feminismo liberal que leva em conta uma mulher genérica desterrada da classe e da raça. Chama atenção para que um feminismo marxista se volte para a análise de setores populares em movimento e organizações de base. Destaca a necessária visão crítica do marxismo não só pelas feministas de esquerda, mas por todos os socialistas e comunistas, afirmando que na atualidade, um feminismo marxista é mais que um gênero de feminismo.

13 – Rocha, Ana, *Impacto da Ideologia Neoliberal na Subjetividade Feminina*, Revista *Presença da Mulher*.

O artigo chama atenção para o impacto do ajuste neoliberal sobre as mulheres. Destaca que a redução do papel do estado nas políticas públicas, a desregulamentação do mundo do trabalho trouxeram mais sobrecarga para as mulheres, acarretando novos dilemas, e consequências na sua saúde física e mental.

14 – Rocha, Ana, *Trabalhadoras da FAET, condições de trabalho e sobrecarga doméstica*, Editora Anita, Fundação Maurício Grabois, 1ª edição, 2012, SP

Este livro é a publicação da dissertação de mestrado da autora sobre pesquisa entre as trabalhadoras da fábrica metalúrgica de eletrodomésticos FAET. Analisa o sentido do trabalho, afirma a centralidade do trabalho no sistema atual, as consequências do ajuste neoliberal no mundo do trabalho e suas consequências sobre as mulheres. Problematisa a difícil vida das trabalhadoras que acumularam o papel de provedora e cuidadora. O papel do trabalho para a conquista da autonomia das mulheres, uma passo importante na sua caminhada emancipadora. Aqui destacamos a introdução e o 1º capítulo.

15 – Hirata, Helena, *Nova Divisão Sexual do Trabalho?, Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*, - São Paulo, Boitempo, 2002.

A autora é uma das estudiosas da questão da mulher e trabalho. Seu texto é fundamental à compreensão da entrada da mulher no mercado de trabalho em tempos de crise. O significado da divisão social e sexual do trabalho e a relação entre produção e as responsabilidades domésticas. No capítulo em questão Hirata analisa, a partir de um estudo de caso na indústria brasileira, a complexidade das consequências das flutuações de emprego da mão-de-obra feminina.

16 – Soares, Vera, *Mulher, Autonomia e Trabalho*.

Em uma atualização da situação da mulher trabalhadora, a autora apresenta dados e problematiza os fatores que impulsionaram a presença da mulher no mercado de trabalho, as desigualdades e os caminhos para enfrentá-las.

17 – Fraser, Nancy, *O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História*, Dossiê: *Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais*. p. 22 a 33.

Uma nova abordagem é apresentada ao discorrer sobre a cooptação das políticas de gênero pelo “novo espírito” do capitalismo pós-fordista. Analisa a subordinação da sua crítica radical a uma agenda neoliberal, que instrumentalizou muitas bandeiras do feminismo. Problematisa que perspectivas de mudança se apresentariam para a renovação do feminismo socialista. O destaque é o capítulo *O Feminismo e o “Novo Espírito do Capitalismo”*. Acrescento uma entrevista com a autora, para um melhor entendimento do espírito do texto.

18 – Saffioti, Heleieth I. B., Gênero, Patriarcado, violência, Editora Fundação Perseu Abramo, Brasil Urgente, 1ª edição 2004, SP

Este livro atualiza o debate de várias questões como a da violência, a importância da teoria, afirmação dos pressupostos marxistas e a problematização da questão de gênero. Saffioti demarcou no Brasil os estudos sobre a luta de classes e a questão da mulher e mais recentemente se aprofundou na questão da violência sobre a mulher, aportando novos elementos para o estudo da questão. Aqui destaco para leitura o capítulo 1 – Realidade nua e crua, aonde vai à fundo na denúncia da violência contra a mulher.

19 – Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, 2010, Mais Mulheres no Poder, Contribuição à formação política das mulheres

Destaco deste documento, a Unidade I: A Importância da Participação Política das Mulheres, que analisa a difícil participação política das mulheres, analisando os obstáculos a essa participação, como a maior facilidade com o social, na identificação com sua vivência de cuidado, às políticas locais, aos padrões diferenciados de socialização para homens e mulheres, dentre outros elementos. Este estudo ajuda a desvendar as dificuldades da participação e a resultante sub-representação das mulheres.

20 – Therbon, Goran, Sexo e Poder, A família no mundo: 1900-2000. Editora Contexto, 2006, SP.

A importância desse livro é seu estudo aprofundado sobre a evolução da família no mundo, suas novas conformações. Aqui apresentamos as Conclusões: Século vai, Século Vem que dá uma idéia geral da pesquisa, abordando as principais mudanças relacionadas a Sexo, e famílias no mundo.

21 – Documento da 2ª Conferência do PCdoB sobre a Emancipação das Mulheres

Esse texto foi debatido e aprovado na plenária final da 2ª Conferência, e contém o debate teórico sobre por qual emancipação lutamos, a atualidade da mulher brasileira e suas lutas no contexto favorável de avanço do governo Dilma., bem como um balanço atual do PCdoB quanto ao tratamento da questão como uma questão de todo o partido.

22 – Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, 2010, Mais Mulheres no Poder, Contribuição à formação política das mulheres

Um estudo cuidadoso e bastante abrangente é feito sobre a trajetória da luta das mulheres no Brasil, com destaque para a mobilização das brasileiras na Constituinte de 1988. Uma resenha bem feita que faz uma linha de tempo dos marcos de conquistas e campanhas das brasileiras. Tudo isso nas Unidades III e IV desse importante documento.

23 – Moraes, Jô, O Feminismo Brasileiro e suas formas. Brasília, Maio de 2012

O artigo atualiza o quadro de feminismo no Brasil hoje, suas diversas vertentes de atuação.

24 – Paiva, Marcos Caramuru de; e Medeiros, Fabiane, Políticas de promoção da igualdade de gênero na China: desafios para o futuro; Revista Mundo Afora, Políticas de promoção da igualdade de gênero, nº7, Brasília, junho de 2011, Publicação do Ministério das Relações Exteriores.

Aqui é feita uma análise evolutiva das conquistas das mulheres chinesas desde 1949, a partir da fundação da República Popular da China. Os autores dão informações precisas de situações de discriminações das mulheres chinesas que foram enfrentadas pelo poder socialista com leis e planos de enfrentamento no terreno da economia, política, educação, saúde, direito e meio ambiente. Admitem que ainda convivem na China de hoje valores tradicionais com práticas sociais novas, numa realidade em constantes mudanças.

Ana Rocha – Psicóloga. Membro do Comitê Central do PCdoB.

QUESTÕES PARA DEBATE

1. Qual o núcleo da crítica feminista ao marxismo e como se configura a refutação marxista desta mesma crítica?
2. Como se configura, no mundo e no Brasil de hoje, o caráter estratégico da luta pela emancipação das mulheres?

2. Questão Racial e Luta Antirracista

O RACISMO COMO ARMA IDEOLÓGICA DE DOMINAÇÃO

Revista *Princípios* N. 34, ago/set/out, 1994, páginas 28-38

Por Clóvis Moura*

Ao longo da história, o racismo foi a justificação dos privilégios das elites e dos infortúnios das classes subalternas. Agora ele se renova como instrumento de dominação

Sobre o racismo um dos temas mais polêmicos, instigantes e inesgotáveis do mundo moderno, concentram-se opiniões contraditórias, que discutem em vários níveis, as consequências de sua prática. A discussão sobre as diversas formas de sua atuação, significado e função vem sempre acompanhada de uma carga emocional, o que demonstra como a polêmica que se monta em torno de seu significado transcende em muito as questões acadêmicas, para atingir um significado mais abrangente, da ideologia de dominação. Somente admitindo o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente. Apenas desta forma poderemos compreender por que se trata de um conceito tão polêmico e, também, por que em determinados contextos políticos e momentos históricos o racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais.

O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político. É por isso ingenuidade, segundo pensamos, combatê-lo apenas através do seu viés acadêmico e estritamente científico, uma vez que ele transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica. Pelo contrário superpõe-se a essas conclusões com todo um arsenal ideológico justificatório de dominação. Lapouge, um dos teóricos, dizia: “Estou convencido de que no próximo século milhões de homens se matarão por um ou dois graus do índice cefálico”. Isso foi escrito em 1880. O que esse teórico do racismo queria expressar eufemisticamente é que a humanidade travaria a maior guerra de sua história e que as diferenças raciais seriam um dos pretextos ideológicos de que os agressores lançariam mão para justificar a conquista de territórios colonizáveis. É uma constante o traço antropológico estar embutido na crista da ofensiva racista de dominação. Com isso não queremos dizer que toda antropologia é racista. Pelo contrário. Mas o que acontece é que a divulgação que se faz dessa ciência, especialmente para a opinião pública leiga, é nesse sentido. A expressão de Lapouge teve contestadores, mas o que se viu foi a florescência progressiva dessa posição no final do século XIX e início do século XX, a ponto de fazer com que milhões de pessoas dela compartilhassem. O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”.

Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças. Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”. O racismo larval

que encontramos em todos os povos antes da aventura colonialista passa a revestir-se de uma roupagem científica a ser manipulado como se ciência fosse. No particular podemos dizer que o racismo moderno nasceu com o capitalismo. Referimo-nos ao racismo como o entendemos modernamente, o qual procura justificar a dominação de um povo, nação ou classe sobre outra invocando argumentos “científicos”. Antes do aparecimento do capitalismo,

“(…) as tentativas feitas para justificar a dominação europeia sobre os indígenas eram fundadas em crenças sobrenaturais. Como os europeus eram cristãos, ao contrário dos povos submetidos, nada mais lógico e natural de que o Deus todo-poderoso dos cristãos recompensasse os seus adeptos. Os donos de escravos negros podiam inclusive justificar a escravidão em uma passagem do Velho Testamento, no qual se lê que os filhos de Cam foram condenados a ser lenhadores e aguadeiros. Obviamente, essas razões sobrenaturais logo começaram a perder seu valor e em seguida os brancos imaginaram outras justificativas mais de acordo com a natureza. A doutrina da seleção natural e da sobrevivência do mais apto foi um argumento que veio a calhar. A rapidez com que esse conceito puramente biológico chegou a dominar em todos os campos e atividades do pensamento europeu nos dá a ideia da necessidade urgente que se precisava para justificar a dominação. Nessa teoria universalmente aceita, a dominação europeia encontrou a forma de justificar-se que estava procurando. Já que os brancos haviam conseguido mais êxito que as outras raças, tinham de ser, per si, superiores a ela. O fato de que essa dominação tinha data muito recente foi justificado alegando-se que o europeu médio não tinha perspectiva mundial, assim como os outros argumentos que procuravam demonstrar que as raças restantes ocupavam na realidade uma posição inferior na escala da evolução física” (1).

É exatamente nesta confluência do capitalismo com as doutrinas biológicas da luta pela vida e a sobrevivência do mais apto que o racismo se apresenta como corrente “científica”. Surge, então, a ideia de raça como chave da história. Ela aparece exatamente na Inglaterra com Robert Knox (*Races of Men*, 1850) e na França com Arthur de Gobineau (*Essai sur l'inégalité des races humaines*). Para Alan Davies,

“(…) do primeiro surgiu o mito do gênio racial saxão – mais tarde anglo-saxão – e do último surgiu o mito do gênio racial ariano; mas ambos os mitos eram variantes do tema geral da superioridade branca europeia sobre os não-brancos. Sua gênese foi política. Knox procurava provar que o homem saxão era democrata por natureza e por isso o futuro dominador da terra. Gobineau, por outro lado, não gostava da democracia e procurou provar que seu surgimento era um sinal certo de decadência e da morte iminente da civilização. Em ambos os casos as raças não-brancas eram relegadas a uma posição inferior como símbolos dos elementos primitivos e não-criativos na natureza humana” (2).

Deduz-se, portanto, sem muito esforço, que o racismo pode ser considerado – da forma como o entendemos atualmente – um dos galhos ideológicos do capitalismo. Não por acaso ele nasceu na Inglaterra e na França e depois desenvolveu-se tão dinamicamente na Alemanha. O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular. Desta forma explica-se o sistema colonial e o pilar de seu êxito: de um lado, exterminar as populações autóctones das áreas ocupadas e, de outro, justificar o tráfico negreiro com a África, um dos fatores mais importantes da acumulação capitalista nos países europeus. As populações autóctones não tinham direito aos territórios onde viviam por serem primitivas; e às africanas, que já sofriam a maldição bíblica de Cam, juntava-se agora seu atraso biológico, sua semelhança e proximidade com os mais primitivos espécimes da raça humana, quer dizer, eram antropóides que se desviaram de sua árvore genealógica. Com isso, o chamado processo civilizatório tinha o respaldo da ciência. A afro-América, que compreendia, no século XVIII, o Caribe (Antilhas, Guianas), e grande parte da América espanhola continental (costa do Peru, partes do que são hoje a Venezuela e a Colômbia) já estavam inteiramente dominadas, e a justificativa para a sua dominação era a mesma: a incapacidade inata (biológica) que os nativos tinham para se civilizarem. Toda essa população nativa ou compulsoriamente trazida da África fazia parte de uma massa sem história, sem máscara, sem cultura, sem moral e sem perspectiva civilizatória.

Já no início do século XIX os teóricos racistas substituíram as explicações um pouco vagas por explicações “científicas”, como já foi dito, enquanto as demais áreas da Ásia, África e Oceania eram ocupadas com o mesmo pretexto. Foi a época áurea da antropometria, quando Gobineau, Ammon, Broca, Levi e Quatrefages desenvolviam pesquisas no sentido de saber se os habitantes das cidades eram superiores (por questões biológicas) aos camponeses pela sua capacidade craniana; se os nórdicos eram superiores aos alpinos ou, como queria Levi, se os mediterrâneos eram superiores a outras “raças”

europeias. Tais conclusões eram baseadas em pesquisas históricas; na mensuração de crânios e esqueletos; na medição de índices cefálicos, e na capacidade craniana de cada grupo pesquisado. Tudo isso, no entanto, representava, em última instância, as contradições e os conflitos das nações europeias em luta pela dominação continental. Convém notar que alguns deles, como é o caso de Gobineau, chegaram às suas conclusões antes de terem lido *A origem das espécies*, de Darwin, que surgiu em 1859 e deu novo alento a essas hipóteses com a sua teoria da “sobrevivência do mais apto”, criando a escola do darwinismo social. Como diz uma antropóloga, “havia-se descoberto uma razão” & “científica” & “que santificava o velho axioma & “o poder faz o direito” & “. Por outro lado, entrava-se na época aguda do colonialismo e as disputas pelos territórios conquistados ou a serem conquistados. Afirmou Ruth Benedict:

“O racismo converteu-se em grito de guerra durante este período nacionalista. A pátria, que necessitava de uma palavra-de-ordem aglutinadora, se outorgou um pedigree e um vínculo que levava a que qualquer homem podia compreender e sentir-se orgulhoso dele. O racismo foi, a partir daí, uma babel de vozes diferentes. Os franceses, os alemães, os eslavos, os anglo-saxões, todos produziram literatos e políticos consagrados a demonstrar que, desde o princípio da história europeia, os triunfos da civilização devem-se exclusivamente à sua ‘raça’” (3).

Como se vê, essa antropo-sociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco –, que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes, e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o nórdico, o alpino, o mediterrâneo, que passam a ser, de modo genérico, componentes da raça branca. E essa raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos. A partilha da África, feita por Bismarck na Alemanha, entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 criou uma trégua entre as nações conquistadoras, e com isso o mundo ficou dividido entre os brancos civilizados europeus e os povos não-brancos “bárbaros” e “selvagens”.

Civilizados que mandam e bárbaros que obedecem

Ordenado o colonialismo através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas regiões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham as multidões de desamparados e anônimos da história. Não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos constituíram, estruturaram e dinamizaram. As explicações eram fáceis e já vinham pré-fabricadas pela sociologia antropológica desenvolvida na Europa para dar aparência de verdade científica ao crime. A própria opinião pública liberal ou pretensamente humanista europeia achava essa espoliação natural e defendia o direito dos ditos civilizados de tutelarem os povos colonizados. Renan, neste sentido, escreveu:

“A regeneração das raças inferiores pelas raças superiores está dentro da ordem providencial da humanidade. O homem do povo é quase sempre, entre nós, um nobre renegado, sua mão pesada é mais acostumada ao manejo da espada do que ao utensílio servil. Prefere bater-se a trabalhar, isto é, regressa ao seu primeiro estado. Regere imperio populos, eis a sua vocação. Derramai esta devorante atividade sobre os países que, como a China, concitam a conquista estrangeira. Dos aventureiros que desinquietam a sociedade europeia, fazei um ver sacrum, um exame como dos francos, dos lombardos, dos normandos, e cada qual estará no seu papel. A natureza gerou uma raça de operários – é a raça chinesa – duma maravilhosa destreza de mão e quase nenhum sentimento de honra; governai-a com justiça, cobrando-lhe pelo benefício de tal governo um amplo erário em proveito da raça conquistadora, e ela ficará satisfeita; uma raça de trabalhadores da terra é o negro, sede para ele bom e humano e tudo estará em ordem; uma raça de senhores e soldados é a raça europeia. Que se reduza esta nobre raça a trabalhar no ergástulo como os negros e os chineses e ela revolta-se. Entre nós todo revoltado é, mais ou menos, um soldado que errou de vocação, um ser feito para a vida heróica e que constrangeram a uma tarefa contrária à sua raça, mau operário, soldado bom demais. Ora, a vida que revolta os nossos trabalhadores faria a felicidade de um chinês, dum fellah, seres de maneira alguma militares. ‘Que cada um faça aquilo para que nasceu e tudo correrá bem’ & ” (4).

Os europeus – arianos, mediterrâneos, alpinos etc. – neste contexto eram os brancos. A grande massa de povos colonizados era a população indistinta, e o denominador que as igualava era a vocação de servir, trabalhar para os brancos, que tinham o dom divino e biológico de governá-la. Com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), o racismo é remanejado em sua função instrumental. As metrópoles passam a ver as áreas coloniais como habitadas por povos indolentes, incuravelmente incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não-branco que, por esta razão, permanece subdesenvolvido. A teoria do pensamento pré-lógico desses povos, criada por L. Lévy Bruhl, condenava-os a uma posição de dependência circular, porque eram atrasados em consequência de sua própria estrutura psicológica, sendo refratários e impermeáveis à experiência e à razão e essencialmente religiosos. Estabelecia-se, assim, uma divisão estanque entre os povos dominados e os dominadores, pois esse pré-logismo impedia-os de passar da economia natural para a economia monetária (lógica) levada pelos dominadores (5). Neste sentido, K. Marx e F. Engels escreveram, em 1848:

“(…) devido ao rápido desenvolvimento dos instrumentos de produção e dos meios de comunicação, a burguesia arrasta na corrente da civilização até as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e faz capitular os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção. Numa palavra, modela o mundo à sua imagem” (6).

O imperialismo multiplica as formas do racismo, “moderniza-o” na medida em que há necessidade de uma arma de dominação mais sofisticada. Segundo a teoria de L. Lévy Bruhl, como éramos pré-lógicos, os movimentos de libertação que se dinamizavam nas regiões colonizadas ou dependentes não eram políticos, mas etnocêntricos, chauvinistas, xenófobos, nacionalistas ou messiânicos, ou seja, eram movimentos pré-políticos. Embora o conceito de movimentos pré-políticos tenha sido cunhado por um historiador grandemente ligado ao pensamento marxista – E. J. Hobsbawm – acreditamos que ele seja eurocêntrico, elitista e uma forma neoliberal de analisar e interpretar a dinâmica social. Se o aceitarmos, seriam excluídos como políticos todos os movimentos do chamado Terceiro Mundo; a luta de Zapata e Pancho Villa, no México; a de Sandino, na Nicarágua; o movimento camponês de Pugachov, na Rússia; todos os movimentos de libertação da África, como o kinganista, incluindo os Mau Mau e o de Lumumba. Tudo seria englobado sob o rótulo de milenarismo, salvacionismo ou messianismo, e seria descartada sua essência política.

Os povos “inferiores” não tinham condições de entrar no sentido universal da história, eram a-históricos. Com isto justificava-se a repressão contra eles e os seus líderes. Fora dos padrões normativos dos valores políticos europeus, civilizados e “normais”, não existiam movimentos que pudessem ser enquadrados como aceitos pelas nações dominadoras, como continuadores do “sentido” da civilização. As próprias lutas de libertação nacional eram (como acontece até hoje) consideradas revoltas intertribais, movimentos atípicos e perturbadores do processo civilizatório. Não tínhamos acesso à história, à civilização e à igualdade de direitos. A nossa inferioridade congênita e inapelável – biológica e psicológica – nos reduzia a satélites do processo civilizatório.

“A questão racial é essencialmente política e não apenas científica”.

Tudo isto era respaldado por uma intelectualidade que se apresentava como tutora do conhecimento, do saber e, ao mesmo tempo, assessora dos mentores metropolitanos. Como vemos, a chamada “questão racial” não pode ser compreendida se a interpretarmos como uma questão meramente científica, cuja solução será encontrada pelos antropólogos entre as quatro paredes de um laboratório ou nas salas de congressos de especialistas. Pelo contrário. Devemos partir de uma posição crítica radical, através da reformulação política, da modificação dos pólos de poder, especialmente das áreas do chamado Terceiro Mundo. É uma situação que ficará sempre inconclusa se não a analisarmos como um dos componentes de um aparelho de dominação econômica, política e cultural. No caso da América Latina, o racismo, como

ideologia do colonialismo, penetrou fundo no pensamento da elite intelectual colonizada. Todo o arsenal “científico” que vinha da Europa sobre a questão racial era aqui repetido sem ser filtrado, não porque fosse a “última palavra da ciência”, mas porque já vinha com o julgamento das metrópoles. No lado oposto expressava-se uma visão democrática e não racista do problema; esta corrente progressista era desacreditada pela intelligentsia colonizada. O cientista russo Tchernichevsky, por exemplo, escreveu que “os escravistas eram pessoas da raça branca, os cativos eram negros; por isso a defesa da escravidão nos tratados científicos tomou a forma da teoria da diferença radical entre as diferentes raças humanas”. E Jean Finot, em seu livro O preconceito racial, declarou: “as raças como categorias irreduzíveis existem somente como ficções nos nossos cérebros”. E mais: “as diferenças culturais existem e foram assinaladas neste livro, porém somente são produtos transitórios, como resultado de circunstâncias externas, e desaparecerão do mesmo modo” (7).

No entanto, essas conclusões anti-racistas eram consideradas heresias científicas. Sílvio Romero, depois de citar o antropólogo alemão Lapouge, endossando-lhe a tese da superioridade do alemão em relação ao francês, escreve sobre o pensamento de Finot: “Fugir das tolices do russo que se assina Finot, e cujo nome antigo é João Finkelhaus, literato de segunda ordem, ignorantíssimo em antropologia e ciência em geral” (8). Mas não era somente Sílvio Romero quem endossava o racismo no Brasil da época. E convém esclarecer que estávamos em pleno processo abolicionista e os escravistas e senhores de escravo tinham, como um dos suportes que legitimava a escravidão, a inferioridade biológica e cultural do africano. Euclides da Cunha, outro importante representante de nossa cultura dominante, repetia o mesmo pensamento racista. Sua posição em relação ao mestiço e ao negro não deixa dúvidas. Estuda o negro afirmando que “a raça dominada (negra) teve aqui dirimidas, pela situação social, as facilidades de desenvolvimento. Organização potente afeita à humanidade extrema, sem as rebeldias do índio, o negro teve, sobre os ombros, toda a pressão da vida colonial” (9). Para ele, o negro é a “besta de carga”, o “filho das paisagens adustas e bárbaras”; Palmares é “grosseira odisseia” e por isto a ação dos bandeirantes destruindo-o foi um benefício à nossa civilização; são “vencidos e infelizes”; o escravo negro é “humilde”, mesmo sendo quilomba, “temeroso”, “agulhoadado à terra”; são “foragidos”, a raça é “humilhada e sucumbida”. Para ele a desigualdade racial era um fato provado “ante as conclusões do evolucionismo”. O negro, como vemos, era o componente de uma raça inferior. O índio, por seu lado, não tinha capacidade de “se afeiçoar às mais simples concepções do mundo”. E, quanto ao mestiço desses cruzamentos, nos seus “parênteses irritante” não há lugar para ele, é um desequilibrado, de um desequilíbrio incurável, pois “não há terapêutica para este embate de tendências antagonistas” (10). A ideologia do colonialismo era, e ainda é, alimentada por toda uma literatura racista que nos vinha, ou nos vem, das metrópoles colonizadoras, para nos inferiorizar através da nossa própria autoanálise.

O racismo brasileiro quer um país “eugênico”

Passada a fase da abolição, com sua conclusão negativa para a população negra, e concluído o golpe militar republicano, com a persistência das oligarquias agrárias, o racismo brasileiro procura novas roupagens “científicas”. Na Europa o racismo entra em ascensão e transforma-se em força agressiva, agressividade que terá a sua conclusão na vitória do nazismo na Alemanha. No Brasil há uma recomposição ideológica do mesmo sentido. Essa tendência racista-elitista de nossa intelectualidade tradicional se revigora. Na época da ascensão do nazismo e do fascismo, houve aqui no Brasil um trabalho ideológico racista feito pela nossa intelectualidade. Essa divulgação e essa prática concentraram-se na Liga da Higiene Mental, que congregou grandes nomes da ciência. Jurandir Freire Costa, autor do livro História da psiquiatria no Brasil, afirmou que o programa dessa entidade tinha como objetivo a intolerância e o obscurantismo. Fundada em 1923 e dedicada à prevenção de doenças mentais, longe de estabelecer uma abordagem científica de doença mental, adotava e enfatizava posições nitidamente ideológicas, elaborando propostas no sentido da adoção apaixonada e integral do arianismo, da superioridade racial, justamente as que prevaleceram na Alemanha nazista. Seus membros mais conspícuos passaram a defender na área profissional, e publicamente, a esterilização e a segregação perpétua de todos os indivíduos considerados loucos ou desequilibrados, segundo os critérios de sua avaliação; daí passaram a pregar o mesmo destino para as pessoas de “raça inferior”, ainda segundo os padrões que adotavam e que definiam como tais os

não-brancos puros (11). “Já se quis uma reforma “eugênica” dos salários: maiores para os brancos, menores para os negros”. A pregação da Liga concentrou seus fogos particularmente na imigração: o Brasil deveria, nesse campo, adotar rigorosos critérios seletivos, em que se inseria a condenação à entrada de negros e asiáticos em nosso país – “rebotelho de raças inferiores” –, alegando que “já nos bastavam os nordestinos, os híbridos e os planaltinos miscigenados com negros”. Xavier de Oliveira, um dos membros da Liga, partidário do que entendia por eugenia, manifestava sua satisfação pela decadência incontestável e pela “extinção não muito remota” dos índios da Amazônia. A condenação ao fim próximo alcançava, também, os mestiços, cuja proibição de entrada no Brasil era encomendada pela Liga em 1928. Outra de suas reivindicações: a reforma eugênica dos salários, privilegiando os brancos. Reivindicava também concessão de benefícios econômicos e financeiros às famílias que procriassem indivíduos “superiores”. A mais audaciosa foi a criação de Tribunais de Eugenia, que decidiriam sobre a esterilização e o confinamento de membros das raças inferiores.

Em 1934 a revista Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, editada pela Liga, publicava a lei alemã de esterilização dos “doentes transmissores de taras”, com entusiástica introdução ao seu texto. “O mundo culto”, dizia a publicação, “tomava conhecimento da nova e grande lei alemã de esterilização dos degenerados”. A citada lei, de 14 de julho de 1933, era assinada por Hitler, além de Frick e Gurther, ministros do Interior e da Justiça, respectivamente. Outro artigo esclarecedor dos Arquivos foi aquele no qual o seu autor procurava demonstrar que a Inquisição operara a partir de uma “filosofia eugênica”, pois as suas torturas e seus sacrifícios “tiveram uma consequência benéfica para a raça”. Em 1934, conta ainda Jurandir Freire Costa, a Liga associava-se à polícia em ações “sempre caracterizadas pela truculência”; a polícia fornecia, confidencialmente, nomes e endereços de alcoólatras, que eram, então, procurados pelos psiquiatras da Liga e internados em hospitais e centros ditos de saúde mental; ali eram submetidos a tratamentos de acordo com os métodos da Liga, que funcionou, ostensivamente, durante três décadas. Nela pontificavam médicos de renome, particularmente psiquiatras: representavam a ciência oficial, isto é, a ciência das classes dominantes, numa época em que o nazismo já se manifestava e apresentava a raça alemã como “raça eleita”. Entre esses nomes famosos, figuravam Renato Kehl, presidente da Sociedade de Eugenia em 1929; Alberto Farani, presidente da Seção de Estudos de Cirurgia e Sistema Nervoso da Liga de Higiene Mental e chefe do serviço dos ambulatórios de Profilaxia Mental do Hospital Rivadávia Correia; Xavier de Oliveira, docente de Clínica Psiquiátrica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro e médico do Hospital Nacional de Psicopatas. À época da Liga de Higiene Mental, a década de 1920 e a primeira metade da década de 1930, surgiram e se ampliaram consideravelmente em nosso país, no campo quase virgem das ciências sociais, as teses de Oliveira Vianna, com uma obra toda ela de cunho racista, elitista e neocolonialista.

Assim como aconteceu na época de Sílvio Romero, a produção cultural dominante espelhava a alienação social e, conseqüentemente, cultural a qual estava submetida. A obra de Oliveira Vianna, em particular, é um marco significativo de como a intelectualidade brasileira deixa-se vergar ideologicamente e refletia em sua produção uma rejeição à sua própria condição de ser humano e social. Esta atitude representava, e atualmente ainda representa, uma negação e/ou fuga de nosso ser étnico, cultural e político, expressa através de uma produção estimulada pelo neocolonialismo; em outras palavras, o imperialismo tecnocrático.

Da derrota do nazismo ao aparecimento da Guerra Fria

Derrotado o nazismo, o pensamento de direita e especialmente o racismo entraram em recesso, e no âmbito das ciências biológicas e sociais houve toda uma rearticulação contra tais ideias. Foi o momento dos grandes pronunciamentos dos antropólogos e dos sociólogos, que repuseram a questão racial em termos científicos. Em 1950 divulgou-se uma declaração redigida na casa da Unesco por oito dos maiores nomes da antropologia e da sociologia mundiais, entre eles: Juan Comas, do México; Levi Strauss, da França; Morris Ginberg, da Inglaterra; A. Montagu (relator), dos Estados Unidos, e L. A. Costa Pinto, do Brasil. Nas suas conclusões diziam: a) Os antropólogos só podem estabelecer classificação racial sobre características puramente físicas e fisiológicas. b) No estado atual dos nossos conhecimentos, não foi ainda

provada a validade da tese segundo a qual os grupos humanos diferem uns dos outros pelos traços psicologicamente inatos, quer se trate da inteligência ou do temperamento. As pesquisas científicas revelam que o nível de aptidões mentais é quase o mesmo em todos os grupos étnicos. c) Os estudos históricos e sociológicos corroboram a opinião segundo a qual as diferenças genéticas não têm importância na determinação das diferenças sociais e culturais existentes entre diferentes grupos da espécie *Homo sapiens*, e as mudanças sociais e culturais no seio de diferentes grupos foram, no conjunto, independentes das modificações na sua constituição hereditária. Vimos produzirem-se transformações sociais consideráveis que não coincidem de maneira alguma com as alterações de tipo racial. d) Nada prova que a mestiçagem, por si própria, produza maus resultados no plano biológico. No plano social, os resultados, bons ou maus, que alcançou são devido a fatores de ordem social. e) Todo indivíduo normal é capaz de participar da vida em comum, compreender a natureza dos deveres recíprocos e respeitar as obrigações e os compromissos mútuos. As diferenças biológicas que existem entre os membros de diversos grupos étnicos não afetam de maneira nenhuma a organização política ou social, a vida moral ou as relações sociais.

Enfim, as pesquisas biológicas vêm escorar a ética da fraternidade universal; pois o homem é, por tendência inata, levado à cooperação e, se este instinto não encontra em que se satisfazer, indivíduos e nações padecem igualmente por isso. O homem é por natureza um ser social, que só chega ao pleno desenvolvimento de sua personalidade por trocas com os seus semelhantes. Toda recusa de reconhecer este laço social entre os homens é causa de desintegração. É neste sentido que todo homem é o guardião de seu irmão. Cada ser humano é apenas uma parcela da humanidade, a qual está indissolivelmente ligado. Depois desse documento saiu a Declaração de 1951, assinada por um grupo de antropólogos e geneticistas, que ampliava mais analiticamente o texto do primeiro, com as mesmas conclusões. Outro documento da Unesco, e nos parece que o último, redigido em Moscou, ainda é mais enfático na condenação ao racismo. No Brasil a reação não é diferente. Em 1935 surge o Manifesto dos intelectuais contra o preconceito racial, em que se enfatiza o racismo como anticientífico:

“O movimento contra o preconceito racial visa apenas a combater as influências estranhas que nos querem arrastar para o turbilhão dos racismos truculentos, como também contribuir para todos os meios para o estudo dos problemas surgidos na própria formação étnica, tendo sempre em mira promover maior harmonia e mais fraternal cordialidade entre os elementos que vão caldeando na etnia brasileira”.

Assinam o documento, entre outros, Roquete Pinto, Maurício de Medeiros, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Hermes Lima, Leônidas de Rezende e Joaquim Pimenta. Em seguida podemos citar o Manifesto contra o racismo, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, que foi aprovado por aclamação no dia 3 de setembro de 1942. O documento terminava nos seguintes termos:

“(...) queremos oferecer a todo o mundo civilizado a nossa magnífica filosofia no tratamento das raças como o maior protesto científico e humano e a maior arma espiritual contra as ameaças sombrias da concepção nazista da vida, este estado patológico de espírito que pretende envolver a humanidade numa espessa e irrespirável atmosfera de luto”.

Era a volta, também no Brasil, de uma ciência social que repudiava os postulados nazistas no julgamento das raças e a sua função e papel no processo civilizatório. Já haviam se realizado, nessa ocasião, dois congressos afro-brasileiros: o primeiro em Recife, em 1934, por iniciativa de Gilberto Freyre; e o segundo em Salvador, por iniciativa de Edson Carneiro, em 1937. Nos anais de ambos podemos ver a preocupação de muitos congressistas em relação ao problema racial e o seu dilema no Brasil. Dos anais do primeiro podemos destacar as comunicações de Mário de Andrade, Alfredo Brandão, Gilberto Freyre, Adhemar Vidal, Jovelino M. de Camargo Jr, Mário Melo, Rui Coutinho, Rodrigues de Carvalho e outros. Nesses autores nota-se a preocupação de descartar a inferiorização do negro, via fatores biológicos (inatos), e ressaltar a escravidão como causa de nosso atraso. No segundo congresso vemos a preocupação de Edson Carneiro, Artur Ramos, Donald Pierson, Aydano do Couto Ferraz, Alfredo Brandão e Jorge Amado, cada um a seu modo procurando encaminhar o tema no mesmo sentido. No terceiro congresso, realizado em 1982, as intervenções de Décio Freitas, Raimundo de Souza Dantas, Clóvis Moura, Gilberto Freyre e outros vão na direção de reabilitar o processo miscigenatório e destacar a participação social do negro em nossa

história, posição contrária à dos eugenistas da década de 1930, que consideravam este fenômeno um fator de degenerescência da sociedade brasileira.

A postura democrática em relação ao problema racial, que teve nos antropólogos e sociólogos da Unesco a expressão mais lúcida, começa em determinado momento, a ser contestada (12). No plano político internacional, por outro lado, saía-se da política de colaboração dos quatro grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial – Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos – para o confronto da Guerra Fria. Assistia-se, ao mesmo tempo, os movimentos de libertação da África, dentro do processo de descolonização que se dinamizava. Nesse contexto político iniciam-se os ataques às conclusões dos cientistas da Unesco. O mais relevante sintoma desse protesto e o que mais repercussão alcançou foi o de Arthur Jensen, professor de psicologia educacional da Universidade de Bekerley. Ele combate as conclusões da declaração da Unesco de 1951 e a de 1964. Afirma textualmente:

“O fato de que diferentes grupos raciais neste país tenham origem geográficas largamente diferenciadas e tenham tido histórias largamente diferentes, o que os submeteu a diferentes pressões seletivas econômicas e sociais, faz com que seja altamente provável que seus acervos genéticos difiram em algumas características comportamentais geneticamente condicionadas, inclusive inteligência ou capacidade de raciocínio abstrato. Quase todo o sistema anatômico, fisiológico e bioquímico investigado apresenta diferenças raciais. Por que seria o cérebro uma exceção?”

Já o professor de psicologia da Universidade de Londres e entusiasta de Jensen, H. J. Eysenck, baseando-se em testes de QI de jovens negros americanos, conclui pela existência de diferenças que, dentro da estrutura social atual (julgamentos de valor), significam inferioridade. Este cruzamento de resultados de testes com resultados de pesquisas de geneticistas é uma forma deliberada de confundir os fatos e chegar-se a uma conclusão preestabelecida. Por outro lado, todos sabem que as técnicas de medir a inteligência pelo nível do QI são cada vez mais contestadas. A antropóloga Ruth Benedict, antes dos professores citados, já punha em dúvida essas técnicas, especialmente quando aplicadas sem os diferenciais culturais e sociais. Cita o exemplo de uma comparação feita entre brancos do Mississippi, Kentucky e Arcansas com negros de Nova Iorque, Illinois e Ohio. O QI dos brancos do Sul é inferior ao QI dos negros do Norte. Os resultados foram os seguintes: Brancos Negros Mississippi 41,25 Nova Iorque 45,02 Kentucky 41,50 Illinois 47,35 Arkansas 41,55 Ohio 49,50 Fonte: BENEDICT, Ruth. Raza: ciencia y política. México, Fondo de Cultura Económica, p. 97. Contra esses dados, H. J. Eysenck conclui um de seus livros dizendo:

“(…) O reconhecimento da natureza biológica do homem e o reconhecimento da desigualdade geneticamente determinada, associados inevitavelmente ao seu desenvolvimento, são um começo absolutamente necessário a qualquer tentativa de utilizar os métodos da ciência e a razão, num esforço destinado a nos salvar dos perigos (sic) efetivamente reais com que nos defrontamos” (13).

Racismo e determinismo genético

É exatamente em continuação a essa biologização da história e da sociedade que, na década de 1970, surge uma nova ciência: a sociobiologia, sistematizada por Edward Wilson, da Universidade de Harvard, e assim definida:

“(…) uma ideologia biológica que, empenhada em provar que todo comportamento humano é determinado geneticamente, como nos animais, deu uma roupagem moderna ao velho darwinismo social. A partir daí a bibliografia só faz aumentar a lista iniciada com o Macaco nu e a História natural da monogamia, do adultério e do divórcio, da antropóloga norte-americana Helen Fischer, para quem há uma lei natural, inscrita em nossos genes, que molda o relacionamento efetivo e o acasalamento entre os seres da espécie humana. Outro livro deste gênero é Personae sexuais, de Camile Paglia, que considera os papéis sexuais, o machismo e a feminilidade decorrentes apenas de nossa natureza biológica e não, também, das relações culturais, históricas, estabelecidas entre homens e mulheres; relações condicionadas pela peculiaridades das épocas e dos lugares onde ocorreram” (14).

“Como o velho racismo, a sociobiologia procura explicações biológicas para fenômenos sociais”. Poderíamos citar mais de uma centena de obras da nova sociobiologia, mas o que se viu dá para perceber o renascimento do racismo via genética. O preocupante é que essas ideias não se exprimem apenas através de

livros, mas de uma prática universitária na direção da dominação ideológica do conhecimento. Neste sentido estava prevista, na Universidade de Maryland, a realização da conferência intitulada “Fatores Genéticos no Crime: Descobertas, Usos e Implicações”, cujo prospecto referia-se ao “aparente fracasso do enfoque social para o crime” e sugeria a realização de pesquisas genéticas para o desenvolvimento de métodos capazes de identificar – e tratar quimicamente – criminosos em potencial. A Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos, por sua vez, publicou em novembro de 1992 o relatório Compreender e prevenir a violência, sugerindo a realização de mais pesquisas desse tipo e na mesma direção, com investigações sobre marcadores bioquímicos e tratamento com drogas para comportamentos violentos e anti-sociais, embora admitindo a escassez de evidências substantivas para uma propensão ao crime de per si. Como se pode ver é a volta disfarçada aos métodos eugênicos dos cientistas do III Reich. Analisando tal situação, escreveu Patrick Bateson:

“(…) as diferenças existentes entre as pessoas são muitas vezes pensadas como adaptações, como produtos da evolução darwiniana e, portanto, como atribuíveis a diferenças genéticas. Para o não biólogo, ‘diferença genética’ é sinônimo de inevitabilidade – o problema começa aí. Às pessoas claramente exploradas ou oprimidas é dito que devem aceitar essa situação porque nada podem fazer para alterar os seus genes. Esse tipo de ideias, que penso não serem geralmente partilhadas pelos cientistas que parecem dar-lhes credibilidade, é agora parte de nossa vida política. Por essa razão, e talvez injustamente, o determinismo genético tornou-se o grande tema de muitas discussões públicas sobre sociobiologia (...) A ênfase no egoísmo e na luta pela existência na evolução biológica teve um efeito de confirmação insidiosa na opinião pública (Bateson, 1989). A competição foi encarada como motor da atividade humana. A experiência nas universidades e nas artes é avaliada pelos mesmos parâmetros que supostamente resultam tão bem no campo do esporte ou na feira. Os indivíduos prosperam competindo e vencendo. Esta visão da natureza humana, popular entre os políticos de direita, foi justificada pelo recurso à biologia, e os próprios biólogos foram, por sua vez, algo influenciados pelo movimento de opinião pública. (...) Nenhum de nós sabe tudo, e a nossa tendência para as generalizações tolas está sujeita à rápida correção por outros cuja experiência tenha sido diferente (...) Tal como as coisas estão, o apelo à biologia feito pela Nova Direita não se dirige tanto ao corpo coerente de ideias científicas como a um mito confuso. Pensa-se na biologia como tratando da competição – e isso significa luta. O conceito darwiniano da sobrevivência diferencial nutre-se da crença na importância do individualismo (15).

Discutindo o lado ético da aplicação da sociobiologia, ou da biologia em particular, escreveu Hilton Japiassu:

“(…) aliás, nos dias de hoje, parece inegável o impacto social na biologia sobre a vida de cada um de nós. Ela não constitui apenas uma pesquisa sem freios da verdade, isenta de toda e qualquer crítica política ou moral. Já foi o tempo em que se podia declarar, como H. R. Oppenheimer, um dos responsáveis pela construção das primeiras bombas atômicas, que: ‘(...) nosso trabalho mudou as condições da vida humana; mas a utilização feita dessas mudanças é uma questão dos governos, não dos cientistas’. Ora, a palavra-de-ordem ‘a verdade pelo amor à verdade’ torna-se hoje insustentável. Porque a ciência não é mais, e tampouco pode ser, considerada um domínio da exclusiva competência dos cientistas. Os trabalhos dos microbiologistas, por exemplo, que decodificaram as moléculas de ADN. Dão-nos a esperança de um controle genético de numerosos males surgidos no nascimento. Mas essas pesquisas já foram utilizadas, como testemunham os cientistas americanos Zimmerman, Radinsky, Rothemberg e Mayers, pelo governo dos Estados Unidos, para cultivar micróbios violentos destinados à guerra bacteriológica: ‘Essa pesquisa conduz a uma produção genética capaz de gerar subpopulações variadas, que poderão ser utilizadas pelos que detêm o controle tecnológico. Essas subpopulações poderão compreender soldados combativos, robôs resistentes para executar as tarefas físicas peníveis, ou filósofos-reis aos quais seriam transmitidos poderes hereditários’” (Autocritique de la science, Seuil, 1975) (16).

Estamos nas fronteiras do Admirável mundo novo, de Aldous Huxley, quando um dos seus personagens define felicidade: “E esse, acrescentou sentenciosamente o Diretor, é o segredo da felicidade e da virtude – gostar daquilo que se tem de fazer. Este é o propósito de tudo: fazer as pessoas amarem o destino social do qual não podem escapar”. Estaríamos plenamente na era do determinismo genético. O mundo apresentado por Huxley pode ser o objetivo desses cientistas. Mas a biologia genética, via engenharia genética, tem objetivos ainda mais seletivos e ideologicamente racistas. Sobre a visão de radicalismo epistemológico dessa postura científica, escreveu Hilton Japiassu:

“(…) os gigantescos progressos da biologia e da engenharia genética já tornaram possível uma outra forma de neo-eugenismo, desta feita bastante mais sofisticado. Diria que um neo-eugenismo fundado nas ciências biogenéticas já se anuncia, sem que possamos predizer de modo seguro quais serão as grandes opções para o futuro. O fato é que, nesse domínio, já existem sofisticados métodos permitindo a detecção dos ‘maus genes’, vale dizer, dos genes que, direta ou indiretamente, são responsáveis por certas doenças. Como nos lembra P. Tuiller, ‘(...) quaisquer que sejam os limites atuais da ciência médica em matéria de diagnóstico e de terapêutica, criou-se uma situação nova; doravante é possível concebermos em longo prazo um gigantesco empreendimento de purificação do capital genético da humanidade (ou de certas populações). O que levanta numerosas questões ao mesmo tempo técnicas e éticas’”. (Les passions du savoir, Fayard, 1988, p. 154) (17).

Em outras palavras, os detentores dessa sofisticada tecnologia podem programar, por exemplo, a cor da humanidade ou de alguns grupos ou populações (de acordo com os seus critérios de valor étnicos) considerados de “maus genes”. Se considerarmos a ideologia de quem monopoliza essa tecnologia, os negros e os não-brancos serão o objetivo desse projeto e tentarão projetar um mundo branco e de robôs.

A Europa ergue um muro contra não-brancos e pobres

Além deste racismo, há aquele que está se disseminando de forma crescente e cada vez mais agressiva. Em todo o chamado Primeiro Mundo (capitalismo imperialista central) ele vem se afirmando, quer por legislações que tornam indesejáveis no seu território membros de determinadas etnias, quer pela incorporação por parte de partidos políticos que endossam essa ideologia e, finalmente, pelo comportamento irracional de grande parte da população desses países.

Na Inglaterra, na França, na Áustria, e especialmente na Alemanha, o racismo vem aumentando assustadoramente, especialmente neste último país, onde se manifesta através do neonazismo, cuja violência tem feito desaparecer centenas de vidas e cujos métodos de ação são idênticos aos de Hitler. “Auschwitz Total, Hitler Superditador, Antiturdos à Prova: alguns títulos de jogos neonazistas”. Esses países começam a proteger-se dos “genes maus”, representados pelas populações não brancas em geral, que procuram “invadir” o recinto intocável das nações brancas. Esta ideologia racista cresce juntamente com a ideia da unificação da Europa. Há movimentos de extrema-direita por toda parte, como a Frente Nacional da França e os republicanos e neonazistas da Alemanha. Nos países nórdicos, como a Noruega, há parlamentares de extrema-direita ostensivamente racistas. Segundo Harlen Désir, para alguém eleger-se basta dizer: “Chega de árabes, jamaicanos e turcos!” Na França, segundo ele, parte da população não aceita a fusão e a formação de uma nação plurinacional e sem barreiras. Esta resistência é sentida principalmente nas regiões fronteiriças, onde o discurso de Jean-Marie Le Pen, líder da Frente Nacional, tem forte penetração. Na Alemanha e na Suécia estão virando moda videogames distribuídos pela extrema-direita britânica, com os sugestivos nomes Jogar em Reblinka ou Quando o Gás Tiver Terminado o Trabalho Você Terá Ganho (18). O jogador consegue pontos matando judeus, turcos, homossexuais e ecologistas ao som de Deutschland über Alles (Alemanha acima de tudo), estrofe glorificada por Hitler e depois da guerra suprimida do hino nacional alemão. Os ataques racistas se multiplicam e a ultradireita ganha terreno. Os governos da Comunidade Europeia mantêm leis discriminatórias contra os imigrantes dos países não-europeus, apesar de lá se encontrarem há mais de 15 anos. Não é de estranhar que os jovens transformem o videogame em propaganda racista, pois não é apenas na Alemanha e na Suécia que a juventude assim se diverte. Na Áustria o fato se repete: Auschwitz Total... Hitler Superditador... Antiturdos à Prova...

Segundo Sandra Lacut, da France Press, de Viena:

“(…) as escolas da Áustria e de outros países europeus foram invadidas por uma série de jogos de computador racistas e neonazistas, nos quais as crianças ‘dirigem’ campos de extermínio de judeus ou ‘compram’ gás para matar os imigrantes turcos. (...) Um estudo realizado pelo Ministério de Educação revela que na cidade austríaca de Lintz, onde Hitler passou parte de sua juventude, 39% dos jovens sabem que existem esses jogos neonazistas e 22% já os jogaram. Em Salzburgo, um em cada cinco jovens que tem um computador já viu publicidade neonazista em sua tela. Os videogames trivializam o Holocausto (assassinato em massa de judeus, ciganos, homossexuais, comunistas e dissidentes durante o nazismo) e incitam o ódio contra os judeus e turcos. O jogo Administrador de Campo de Concentração consiste em dirigir o campo de Treblinka (Polônia) e conseguir bastante dinheiro – por exemplo, arrancando os dentes de ouro dos judeus mortos – para adquirir o gás necessário

para aniquilar os turcos. Outro, chamado Prova Ariana, coloca perguntas que revelam ao jogador seu grau de pureza racial. Aquele que for apenas ‘meio ariano’ pode se desforrar ‘matando comunistas’. De acordo com o grau de ‘impureza do sangue’, o jogador pode ser varredor ou limpador de privadas. E o ‘judeu’ é automaticamente atirado na câmara de gás”.

O que à primeira vista parece ser apenas um detalhe vem demonstrar até que nível a propaganda neonazista está se aproveitando da nova tecnologia e da comunicação avançada nos mesmos moldes de Hitler. Segundo El País, os alemães e os belgas, de acordo com pesquisas feitas pela Comunidade Europeia, são os cidadãos europeus que mais admitem os seus sentimentos racistas. Mas é na França e na Grã-Bretanha que a xenofobia e a violência racial se mostram mais intensas. Nos últimos quatro anos (a pesquisa vai até 1990) houve 20 assassinatos motivados por racismo na França. As vítimas eram norte-africanos de nacionalidade ou de origem. Seis jovens cabeças raspadas (skin-heads) mataram a ponta-pés um tunisiano pai de quatro filhos. O policial que os deteve contou que aquilo que mais o chocou foi o fato de eles terem a sensação de nada terem praticado de condenável. Outros três jovens mataram a tiros um jovem harki (francês de origem argelina) “para se divertir”. Cerca de 76% das pessoas entrevistadas depois do assassinato dos três norte-africanos declararam: “O comportamento deles pode justificar as reações racistas”. Em 1989 ocorreram, em Londres, em média seis incidentes racistas por dia. O Instituto de Estudos da Polícia estimou em sete mil os casos conhecidos de racismo no país, mas sugeriu que a cifra poderia ser dez vezes superior. Isto porque as vítimas temiam denunciar as agressões “por falta de confiança na polícia”.

Uma mãe asiática suportou que seus filhos fossem esfaqueados e apedrejados – “Pensei que fosse um comportamento normal em relação aos estrangeiros” – e não procurou ajuda. Na Itália, os ataques a estrangeiros estão adquirindo uma sequência e um furor inesperados, acalentados por uma crescente onda de imigrantes clandestinos. Na Espanha, a fúria contra marroquinos, portugueses e africanos é uma reação social em alta, mas a discriminação elege como presa também uma minoria espanhola: os ciganos. Estes últimos são hoje na Espanha cerca de meio milhão de pessoas e, como no caso dos negros nos Estados Unidos, sua dança e sua música são muito apreciadas. Longe de melhorar, as coisas pioraram, assinala o volumoso estudo de oito capítulos elaborado e aprovado pela Comissão de Investigação do Racismo e Xenofobia criado pelo Parlamento Europeu, presidido pelo eurodeputado Glyn Ford. Nem a Comunidade Europeia, nem os governos dos seus Estados-membros tomaram medidas para corrigir a situação alarmante, já denunciada em 1986.

O mito da Europa como terra de asilo caiu por terra. A Alemanha é o país onde os sentimentos racistas são mais claramente expressos. Em 1989 (e daí para cá este sentimento aumentou), cerca de 75% dos alemães ocidentais achavam que havia estrangeiros demais no país e 93% eram favoráveis a reduzir o número de trabalhadores imigrantes. Cerca de 60% da população da ex-Alemanha Ocidental admitem ter sentimentos antissemitas. As pesquisas revelam, também, que um quinto dos alemães tem ódio racial contra africanos e asiáticos e opiniões muito negativas sobre os turcos.

O racismo como ideologia neocolonial

Falta agora nos referirmos ao racismo político dos países do chamado Primeiro Mundo (capitalismo central) contra os países dependentes que fizeram parte do antigo sistema colonial, que não foi desmontado até hoje. Uma das particularidades é que são, em sua totalidade, países que têm populações não-brancas. À medida que se aguçava a luta entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética, os norte-americanos concentraram suas atividades de dominação nas áreas incluídas em seu leque de influências. Com o pretexto de combater a subversão, estabeleceram governos subalternos externamente e ditatoriais internamente. Como norma, as ditaduras militares. Com isso consolidaram sua dominação neocolonial. Mas, por uma série de circunstâncias, na América Latina, Ásia, Oriente Médio e África houve movimentos que conseguiram se afastar de sua órbita. Por coincidência, movimentos de países que haviam participado da aventura colonial como dominados. Em outras palavras: surgiram principalmente em territórios onde houve o tráfico negreiro, a escravidão ou outras formas de trabalho compulsório típicas do sistema colonial.

Grande parte de suas populações, ou melhor, de sua composição demográfica, é esmagadoramente não-branca.

Com a crise estrutural do sistema capitalista, na fase de imperialismo tecnocrático, houve a necessidade de uma reciclagem no processo e nas táticas de dominação. De um lado, para consolidar o seu domínio econômico e, de outro, como manifestação de racismo. A primeira manifestação mais aguda deste comportamento foi a operação que os Estados Unidos organizaram contra a Líbia em 1981. Foi preparada uma operação de terrorismo de Estado para assassinar seu líder. Depois de várias operações de agressão militar, nas quais foram abatidos dois aviões líbios (em território líbio), constatou-se que um dos filhos de Kadafi havia sido assassinado. Isto porém não sensibilizou a opinião pública mundial. A mídia criou para consumo internacional a imagem de que Kadafi era o líder do terrorismo internacional, o que os fatos desmentiam. Depois veio a invasão da ilha de Granada. A pretexto de obedecer aos apelos de uma entidade fantasma, os norte-americanos ocuparam a ilha, assassinaram seu presidente e centenas de seus habitantes.

A opinião internacional não se mobilizou nem denunciou o crime, possivelmente por se tratar de uma país de negros. Registramos também a invasão do Panamá, com o pretexto de combater o narcotráfico. Em 1989 a 82ª Divisão Aerotransportadora dos Estados Unidos invadiu seu território, prendeu o presidente Noriega, sequestrou-o e levou-o para ser condenado pelos tribunais norte-americanos. A intervenção norte-americana destruiu a economia do país, tentou extinguir o Exército e colocou um de seus representantes como chefe do Estado. Mas a opinião pública não se emocionou. Pelo contrário. Toda a imprensa mundial teceu elogios ao ato. O Panamá é também um país de negros, mestiços e índios.

Por fim, os casos mais recentes: a Guerra do Golfo contra o Iraque, a invasão da Somália, a tentativa (que persiste) de ocupar o Haiti e os massacres de Ruanda passam como acontecimentos sem relevância. As razões apresentadas são de “ação humanitária”, “restauração da democracia”, “combate ao narcotráfico”, pois não cola mais o “perigo comunista”. É uma reciclagem hipócrita do antigo sistema colonial, que se reestrutura no neocolonialismo tecnocrático, racista. Para justificá-lo utilizam não só a sócio biologia, da engenharia genética e das hipóteses que procuram demonstrar a existência de raças inferiores, mas também canhões, aviões e tanques de guerra. Estamos às vésperas do terceiro milênio. Vamos entrar numa época em que as ordenações sociais serão radicalmente reformuladas. Nesse processo as atuais nações atrasadas, dependentes e espoliadas, vindas do antigo sistema colonial, assumirão um papel novo, resgatando o passado de dominação. E o realinhamento social também será étnico, pois as raças não-brancas habitam por herança desse sistema as regiões espoliadas. Esse é o desafio do milênio que se avizinha e que não será outro senão a realidade do socialismo em dimensão planetária.

Notas:

(1) LINTON, R. Estudio del hombre. México, Fondo de Cultura Económica, 1942, p. 69.

(2) DAVES, Alain. “A ideologia do racismo”, in A igreja e o racismo. Rio de Janeiro, Vozes, 1982, p. 18-19.

(3) BENEDICT, Ruth, Raza: ciência y política. México, Fondo de Cultura Económica, 1941, p. 26.

(4) Citado por Aimé Césaire in Discurso sobre o colonialismo. Lisboa, Sá da Costa, 1974.

(5) Aceitando a teoria de de L. Levy Bruhl como cientista, o escritor Jamil Halmansur Hadad assim procura caracterizar o homem brasileiro: “(...) o caráter primitivo do (brasileiro) aparece às vezes com outros nomes, porém ao primitivismo podem ser reconduzidos muitos dos sestos e taras nacionalmente citadas (...) Acabamos por verificar no Brasil e pelos tempos afora um dos traços da mentalidade primitiva classicamente apontados em Levy Bruhl: a dificuldade de acreditar no invisível. O próprio Deus se viabiliza como as almas dos familiares: daí a difusão extrema do espiritismo, principalmente prestigiadas as sessões de materialidade (...) O mesmo conceito poderia ter sido formulado por um Anchieta entre os nossos selvagens. Daí que desde os primórdios da nacionalidade, os elementos religiosos passaram a hibridar-se poderosamente de estratos profanos. E não só com índios antropófagos como com brasileiros urbanos e civilizados (...) Aponta Levy Bruhl no primitivo: a ausência em princípio de qualquer sentido de ligação causal profunda. Aí a gênese de todo o nosso tremendo repositório de superstições e milagres: as salas cobertas de ex-votos: peitos de cera, pernas, pescoços e olhos, às vezes sangrando, outras com tumores (...) Manifestações de primitivismo no predomínio do exterior sobre a essência: o sestro do fogo de artifício do aparato, do farol (...) O que impressiona fundamentalmente a Ewbank são os nossos fogos de artifício. Rojões e buscapés num esplendor ígneo de fazer o norte-americano babar (...) Imaginemos que, se se disser que somos realmente o país do farol, isto corresponderá a uma validade das mais estranhamente arraigadas da nossa psique mais íntima e mais tradicional. Preponderância do acessório em relação ao substancial. E do exterior em detrimento do profundo. Da cortiça em detrimento da medula. Amor, portanto, ao esplendor efêmero da fascinação inteiramente rápida, ofuscante, mas

transitória. E que marca todas as vicissitudes de nossa vida nacional” (Hadad, Jamil Halmansur: “Ewbank e a sua descoberta do Brasil”, in Anhembi, no ano VII, n. 78, maio de 1957, p. 496-504.)

(6) MARX, K. e ENGELS, F. *Le manifeste communiste* Paris, Alfred Costes, 1935, p. 62. Evidentemente quando Marx e Engels usam o termo “bárbaro” não há nenhum julgamento de valor na expressão. Referem-se a uma fase de periodização da civilização, segundo o marxismo. É uma fase pré-capitalista, que Engels dividiu em três períodos: barbárie inferior, que se inicia com a introdução da cerâmica; fase média, que começa com a domesticação de animais e no Oeste da Europa com o cultivo de hortaliças por meio da irrigação e pelo emprego do tijolo (secado ao sol) e da pedra nas construções; e a fase superior, que se inicia com a fundição do minério de ferro e passa à civilização com a invenção da escrita alfabética e seu emprego nos registros literários. Nada tem a ver, portanto, com a conotação pejorativa que as nações capitalistas colonizadoras davam àqueles povos que eram por ela colonizados. Era uma classificação objetiva baseada na etapa do desenvolvimento cultural. Uma das etapas pré-capitalistas da evolução da humanidade. (Ver 17

ENGELS, F. “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, in Marx, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*, São Paulo, Alfa-Ômega, s/d e TERRY, Emmanuel: *O marxismo diante das sociedades “primitivas”*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.)

(7) Sobre a obra de Finot ver BENEDICT, R., op. cit.

(8) ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1943, vol. 5, p. 671.

(9) CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1933, passim

(10) CUNHA, Euclides da., op. cit.

(11) Este capítulo é resumo de um trabalho de Nelson Werneck Sodré. *O fascismo cotidiano*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

(12) Ver *Estudos afro-brasileiros*, prefácio do Roquete Pinto. Rio de Janeiro. Ariel, 1935. *Novos estudos afro-brasileiros*, Gilberto Freyre et alii, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. *O negro no Brasil* (vários autores) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940. *Os afro brasileiros*, Roberto Motta (org.), Recife, Massangana, 1985.

(13) EYSENCK, H. J. *A desigualdade do homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 252.

(14) RUY, José Carlos e BERCHT, Verônica: “A busca infrutífera do gene de Caim”, in *Princípios*, n. 29, maio/junho de 1993.

(15) BATESON, Patrick. “Sociobiologia e política humana”, in ROSE, Steve e APPIGNANESE (org.) *Para uma nova ciência*, Lisboa, Gradina, 1989, p. 105-106, 112-113.

(16) JAPIASSU, Hilton. “A origem pseudo-científica do racismo”, in *As paixões da ciência*, São Paulo, Letras e Letras, 1991, p. 255.

(17) JAPIASSU, Hilton, op. cit., p. 257.

(18) LACUT, Sandra, “Videogames racistas e neonazistas viram mania em escolas da Áustria”, *FSP*, 17-08-1991.

Clóvis Moura – Sociólogo e escritor, examinador de pós-graduação da Universidade de São Paulo e presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA). [quando da publicação deste artigo]

QUESTÃO PARA DEBATE

Como se manifestam, no debate atual, as falácias “científicas” sobre a questão racial e quais as implicações para o movimento antirracista no Brasil?